

Palestras e Debates do

Simpósio Internacional OS DIREITOS HUMANOS DO POVO PALESTINO NA CONJUNTURA ATUAL

Novembro 2001



Edição Especial



*Evento ocorrido em novembro de 2001, dias 28, 29 e 30.
No Centro de Convivência Cultural de Campinas – Dia 28 e
Centro de Convenções da Unicamp – Dias 29 e 30*

Produção

Universidade Estadual de Campinas
Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais
Prefeitura Municipal de Campinas

Coordenação

Prof. Dr. Mohamed Habib

Capa, transcrições e editoração

André O. Garcia

Traduções

Prof. Dr. Mohamed Habib (do árabe)

André O. Garcia (do inglês)

Nasser Lahaleed (colaborador)

Revisão

Katia Rossini

ÍNDICE

Apresentação	09
Abertura do Simpósio	
<i>Pronunciamentos</i>	
Prof. Dr. Mohamed Habib	13
Vereador Sérgio Benassi	17
Parlamentar Mohammed Baraky	19
Prof. Dr. Hermano Tavares	21
Dom Damasquinos Mansour	23
Embaixador Mussa Omar Odeh	25
Prefeita Izalene Tiene	27
Plenária 1 – História da Palestina	
Palestra do Jornalista José Arbex Jr.	33
Plenária 2	
Cultura e História do Povo Palestino	
Palestra do Prof. Dr. Mohamed Habib	55
A Qualidade de Vida do Povo Palestino	
Palestra do Deputado Aldo Rebelo	87
Plenária 3 - O Papel das Instituições Parlamentares para Solucionar o Conflito Israel - Palestina	
Palestra do Parlamentar Mohammed Baraky	97

Plenária 4 – A Construção do Estado Palestino

Palestra do Prof. Dr. Munther Dajani 113

Palestra do Dr. Shawqi Issa 116

Plenária 5 – Jerusalém como um Componente na Análise do Conflito Israel/Palestina

Palestra do Prof. Dr. Munther Dajani 127

Plenária 6 – As Religiões Abraâmicas na Palestina

Palestra do Monsenhor Atallah Hannah 135

Plenária 7 – A Viabilidade para o Estabelecimento do Estado Palestino: uma Visão Territorial

Palestra do Prof. Jeff Halper 147

Plenária 8 – As Relações Estados Unidos e Israel: uma Visão Histórica

Palestra do Prof. Dr. João Quartim de Moraes 161

Anexo I – Mapas 171**Anexo II – Palestine Facts 1400-1999 181****Anexo III – Palestina – Israel , O Preço de uma Paz Verdadeira - Artigo de Michael Warchawski 221**

Dedicamos esta publicação ao saudoso Prefeito de Campinas Prof. Dr. Antônio da Costa Santos, iniciador e incentivador deste Simpósio, além de grande companheiro na luta pela paz.

Dedicamos também esta publicação aos que trabalham em silêncio, em busca de uma paz justa e de uma sociedade fraterna; estes sim merecem o título de Homo sapiens.

Prof. Dr. Mohamed Habib
Coordenador

Nenhum povo escapou da crueldade de outros. Que essa constatação nos ajude a olhar com mais lucidez, sem afetar nossas convicções, nossas posições, nosso ideal de humanidade, mas que não sejamos ingênuos. Nem unilaterais. Nem Sharon, nem Shamir, nem Begin inventaram o terrorismo. Executaram-no numa escala diabólica, mas nesse campo tiveram muitos predecessores e infelizmente, terão ainda muitos sucessores.

PROF. DR. J. C. K. QUARTIM DE MORAES

Apresentação

A Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais da Unicamp (CORI) sente-se honrada em ter a oportunidade de coordenar o Simpósio Internacional "*Os Direitos Humanos do Povo Palestino na Conjuntura Atual*". Tal Simpósio, realizado numa parceria entre a Unicamp e a Prefeitura Municipal de Campinas, contou com a presença de intelectuais e lideranças israelenses e palestinas, além de outros representantes de instituições brasileiras. Entre os palestrantes podíamos encontrar judeus, cristãos, muçulmanos e até mesmo aqueles que não professam nenhuma dessas religiões. Foi um momento de reflexão e de relatos sobre a situação atual do povo palestino, sua história e perspectivas para um futuro próximo.

Acreditamos que o registro das suas palestras e debates, neste livro, fará do Simpósio um acontecimento permanente, fácil de ser acompanhado por leitores e consultado por intelectuais nas diferentes bibliotecas da academia brasileira.

Esperamos que com isto a Unicamp esteja disponibilizando conteúdos de debates e de pontos de vista de lideranças que apostam numa solução pacífica do conflito israelense–palestino.

Prof. Dr. Mohamed Habib
Coordenador

ABERTURA
DO
SIMPÓSIO



PROF. DR. MOHAMED HABIB

Coordenador de Relações Institucionais e Internacionais da Unicamp

Dirijo-me à Excelentíssima Senhora Prefeita de Campinas, Professora Izalene Tiene, e ao Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Professor-Doutor Hermano Tavares, para saudá-los e saudar as demais autoridades presentes, juntamente com o público que veio hoje para prestigiar a abertura do Simpósio Internacional sobre os Direitos Humanos do Povo Palestino na Conjuntura Atual.

Also, I would like to welcome our friends and colleagues who came from the Middle East to participate with us in the present Symposium; and we hope for all of them a good stay and a happy time.

Durante mais de 1200 anos, observava-se, em várias cidades e países do Oriente Médio, a total harmonia e solidariedade entre Judeus e Muçulmanos.

Dou início à minha fala com esta frase exatamente para corrigir uma impressão de que havia uma inimizade histórica entre judeus e árabes. Na realidade, foi a invasão do Oriente Médio pelos europeus, no decorrer do século XIX, que deu início aos conflitos entre esses dois ramos da raça semítica. Para ilustrar isso, basta lembrar que, quando os cruzados, no século XI, conquistaram Jerusalém, não apenas massacraram os habitantes muçulmanos, mas também os judeus, numa das chacinas mais cruéis da História. Durante os séculos que se seguiram, os países islâmicos serviram como lares e abrigos de proteção para os irmãos judeus perseguidos na Europa. Os judeus *sefardins*, vítimas da Inquisição Espanhola, foram recebidos de braços abertos pelos países árabes norte-africanos como o Marrocos, Tunísia e Egito, além de outros do Oriente Médio. Mesmo no século XIX, o mundo árabe foi o refúgio para as comunidades judaicas que escapavam das perseguições na Europa Oriental e Central. A Enciclopédia hebraica, edição espanhola de 1936, menciona: “Durante vários siglos, los países islâmicos fueron la verdadera salvación para los judíos Europeus”.

Até a 2ª Guerra Mundial, em países islâmicos como Tunísia e Marrocos, era freqüente ver ministros judeus atuando em total harmonia com o Estado e com a população daqueles países. O escritor judaico Eric Rouleau, prefaciando o livro *Judeus e Árabes*, de autoria de um escritor sírio chamado Sami Al-Joundi, escreveu: "[...] como judeu que passou toda a sua infância e juventude entre os árabes, posso atestar que o anti-semitismo nunca fez parte das tradições ou do comportamento dos povos do Oriente Médio".

As relações entre os dois povos irmãos, inicialmente na Palestina e, posteriormente, no Oriente Médio, foram pervertidas somente no século XX; tal perversão ocorreu e foi desenvolvida, no início, pelas potências européias e, nas últimas quatro décadas, pelos Estados Unidos.

Hoje, temos dois povos que vivem em conflito há 53 anos, desde a criação do Estado de Israel em 1948. O Estado de Israel foi criado a partir de uma Resolução das Nações Unidas. Com isso e com a partilha, o Estado de Israel foi criado dentro de um país cujo nome é Palestina. Os israelenses passaram a ser donos de seu jovem país, enquanto os palestinos foram e continuam a ser massacrados e expulsos de sua própria pátria. Perderam a sua independência, perderam o direito de ir e vir, perderam o direito à autodeterminação, perderam a paz.

Na realidade, os palestinos, os habitantes da Terra Santa, a terra das três religiões abraâmicas monoteístas, vivem esse sofrimento de dor e de tristeza há quase 100 anos.

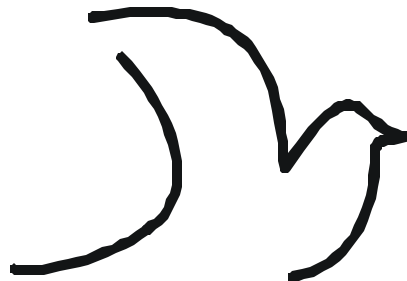
Com o término do Império Otomano, a Palestina passou a ser ocupada pelo Império Britânico, que se estendeu até

16

1948. O palestino luta pela sua liberdade e pela sua paz justa. Os palestinos reconhecem Israel como um Estado e querem ser reconhecidos como tal. Os palestinos querem devolver o sorriso aos seus filhos. Eles querem libertar da ocupação israelense aquilo que sobrou da pátria, que, por sua vez, corresponde a menos de um quarto da área original.

Esse simpósio tem como objetivo, através das diferentes conferências e debates, ilustrar e contar a história do povo palestino. Descrever o momento atual, analisar o papel das potências nessa crise, avaliar o papel dos povos e Estados amigos, para apoiar a causa palestina e outras questões relacionadas.

Paz. Peace. Shalom. Salam.



DR. SÉRGIO BENASSI

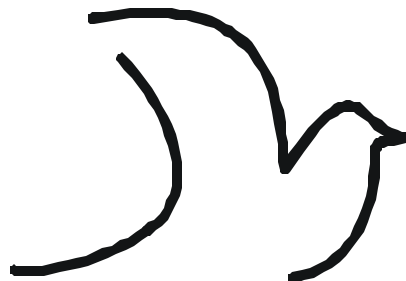
Vereador da Câmara Municipal de Campinas

[...] Reforçar a idéia de que um povo, milenar como o povo palestino, tem direitos humanos, talvez seja a síntese da gravidade do que se passa naquelas terras. A ausência desses direitos não “caiu do céu”, não é algo imaterial, é algo que obedece sistematicamente a interesses que condenam uma parte da humanidade à degradante situação de ser o único povo milenar que não tem terra, sem direito a pátria e fronteiras internacionalmente reconhecidas. Obedece a interesses que não se esgotam em anular formalmente as fronteiras de um povo que resiste bravamente contra essa opressão, porque esse mesmo império que oprime esse povo também pretende anular e acabar com as fronteiras em plano mundial. Estamos “entupidos” de uma propaganda perversa, a nos apagar da mente a idéia de que a nação é um objetivo fundamental; em

busca de um fantasma árabe que ameaça a humanidade, jogam-se bombas em um povo pobre como o do Afeganistão. Não o encontrando, desconfiam que ele está na Somália, e lá logo também veremos bombas... quem sabe! Não se encontrando nas terras da Somália, calcinadas pelo bombardeio de um império que não aceita a liberdade de ninguém, talvez venham para as selvas amazônicas buscá-lo aqui, escondido. Não vão encontrar árabes, vão encontrar latino-americanos, também muito acostumados ao domínio de um império intolerante e genocida.

Reafirmar os direitos humanos do povo palestino em terras brasileiras é, antes de tudo, afirmar a soberania brasileira contra o mesmo império ameaçador, e é dizer ao mundo que perfilamos com esse povo e queremos outros povos defendendo o direito supremo e sagrado à sua terra. Considero atuais as palavras de um famoso poeta alemão, que diz: "Quando você estiver diante de uma injustiça, seja ela qual for, nunca diga *isso é normal*". Nunca aceite passivamente o que aparentemente está longe de você; nós temos que resistir, e resistir em defesa de um direito humano como este é resistir em defesa da humanidade. Só há um sentimento mais antigo que o de preservação da vida, este nasceu com o homem e jamais desaparecerá, que é o direito à liberdade, e à liberdade em sociedade, que é próprio da humanidade; diz respeito a minha terra, a minha pátria, a minha nação, pois lá que vou construir minha dignidade, entre os meus, em defesa da humanidade.

Parabéns ao povo palestino, vai ter sua terra, com o apoio de Campinas e do Brasil.

**DR. MOHAMMED BARAKY**

Parlamentar – Knesset (Israel) e Presidente da ONG “Para a Paz e Igualdade”

Tradução: Prof. Dr. Mohamed Habib

[...] A atual situação na região é crítica. Para se ter uma idéia, poucos dias atrás, crianças palestinas que brincavam numa determinada área encontraram um artefato militar que acabou explodindo e matando todas. Acredita-se que, apesar do aparente esforço norte-americano a partir da sua delegação, que se encontra hoje na Palestina e em Israel, na tentativa de iniciar o processo de negociação, sentimos poucas esperanças de que isto venha a obter algum resultado em curto prazo. Mas procuramos nos manter otimistas quanto ao futuro.

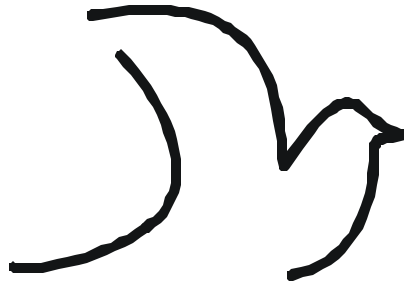
Para que o esforço norte-americano obtivesse algum resultado, seria necessário que alguns pontos fossem levados em consideração. O primeiro é a necessidade urgente de os Estados Unidos exercerem uma pressão sobre o governo

israelense, para que este venha a permitir a implementação dos direitos do povo palestino. O segundo ponto é que o povo palestino não tem mais para onde ir, isto é, a área onde atualmente se encontra o povo palestino é bastante limitada para que possa existir a possibilidade de fuga dos ataques e invasões dos soldados de Israel. Ainda assim, a imagem que se cria do povo palestino, de agressivo e terrorista, precisa ser urgentemente corrigida, pois é um povo que não tem condições mínimas de confrontar as forças de Israel.

Todos acompanhamos, nas imagens da televisão, o fato de que a arma do povo palestino, usada no movimento chamado Intifada (Levante Popular), são apenas pedras. O terceiro ponto leva em consideração que a própria sociedade civil israelense deveria se mobilizar, pois a paz não interessa só ao povo palestino, mas também ao israelense. Por isso, é necessário que o povo israelense se mobilize e pressione o seu governo para que esse negocie e colabore para a paz na região.

É importante também dizer que o apoio da comunidade, da sociedade civil e opinião pública internacionais é fundamental para que um acordo de paz seja alcançado o mais rápido possível.

Finalmente, gostaria de deixar os cumprimentos de Yasser Arafat à Campinas, dizendo que com satisfação visitamos esta cidade, na esperança de que visitem a nossa região brevemente.

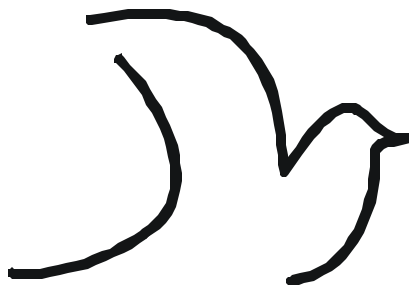


PROF. DR. HERMANO TAVARES

Reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

[...] É com grande honra que a Unicamp participa da realização deste Simpósio, e ela crê que, assim fazendo, estará cumprindo parte de suas obrigações sociais. A Unicamp mantém, já há algum tempo, e isso tem sido muito acentuado na atual gestão da Universidade, relações com as diferentes municipalidades, com as quais ela reparte obrigações e deveres que são próprios das esferas municipal e nacional. Agora, temos a oportunidade de realizar nosso primeiro evento internacional em parceria com a Prefeitura de Campinas. Isso foi possível graças à dedicação dos líderes da Prefeitura e dos nossos organizadores na Unicamp. Gostaria de, particularmente, agradecer a dedicação e a competência da equipe dirigida pelo Prof. Mohamed Habib. Tenho certeza de que, durante esse simpósio, que se inicia hoje e que terá continuidade pelos próximos dois dias, estaremos contribuindo para o melhor

entendimento e compreensão do que significa atualmente viver nesse planeta. O Brasil, naturalmente, é um país muito jovem, já que costumamos contar nossa história a partir da dominação européia, mas por outro lado, antigo, quando pensamos nos indígenas que já habitavam esse país e que foram praticamente exterminados pelos europeus que aqui chegaram. Esse país se irmana aos problemas dos outros povos e demonstra seu interesse em conhecer a problemática de um país, fixada há dezenas de séculos. Quero convidar todos a estarem amanhã na Unicamp, onde dedicaremos todo o nosso esforço para fazer a vossa estada agradável e frutífera. Eu tenho certeza de que a qualidade intelectual desse simpósio está garantida pela temática que foi montada e pelos seus participantes. Desejo que todos tenham um grande aproveitamento durante o simpósio e espero também que a Unicamp se enriqueça um pouco mais, conhecendo mais essa problemática que será colocada nos próximos dias.

**DOM DAMASQUINOS MANSOUR**

Da Arquidiocese Católica Apostólica Ortodoxa Antioquina de São Paulo e do Brasil.

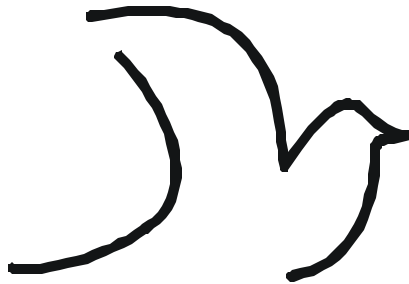
Tradução: Prof. Mohamed Habib

[...] É uma hora abençoada esta, em que a Universidade e a Prefeitura de Campinas resolvem realizar este simpósio para discutir um tema tão importante para a história da humanidade. A verdade, meus amigos, mais cedo ou mais tarde, acaba vindo à tona. A verdade na questão palestina é que existe um povo sofrendo, o qual perdeu os seus direitos devido à violência e à agressão. A natureza do povo palestino é pacífica, fraterna, solidária, é um povo que representa a imagem que Deus criou naquela região santa. Mas há uma ação maldosa que procura distorcer a imagem desse povo; essa ação começou a partir da criação do Estado de Israel naquela região, em

1948. Durante centenas e centenas de anos, naquela região do Oriente Médio, os povos das três religiões: judeus, cristãos e muçulmanos, sempre viveram em total harmonia e paz. O mal que aconteceu foi a ação sionista internacional, que é a primeira responsável por esse drama que o povo palestino vive hoje. O problema mundial, hoje, é a ação da organização sionista, que não está trabalhando apenas contra o Islamismo, mas também contra o Cristianismo e até mesmo contra a religião judaica. Por isso, nós entendemos que a noite pode se prolongar muito, mas temos certeza de que, numa certa hora, o amanhecer vai chegar.

Daqui, gostaria de saudar o povo, as crianças e os adolescentes palestinos, que estão lutando pelos seus direitos, buscando a paz. Saúdo os mártires, que pagaram com a própria vida, em defesa desta causa justa. Espero que, através deste simpósio, a voz desta causa justa seja ouvida e a opinião pública possa entender o que está acontecendo. Por favor, não se enganem com as falsas propagandas e com as imagens distorcidas que o sionismo internacional tenta espalhar, pelos meios de comunicação, para defender os seus próprios interesses.

Em nome de todos os presentes gostaria de, em respeito à delegação vinda da Terra Santa, levar a nossa saudação aos dois líderes daquela região: Yasser Arafat e ao Patriarca da Igreja Cristã Ortodoxa em Jerusalém. Gostaria de finalizar agradecendo de um modo especial a Sra. Prefeita, pois sua presença entre nós é muito importante, importante para a Palestina, para esta causa verdadeira.



MUSSA AMER ODEH

Embaixador da Palestina no Brasil

Tradução: Prof. Mohamed Habib

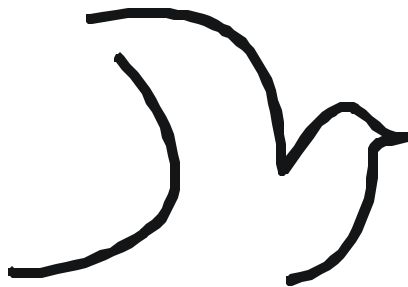
[...] Inicialmente saúdo as autoridades e o público, que se encontram aqui, parabenizando as duas grandes instituições da Campinas, a Prefeitura e a Universidade Estadual, pela realização de tão importante simpósio. Neste momento, é muito importante lembrar do grande líder, o saudoso prefeito de Campinas, Antônio da Costa Santos, pois com ele foram iniciadas as conversas, juntamente com o reitor da Unicamp, para a realização desse simpósio, um trabalho ao qual, hoje, nós temos a Prefeita Izalene dando continuidade. Devemos lembrar que a realização do simpósio coincide com o dia internacional da solidariedade para o povo palestino, dia 29 de novembro. Ao mesmo tempo, é a data na qual a Palestina foi dividida em dois territórios. A Organização das Nações Unidas, através de uma resolução, estabelece nesta data o dia da solidariedade ao

povo palestino até que se crie o Estado Palestino. Honra-nos também muito, hoje, que, como embaixador e representante da prefeitura da cidade de Jericó, possa assinar o protocolo de cooperação com a Prefeitura de Campinas. Com certeza todos já leram na Bíblia a história de Jericó, é a cidade mais antiga hoje habitada no mundo. Ao mesmo tempo, lá fica o corredor de todos os invasores que entraram na região. Jericó é também a região de terras mais baixas em todo o mundo. Também é a cidade por onde passou várias vezes Jesus Cristo. Bem próximo dessa cidade, temos o rio Jordão, no qual Cristo foi batizado.

É obvio que, comparada a Campinas, Jericó é uma cidade pequena; no entanto é bastante rica na sua cultura e história. Através desse acordo de cooperação, os palestinos de Jericó vão trabalhar para desenvolver a cidade. Esse desenvolvimento irá atingir todas as áreas: culturais, sociais e econômicas.

Sem querer me prolongar demais, gostaria de mandar uma mensagem ao povo amigo de Campinas, mensagem essa do povo palestino, que sofre devido à ocupação israelense e que vive buscando a sua paz e a sua liberdade.

Quero passar a vocês uma mensagem de paz, a mesma que passou o Nosso Senhor, Nazareno palestino, Jesus Cristo, que saiu de nosso país para todo o mundo. A essência dessa mensagem é justiça, paz e amor. O povo de Jesus necessita de justiça, paz e amor. Esse povo tem sofrido e carregado a cruz de Jesus, na Sua terra. Nós precisamos do vosso apoio para alcançar a paz. Paz para a Palestina e para todo o mundo. Paz justa e duradoura para todos.



DOUTORA IZALENE TIENE

Prefeita Municipal de Campinas

[...] Confesso que estou muito emocionada por estarmos revivendo aqui a história de um compromisso que o Prof. Mohamed iniciou, através desse convênio que temos com a Unicamp. Esta universidade foi a primeira instituição que visitamos, junto com Toninho e Lula. Lá, nos comprometemos a selar convênios, e isso seria muito importante para nós. Estou emocionada por lembrar do Toninho e quero homenageá-lo, é um sentimento de todos nós, o de que nosso prefeito esteja ainda presente, pela obra que iniciou e por ter preparado esse evento. Não só o do Simpósio Internacional que se inicia neste momento, mas também por essa relação de irmandade e solidariedade com a cidade de Jericó. Quando falamos sobre Jericó, Israel e Palestina, fica fácil imaginá-las, porque já lemos sobre elas num livro histórico, que é a Bíblia. Jericó possui 50 mil habitantes, Campinas tem um milhão de habitantes. Jericó

tem palmeiras, Campinas também. Jericó tem nas frutas a base de sua economia, Campinas e região também. Jericó tem uma história de 10 mil anos, Campinas de 227. Temos diferenças, mas também semelhanças.

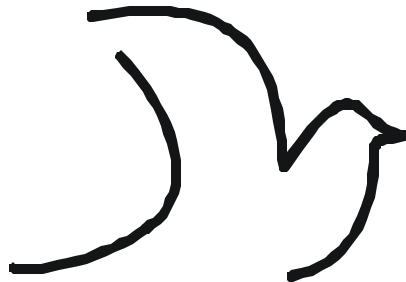
O que temos em comum e o que vai selar realmente esse compromisso é que, em Campinas, nós também estamos buscando a paz. Esta cidade também luta pela justiça. Temos que combater, nessa promoção da justiça, os interesses do capital internacional, que no mundo inteiro nos ameaça com muita dor. Ameaça-nos a vida. Quero expressar aqui, como sucessora do Prefeito Antônio da Costa Santos e representando o povo dessa cidade, a satisfação em acolher a todos os senhores que estão chegando a essa cidade e que vão passar alguns dias conosco. Sintam-se acolhidos e seguros, é isto que buscamos para todas as pessoas. Nós também estamos num período de tentação. Como em Jericó existe o monte das tentações, onde este homem histórico, Jesus Cristo, foi fazer o seu jejum, aqui em Campinas estamos jejuando pelo assassinato do Toninho, pela impossibilidade, até agora, de saber qual foi a motivação de quem o assassinou e também por uma situação de impunidade. Tenho certeza de que essa situação só aumenta a criminalidade.

Precisamos conquistar a paz e queremos aprender. Aprender com essa resistência e com esse povo histórico que oferece ao mundo todo a lição de como é que se conquista a paz. A paz é fruto da justiça, e a justiça só poderá ser construída onde não houver ganância. Nós queremos, com vocês, construir uma sociedade solidária, justa, democrática e plural, pois é

assim que entendemos que se constrói a paz. Bem vindos entre nós; vamos selar um acordo hoje, e que nossas cidades continuem se encontrando por muitos e muito anos, numa constante construção pela paz.

PLENÁRIA 1

**A HISTÓRIA DA
PALESTINA**



DR. JOSÉ ARBEX JR.

Editor Especial da Revista Caros Amigos

[...] Quando recebi o convite para fazer a exposição deste tema, a minha primeira reação foi me sentir extremamente feliz e honrado, mas logo depois veio um sentimento de pânico, porque o tema era "A história da Palestina", e o que eu poderia falar sobre isso? É uma responsabilidade muito grande falar da história de um povo que se confunde com a história da civilização. São alguns milênios de história de uma cultura imensamente rica. Então, o que eu poderia falar da história da Palestina ao público da Unicamp, ainda mais quando este se encontra inserido num grave contexto? Tive de selecionar um certo ângulo de abordagem para falar da história da Palestina, que me pareceu aquele mais interessante do ponto de vista da situação atual. Esse ângulo trata da história da Palestina não

de uma forma acadêmica ou enciclopédica, como uma série de relatos que já são de conhecimento de todos, mas de sua discussão à luz da responsabilidade dos intelectuais diante dela. Tentarei mostrar aqui que discutir a história da Palestina é uma responsabilidade nossa, de qualquer cidadão do mundo, e um problema de cidadania.

Uma pensadora muito importante do século passado, Hannah Arendt, costumava dizer que a luta contra a opressão é a luta da memória contra o esquecimento, e falava isso porque mostrou em sua obra que todos os regimes totalitários e autoritários têm como pedra de sustentação fundamental a passagem de uma borracha na história. A produção do esquecimento. A ninguém interessa lembrar, por exemplo, que Paulo Maluf foi o responsável pelo cemitério de Perus durante a ditadura militar. O nosso amado presidente, ao assumir o poder, a primeira providência que tomou foi dizer para esquecer tudo aquilo que tinha escrito. Os Estados Unidos, quando acusam os islâmicos de serem terroristas, esquecem aquilo que fizeram em Hiroshima e Nagasaki, no Vietnã, no Iraque recentemente, nas ditaduras militares, que empossaram mediante golpes da CIA, e etc. Portanto o esquecimento é uma operação fundamental para todos os regimes totalitários e autoritários.

A esse respeito quero começar citando um trecho que sempre me impressionou pela sua violência intelectual, cultural, política e humana, que encontrei no livro do professor Edward Said, *The Question of Palestine* e que diz o seguinte: "Nós viemos para esse país, que já era habitado pelos árabes e aqui

estamos estabelecendo um Estado hebreu, isto é, judaico; em áreas consideráveis do país, compramos as terras dos árabes. Cidades judaicas foram construídas no lugar de cidades árabes. Vocês nem sabem os nomes das cidades árabes e eu não os culpo por isso, porque nem existem mais os antigos livros de geografia. Mas não apenas os livros não mais existem como as cidades árabes também desapareceram”.

O autor dessas palavras foi o general Moshe Dayan, e deu essa declaração ao jornal israelense Eretz no dia 4 de abril de 1969. Então aqui está exposto um programa político totalitário que apaga não apenas os nomes das cidades árabes do mapa, mas também as próprias cidades são apagadas da história. Isso é um programa de extermínio cultural, político e social. Um programa que poderia muito bem ser equiparado aos programas nazistas de extermínio do povo judeu. Esse trecho que citei impressiona pela violência e cinismo, pela maneira fria como é apresentado esse programa de extermínio da cultura e história de todo um povo.

Recentemente, foi publicado um outro livro cujo título em inglês é *Sacred Landscape: the Buried History of the Holy Land Since 1948*. O autor é um intelectual judeu israelense chamado Meron Benvenisti, historiador que fez um magnífico tratado histórico sobre esse extermínio amplo do povo palestino. Nesse livro, o autor conta, por exemplo, que após a criação do Estado de Israel, em 1948, o primeiro problema que se colocou imediatamente aos seus criadores foi o seguinte: fizeram o levantamento de 9 mil localidades, entre cidades, vilas, montanhas, rios, etc. e concluíram que 90% delas tinham nomes

árabes; o resto, nome em hebreu. Isso criou um grande problema do ponto de vista do movimento sionista, porque seu lema, na passagem do século XIX para o XX, era “Uma terra sem povo para um povo sem terra”, e a terra sem povo era a Palestina. Esse lema pretendia vender para o Ocidente e para o mundo uma versão da história segundo a qual a Palestina seria uma terra desocupada. Portanto seria muito justo que um povo sem terra, o judeu, se apossasse de uma terra sem povo. Só que se depararam com um problema embaraçoso, de que a maioria das localidades da Palestina tinha nomes árabes, de um povo que não existia, segundo o sionismo. O que fazer então? Seria preciso destruir os vestígios dessa civilização, sua história e a própria cultura que deu os nomes a esses lugares. E começaram a fazer isso. Destruíram várias cidades e vilas árabes. Hoje, quem viajar por Israel vai perceber que, em geral, as casas árabes foram demolidas e que, não raro, outras foram preservadas para virar centro cultural, ateliês de artistas, restaurantes e boates que reservam um certo ar exótico. Na verdade, as cidades israelenses foram construídas à imagem e semelhança das cidades ocidentais, portanto se constituindo como uma potência francamente estrangeira numa terra que possuía alguns milhares de anos de cultura.

Depois, também, destruíram as formas de agricultura dos árabes palestinos. Muitos locais onde havia plantações de frutas, por exemplo, foram transformados em fazendas e em plantações de culturas de ração para gado, criando o mito de que do deserto nasceu a agricultura israelense, como se os povos árabes que ali estavam por alguns milênios fossem

incapazes de produzir alimento. Mas, por fim, veio o processo que, na minha opinião, foi o mais violento e insuportável. Do ponto de vista simbólico, foi o grande aviltamento da história palestina: a destruição dos olivais. Particularmente dos campos de oliva que ficam em torno da cidade de Belém, porque nenhuma planta ou cultura representa melhor ou mais profundamente a tradição milenar árabe-palestina do que os olivais, que ainda seguem sendo destruídos. É uma brutalidade cultural que afeta o próprio acervo histórico da humanidade em seu conjunto. Como cidadão do mundo, considero intolerável que os olivais daquela região sejam destruídos, porque, como cidadão do mundo, sou herdeiro dessa civilização que foi construída ao longo de milênios e me considero proprietário cultural daqueles olivais, assim como todos também deveriam se considerar.

E, finalmente, o apagamento da memória da maneira pela qual foi constituído o Estado israelense, com seus massacres, dos quais participou o Sr. Menahem Begin. Este foi homenageado com o Nobel da Paz, apagando o seu passado terrorista e a responsabilidade pelos massacres onde homens eram selecionados aleatoriamente para serem fuzilados, mulheres eram estupradas e grávidas tinham seus ventres rasgados, seus fetos arrancados para que deles não nascessem mais palestinos. Isso tudo foi apagado da história, a entrega do Nobel da Paz para um terrorista deste porte foi uma zombaria. Considerarei-me insultado. Isso perfaz aquilo que, na mídia, chama-se “amnésia fabricada e arquitetura do consenso”. O consenso de que a civilização e os valores ocidentais no Oriente Médio são representados por Israel, ao passo que as outras

culturas, particularmente a árabe-palestina, representam o atraso, o arcaico, o obsoleto.

É nesse quadro geral que eu entendo a questão de Jerusalém. Exigir que os palestinos tenham soberania sobre a parte árabe de Jerusalém é exigir que um massacre cultural perpetrado pelo Estado israelense, com a conivência da mídia e das grandes potências, tenha um fim. No fundo, exigir que seja reconhecido o direito do povo árabe-palestino sobre Jerusalém é reconhecer a legitimidade do outro, de uma outra cultura que não a ocidental, de um outro código de ética e de uma história que não aquela contada pelos Estados Unidos, pela Casa Branca, por George Bush e pelo Sr. Menahem Begin.

Ora, mas se nós estamos falando aqui que o problema da constituição de um Estado palestino que reconheça a parte árabe de Jerusalém como parte de seu direito histórico é um problema de reconhecimento do outro, então estamos tocando num ponto-chave da cultura internacional, hoje. Porque, quando discutimos o conflito na Bósnia entre sérvios, croatas e muçulmanos, estamos discutindo o direito de coexistirem etnias e povos diferentes. Quando discutimos o conflito em Kosovo entre albaneses e sérvios, também levantamos a mesma discussão. Assim como também sobre as questões do sul da África, entre hutus e tutsis, e a questão indígena no Brasil. Todas levam em questão o direito do reconhecimento da existência do outro, e, inversamente, quando negamos ao outro o direito de existência, que ponto de vista estamos assumindo? O ponto de vista de Hitler, nazista, totalitário, aquele que não reconhece no outro a sua legitimidade histórica, que diz que o

outro é inimigo pelo simples fato de ser o outro.

Isto é o que George Bush está fazendo hoje, ao criminalizar a religião islâmica pela ação de um grupo que nem se sabe se controlado por Osama Bin Laden, porque ainda não foram apresentadas provas materiais contra ele. Se for comprovada sua culpa, seria a culpa de um líder formado e treinado pela CIA. Quando o Sr. George Bush criminaliza todo um povo, um bilhão e trezentos milhões de habitantes, por uma ação terrorista, ele está adotando um ponto de vista nazista, de exclusão do outro.

É por isso que comecei dizendo que a história da Palestina interessa a cada um de nós, como cidadãos do mundo, não como palestinos. Conhecer a história da Palestina e exigir que o seu povo tenha seu lugar na história é uma responsabilidade de qualquer intelectual honesto que mereça esse jargão, em qualquer parte do mundo. Porque essa atitude leva a reconhecer o direito dos kosovares, dos muçulmanos, croatas e sérvios bósnios, e dos judeus, a ter sua história. É exercer o compromisso com a ética, e isso não é uma opção, do ponto de vista intelectual. É uma obrigação. Ninguém pode ser chamado de intelectual devidamente se não assumir o compromisso ético com o postulado de que todo ser humano tem direito a sua história.

Finalmente, é um equívoco pretender que a discussão sobre Jerusalém e sobre o povo palestino seja uma discussão sobre o Oriente Médio. É uma discussão sobre os direitos humanos.

Pergunta: A questão sobre direitos humanos, para mim, parece que carrega alguns elementos ocidentalizantes. Qual seria a participação que esses povos não ocidentais teriam na elaboração dos direitos humanos internacionais, ou será que o processo de exclusão começa neste ponto?

Resposta: Esse é um problema profundo, pelo fato de que a Declaração dos Direitos Humanos foi feita por um quadro da ONU em dezembro de 48. Nesta época, ela já estava inserida num contexto de divisão do mundo, de guerra fria e de acordo entre as superpotências. É óbvio que o próprio fato de a ONU ter sido constituída por um conselho de segurança composto por cinco países, com poder de veto sobre as resoluções da Assembléia Geral, leva a um contra-senso quando afirmam que os direitos humanos são iguais a todos, sendo que no próprio processo de decisão alguns países teriam mais poder que outros. Os direitos humanos não são distribuídos por igual, e existe aí uma relação de hierarquização. Por outro lado, não dá para dizer que a ONU não significou nada ou que não tenha algum impacto sobre as nações do planeta. Sua própria constituição foi o resultado da evolução da política externa dos países. Nesse sentido, o fato de que a assembléia da ONU deliberou sobre certos direitos humanos inalienáveis representa um avanço em comparação a uma situação anterior, em que não havia direito algum. Lógico que existem muitos avanços a ser feitos.

Pergunta: Uma parte considerável da mídia oficial procura reforçar a idéia de que o que acontece no Oriente Médio é uma guerra religiosa e tem fundo bíblico, de tal maneira que não tem fim. Esse conflito, na verdade, tem uma história recente e tem a ver com a Declaração Balfour de que Israel não seria necessariamente criado naquele lugar. Gostaria de um comentário sobre essa questão.

Resposta: Quando foi assassinado Yitzhak Rabin, eu me lembro de uma cena que me impressionou muito, o rapaz que o tinha assassinado dizia numa entrevista “Não fui eu que assassinei Yitzhak Rabin, eu cumpri um mandato de Deus”. No raciocínio dele, Deus deu Israel para o povo escolhido; aqueles que negociam o território por paz, como o caso daquele encontro entre Rabin e Arafat em 93, estão traíndo o mandato de Deus. Ora, do ponto de vista religioso, nenhuma lei é maior que a lei de Deus. Para o rapaz, ele estava apenas cumprindo a justiça divina. Achei impressionante porque, se muitas pessoas concordarem com esse raciocínio, a paz será absolutamente impossível. Evidentemente, o reino da religião não é o reino da política, só diz respeito à fé e a certas determinações que não podem ser questionadas. Portanto a minha opinião sobre o Estado de Israel, hoje, é que ele ainda não definiu sua natureza, não sabe se é um Estado judeu, portanto uma doação divina sem concessões, ou um Estado de judeus, portanto laico, que precisa conviver com os outros Estados, fazendo concessões e esforços diplomáticos. Minha opinião, que gostaria de frisar, é que os governos árabes têm medo do Estado palestino porque, entre eles, nenhum povo desenvolveu de forma tão

aguda o problema do Estado e sua relação com a política e religião, como o fez o Estado palestino. A constituição de um Estado palestino hoje, no Oriente Médio, coloca imediatamente em questão a natureza das monarquias e ditaduras militares árabes, porque a própria história da luta e formação do Estado palestino coloca para os palestinos o problema da concepção da democracia e dos direitos humanos de uma forma muito mais aguda do que aquela hoje colocada para a Síria, Arábia Saudita ou Iraque. Portanto, o problema da constituição do Estado palestino é também um problema para os Estados árabes reacionários. Nesse sentido, existe interesse, vindo de todos os lados, em alimentar um certo mito de que a questão palestina está embebida na Bíblia e, enquanto for tratada desta maneira, não terá solução, pois entra no reino da fé. Isso interessa para a monarquia saudita, por exemplo, como guardiã dos templos muçulmanos. Ela ocupa um lugar fundamental na comunidade islâmica internacional. Interessa, para ela, manter o mito do Islã contra o Cristianismo e o Judaísmo. Também interessa às ditaduras militares impedir a formação de um Estado árabe progressista naquela região. Não é por acaso que esse mito bíblico persiste. O movimento sionista internacional do final do século XIX chegou a cogitar a construção de Israel em Uganda, e até mesmo numa parte da Argentina, mas foi escolhida a Palestina pela possibilidade de se recorrer a esse mito bíblico que se apóia nos interesses contrários à formação de um Estado palestino soberano.

Pergunta: A história da Palestina realmente se confunde com a história da humanidade, e o nome da Palestina foi introduzido pelos romanos na época da invasão, anterior a Cristo, e vem da palavra “filisteu”. Na realidade, esse povo que se encontra lá agora é de etnia árabe e só chegou na região por volta de 600 d.C. Sem questionar o direito da terra deles, como o senhor entende a questão das etnias?

Resposta: Existem dados históricos que comprovam que o povo que habita aquela região é semita, que eram os árabes e os judeus que habitavam originalmente aquela região. Sem entrar em longas discussões sobre as ramificações das etnias, gostaria de atentar a um dado que a muitos escapa: é que o movimento sionista foi impulsionado por um componente do povo judeu que não tem nada a ver com semitismo. O movimento sionista foi organizado por judeus da Europa Oriental cuja origem não é semítica; foram povos convertidos ao Judaísmo no desenvolvimento da diáspora que se deu no ano 70 d.C. Muitos daqueles que reivindicam ser originários da Palestina por serem judeus estão profundamente equivocados. Essa confusão histórica se presta à retórica do mito da terra de Israel como a terra que vai receber os seus filhos de volta. Na verdade, os sionistas não estariam voltando, porque nunca foram originários daquela terra.

Observação do Prof. Mohamed Habib:

Se nós aceitarmos a versão colocada nesta pergunta, de que os atuais palestinos são árabes e chegaram naquela região junto ao Islamismo no ano 600 d.C., como ficam, então os palestinos cristãos? É impossível dizer que esses também chegaram lá junto com os muçulmanos, pois o Cristianismo já existia. A expansão do Islamismo não ocorreu substituindo povos, mas sim substituindo códigos espirituais de povos residentes, incluindo o povo palestino, do qual uma parte converteu-se ao Islamismo e outra permaneceu no Cristianismo e no próprio Judaísmo. Portanto, seria alteração da história tentar dizer que os palestinos são árabes muçulmanos que chegaram à Palestina no ano 600 d.C.

Pergunta: E como fica a questão da diferença de tratamento do Estado israelense feito aos judeus não semitas–europeus e os semitas–árabes?

Resposta: Tenho uma posição sobre Israel: que, num certo sentido, ele seria uma vitória póstuma de Hitler. Israel me parece ser a negação do espírito universalista que já se encontrava em muitos autores judeus, como Karl Marx, por exemplo. Foi até mesmo feita uma denúncia, no *Sunday Times* de Londres, que não foi contestada, que dizia que os cientistas Israelenses estavam pretendendo desenvolver uma bomba étnica que lançaria na atmosfera algo que atacaria a estrutura genética dos árabes. Se as pesquisas de biotecnologia serviram para alguma coisa, foi para demonstrar que não tem como sustentar

cientificamente o conceito de raça. Os estudos genômicos provaram que o código genético dos homens é profundamente semelhante, e não se distingue entre etnias e povos diferentes. “Raça” é um conceito construído pela cultura. A classificação dos povos em raças surgiu em decorrência da escravidão, particularmente por um sujeito chamado Gobineau, no século XIX, que pretendeu comprovar, com a árvore genealógica de sua família, que era descendente de ninguém menos que o deus Odin. A pergunta é: por que alguém acreditava nisto? É evidente que não dá para levar a sério uma afirmação desta, mas alguns acreditaram, era conveniente. Adotar a classificação de raças de Gobineau tranquilizava a consciência ocidental e cristã quanto ao fato da escravidão, já que os escravos estavam numa escala baixa da evolução e não poderiam ser considerados plenamente humanos. Não eram feitos a imagem e semelhança de Deus. As pessoas escolheram acreditar nisto naquela época, assim como, hoje, todos escolheram acreditar que ninguém morreu na guerra do Golfo. A televisão mostrou isso, uma guerra limpa, cirúrgica, e todos acreditaram. De fato, morreram 135 mil pessoas. Quando trabalhava como editor de jornalismo internacional na *Folha de S. Paulo*, à época da invasão do Kuwait pelo Iraque, até o fim do conflito recebi dezenas e dezenas de informações detalhadas sobre os soldados americanos e, pelo outro lado, somente o seguinte: “Mulheres de véus”, “árabes autoritários”, “meninos de 12 anos com fuzis”, “atraso, feira de camelos na Arábia Saudita”. Depois de seis meses bombardeado por notícias assim, o que você conclui? Conclui que existem dois lados em luta: de um lado somos nós,

46

o soldado americano, parecido com você, e do outro lado um ser exótico, não exatamente humano. Por isso que acreditamos que ninguém morreu na guerra do Golfo. É a mesma operação mental feita pelo Gobineau, no século XIX. Nós escolhemos acreditar nas coisas que nos são mais convenientes, fabricadas pela cultura. Em Israel, o problema que surgiu para impedir o desenvolvimento dessa bomba étnica foi a constatação genética de que não existe raça. Não haveria como isolar nenhuma característica no genoma dos árabes que pudesse ser utilizado como fator seletivo dessa bomba. É muito curioso o mero fato de essa bomba ter sido tentada com a ajuda de cientistas de "um certo país" que recebia ajuda do Mossad, que era a África do Sul na época do *apartheid*. Também na África do Sul queriam construir uma bomba para acabar com os negros. Aqui temos exemplos também: em nenhum estado do Brasil a polícia desenvolveu métodos tão aperfeiçoados para reprimir, torturar e assassinar os militantes do MST como no Paraná, e, claro, com a ajuda do Mossad. Isso saiu publicamente nos jornais do estado do Paraná, em tom otimista e elogiativo. Por isso acho que, num certo sentido, o que acontece em Israel hoje é o contrário desse espírito cosmopolita que é encarnado por gente como Marx, Trotski, Freud, Hannah Arendt, Noam Chomsky e tantos outros. Isso reforça a idéia de que Israel tem que tomar uma decisão quanto à natureza do Estado que ele é, religioso ou laico. A sociedade israelense é totalmente hierarquizada. Dentro de Israel existem guetos em que as pessoas são alocadas de acordo com sua origem na Europa;

isto é um critério totalmente determinado por questões de origem étnica.

Pergunta: Sobre a cobertura dos conflitos na região e o tratamento da mídia internacional às questões árabes, o que o senhor tem a dizer?

Resposta: Quem analisar a cobertura que a mídia fez aos recentes ataques ao Afeganistão não precisa ser especialista para perceber o lixo racista que ela tem sido. Principalmente a revista *Veja*, que se especializou em insultar a comunidade islâmica internacional: um material de quinta categoria, mentiroso e desinformado. Dos grandes jornais brasileiros, o único que se salvou foi a *Folha de S. Paulo* — porque se vende como democrático e pluralista —, onde várias pessoas de visões diferentes puderam se manifestar, e ainda assim foi um jornalismo plural com ressalvas. Mas, porque a mídia distorce? Ela não é burra, mas incompetente e analfabeta. Está cheio de jornalista analfabeto por aí; aliás, acho que atualmente compõem uns 90% da mídia. Então, a mídia faz isso porque os seus órgãos demandam bilhões de dólares de investimentos, o patrimônio da *Folha de S. Paulo* é estimado em mais ou menos um bilhão de reais; o universo *on line*, próximo disso. Estamos falando de instituições que giram na órbita dos milhões, com muitos compromissos com o sistema financeiro e com o sistema das grandes corporações transnacionais. Existe uma profunda associação, íntima e promíscua, entre os donos da mídia e o capital financeiro mundial e a indústria bélica. Hoje, é impossível separar as coisas; não podemos ser ingênuos para imaginar

que os Estados Unidos abririam uma concessão de *link* por satélite estacionado em órbita polar fixa com capacidade de mandar notícias para todo o mundo a qualquer hora do dia, como a CNN tem, se esta não tivesse compromisso com o Departamento de Estado. O compromisso da mídia com a indústria de guerra, o capital financeiro e com as grandes corporações chega a tal ponto de que não é mais possível separá-los; a mídia hoje é um instrumento de guerra. Chega na frente, condiciona os espíritos, cria consensos, dissemina as informações necessárias para que a guerra seja feita da maneira mais conveniente aos donos da mídia. Quando os Estados Unidos finalmente entraram em Cabul, dez dias atrás, foi destruído imediatamente o escritório da Al-Jazira [órgão árabe de reportagens] na cidade, com uma bomba. Isso demonstra o grau de democracia dos Estados Unidos. Quando George Bush Jr. convidou os donos da mídia americana para pararem de divulgar informações sobre Osama Bin Laden, porque este supostamente estava usando suas imagens para mandar informações em forma de código, eles concordaram imediatamente. Isso remete à seguinte questão, que deve ficar como um tipo de alerta: os EUA estão passando por um processo muito perigoso de fascistização da sociedade. Quais são os elementos que evidenciam isto? Primeiro, pela primeira vez na história americana, exceto por períodos muito breves e não com esta intensidade, o FBI teve o poder de deter para averiguação qualquer pessoa considerada suspeita, sem a necessidade de informá-la da razão da suspeita. Qualquer pessoa pode ter sua ligação telefônica grampeada, sem precisar

de decisão judiciária prévia. Qualquer pessoa pode ter sua casa revistada, sem precisar de decisão judiciária prévia. Qualquer pessoa pode ter sua casa revistada, sem precisar de decisão judiciária prévia. Qualquer pessoa pode ter sua navegação na Internet rastreada, sem precisar de autorização prévia. Um detalhe: a imprensa americana está discutindo abertamente, hoje, a possibilidade da adoção, juridicamente legalizada, da tortura como método de obter informação, supostamente contra o terrorismo. Portanto estamos vivendo um momento que não é um momento qualquer na história da humanidade, pois a hiperpotência mundial está assumindo um viés fascista e está exportando-o para o mundo. O nosso amado presidente acabou de autorizar a abertura do escritório oficial da CIA em São Paulo. Existe uma campanha que está sendo feita, desde 11 de setembro, pelo Departamento de Estado americano, com a ajuda de especialistas que vivem dando entrevistas destinadas a provar que a tríplice fronteira de Foz do Iguaçu, entre Argentina, Brasil e Paraguai, é foco de terrorismo islâmico. Isso é perigosíssimo, porque, a pretexto de combater terrorismo islâmico e já tendo escritório da CIA aqui em São Paulo, eles vão começar a agir abertamente na Foz do Iguaçu. Vai ser a intervenção de uma potência estrangeira dentro do Brasil, e já está acontecendo. Nas últimas semanas, foi encontrada uma conexão entre o terrorismo islâmico e as FARC da Colômbia; completa-se o pacote, com o apoio da mídia. Esse é o caráter da exportação da fascistização dos Estados Unidos. Logo vamos parar de discutir a ocupação da Palestina para começar a discutir a ocupação da Amazônia e de Foz do Iguaçu. É o processo de recolonização.

MANIFESTAÇÃO DE MONSENHOR ATALLAH HANNAH, da Igreja Ortodoxa na Terra Santa e Jordânia

Tradução: Prof. Mohamed Habib

[...] Como representante religioso cristão do povo palestino, gostaria de frisar, com bastante clareza, que o povo cristão árabe palestino faz parte inseparável da região, da história e da causa palestina. Quando falamos do tema “A História da Palestina”, percebemos que ele é tão complexo que devemos tratá-lo sob diversas óticas. Não apenas a ótica islâmica, mas a cristã, judaica, política, histórica, cultural, enfim, os vários aspectos que representam a sua história. A ocupação israelense no território palestino se concretizou a partir de 1948, se ampliou a partir de 1967 e se estende até hoje, tendo seu aspecto negativo se refletindo em todas as religiões professadas pelo povo palestino. Por exemplo, o cerco ao redor da cidade de Jerusalém impede os árabes palestinos cristãos e muçulmanos de chegarem aos seus santuários e às suas instituições espirituais e religiosas. A Igreja cristã palestina entende que o que o povo palestino passa é o mesmo que a comunidade cristã palestina. Sofrem os mesmos impactos negativos, exclusão e violência. A partir do atentado de 11 de setembro à Nova York e Washington, a mídia internacional começou a divulgar o conflito de forma incorreta, numa tentativa de caracterizá-lo como uma guerra religiosa entre o Cristianismo e o Islamismo, isso tudo para enganar a opinião pública internacional. Não há guerra entre essas duas religiões.

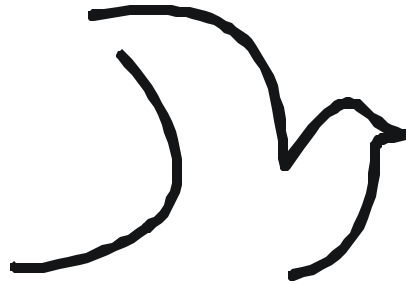
O objetivo desta distorção da verdade serve para desviar a opinião pública internacional da causa verdadeira deste conflito, puramente geopolítico. A partir desta data e desta onda de confusão de informações causada pela mídia, as instituições cristãs e muçulmanas na Palestina começaram a desencadear encontros entre os religiosos, na Palestina e em outros países, para mostrar à opinião pública que as duas religiões continuam convivendo em total harmonia e não há nenhuma inimizade entre estas duas espiritualidades. No entanto, de vez em quando aparecem movimentos fundamentalistas islâmicos e também cristãos que atuam de uma forma totalmente antagônica, criando estas distorções alimentadas pela mídia.

As religiões entendem que esses movimentos vão contra as escrituras sagradas, tanto do Islã quanto do Cristianismo. Na verdade, os fundamentalistas são manipulados por grupos sionistas que investem cada vez mais na existência deste tipo de conflito religioso entre muçulmanos e cristãos; são conflitos artificiais criados por interesses escusos. Poucos dias atrás, quatro palestinos cristãos morreram a tiros, saindo da igreja, e estas vítimas nem sequer aparecem na mídia internacional, que manipula as imagens mostrando um povo agressivo, violento, terrorista, sem mostrar a violência e o desrespeito que os palestinos vêm sofrendo nas mãos dos soldados de Israel.

É injustiça e demagogia apoiar este combate ao terrorismo como vem sendo mostrado, enquanto o verdadeiro terrorismo não está sendo combatido nem visto, no qual centenas de milhares de palestinos estão sofrendo a perda de seus direitos e vidas violentamente.

PLENÁRIA 2

**CULTURA E HISTÓRIA
DO POVO PALESTINO**



PROF. DR. MOHAMED HABIB

Coordenador de Relações Institucionais e Internacionais da Unicamp

[...] Preparei uma apresentação cronológica de acontecimentos para abordar a questão da cultura palestina a partir de sua história, em que, com bastante clareza e visibilidade, perceberíamos o nacionalismo palestino como sendo a espinha dorsal daquele povo. Utilizarei alguns recursos visuais para auxiliar na explanação.



FIGURA 1: A cidade de Jerusalém

Na figura 1 podemos ver a cidade de Jerusalém, onde, além das moradias, podemos ver as instituições espirituais, claramente de dois tipos: as cristãs e muçulmanas. Mostro isso para que possamos perceber esta cidade como um centro espiritual para a humanidade, como o berço do monoteísmo e das três religiões abraâmicas. Isto pode explicar porque a Organização das Nações Unidas, em 1948, decidiu, em uma de suas resoluções, que Jerusalém seria uma cidade que deveria ser administrada por instituições internacionais, orientadas pela ONU.



FIGURA 2



FIGURA 3



82

FIGURA 4

Nas figuras 2 e 3, podemos ver a fase de transição entre a dominação do Império Otomano para o Império Britânico. Na figura 2, podemos ver um deputado de Jerusalém pelo povo palestino no Parlamento otomano, chamado Ruhi Al-Khalidi, com mandato de 1908 e 1912. Isso nos mostra que, já naquela época, existia um parlamento na Palestina, composto de representantes do Império Otomano e de palestinos. Na imagem 3, vemos o Sr. Faidi Al-Alami, que foi prefeito de Jerusalém de 1906 a 1909, mostrando que esta era uma cidade árabe-palestina, tendo um governador do mesmo povo. Prestem atenção no modo de se vestir dessas pessoas, palestinos que

viviam há mais de 100 anos atrás, para que possamos associá-los com as imagens atuais, difundidas pela mídia oficial internacional.

Na figura 4, podemos ver dirigentes do Congresso Palestino, um movimento político que já se posicionava totalmente contra a ocupação britânica que, oficialmente, se concretiza em 1923. Esse congresso foi realizado em 1920, mostrando que o povo palestino já se organizava e se mobilizava através de seus dirigentes para tentar impedir a oficialização do mandato britânico.



FIGURA 5

Na figura 5, vemos uma foto típica de uma mãe com sua criança, mostrando a comunidade do interior (rural) da Palestina. Na figura 6, podemos ver uma escola rural de crianças, no início do século e antes da ocupação britânica.



FIGURA 6

Na figura 7, nos é mostrada a vocação econômica da Palestina, a produção de frutas. Uma boa parte da população palestina, já desde os tempos antigos, trabalhava na produção de frutas.



FIGURA 7



FIGURA 8



FIGURA 9

Nas figuras 8 e 9, à época da ocupação britânica, por volta de 1930, podemos ver imagens de dois casamentos, um cristão e outro muçulmano. Podemos perceber que não existe diferença visual entre os dois, mostrando uma grande harmonia entre as formas de expressão das duas religiões.



FIGURA 10

A figura 10, também de 1930, mostra um encontro religioso onde participavam representantes da Igreja Católica Ortodoxa e líderes muçulmanos, para a manifestação de seu posicionamento, contrário à ocupação britânica na Palestina.

As figuras 11 e 12 descrevem a situação de 1938; de um lado, vemos as forças de resistência da Palestina e, do outro, as forças de ocupação britânica.

Para mostrar o ambiente urbano e as escolas urbanas, vejamos as fotos 13, 14 e 15. Vale a pena mencionar que, no início do século XX, pouco antes da ocupação britânica, a média de crianças e adolescentes urbanos nas escolas era de 35%. No ambiente rural, era de 20%. Pergunto, isso era ruim?

64

Qual a porcentagem dos jovens brasileiros, hoje, que se encontram na escola? Por volta de 43 %. E estamos falando, comparativamente, da Palestina há 100 anos.



FIGURA 11



FIGURA 12



FIGURA 13



FIGURA 14



FIGURA 15

Para nos encaminhar para a data de 1948, vale mostrar essas duas imagens, 16 e 17, que mostram os atos de criação do Estado de Israel. Na primeira figura [16], aparece o fundador do Sionismo, Theodor Herzl, com a sua mãe (ver Anexo II). Este jornalista austríaco publicou em 1896 o seu livro *Der Judenstaat (O Estado Judaico)*, e nele considerava desejável a assimilação dos judeus aos Estados onde estivessem; porém, devido ao anti-semitismo europeu, esta integração seria impossível. Assim, seria necessária a criação de um Estado judeu na Palestina, e deste modo ele transformou essa esperança numa ideologia política. O que Herzl esqueceu foi o fato de que a Palestina era um país povoado havia milhares de

anos (ver mapas em anexo). E, na segunda figura [17], o ministro do Exterior britânico, Arthur James Balfour, o autor da Declaração Balfour, em 1917.



FIGURA 16

FIGURA 17

Tal declaração dizia que o governo britânico encarava como favor o estabelecimento, na Palestina, de um lar nacional para o povo judeu, garantindo, no entanto, que nada prejudicaria os direitos religiosos e civis das comunidades não judias existentes na Palestina. O mandato que a Liga das Nações confiou à Grã-Bretanha, em 1922, para administrar a Palestina, previa que a mandatária se responsabilizava por pôr em prática a tal Declaração, em favor do estabelecimento do lar judeu na Palestina. Porém, a Câmara dos Lordes inglesa se opôs à incorporação da Declaração Balfour no mandato para a Palestina. Deste modo, tal Declaração nunca foi aprovada pela Câmara dos Comuns nem pela Câmara dos Lordes. Em 1922, Winston

Churchill declarou, na Câmara dos Comuns, que, “[...] ao mesmo tempo em que essa garantia era dada aos sionistas, uma promessa igualmente importante era feita aos habitantes árabes palestinos, a de que seus direitos civis e religiosos seriam assegurados, e de que eles não seriam expulsos para dar lugar aos recém-chegados”. O que então houve de lá para cá? Cumpriu-se a promessa? Os direitos dos palestinos foram assegurados? Os palestinos não foram expulsos? Tirem as suas conclusões.

Nas imagens seguintes, vemos, na figura 18, o *slogan* do movimento da organização militar nacional sionista de 1938, em que vemos armas e o escrito em hebraico: “A única maneira”. O objetivo era que, com as armas, fosse criado o Estado de Israel. A outra, figura 19, mostra o jovem Menahem Begin em 1948, após a criação do Estado de Israel, com a mesma placa do *slogan*, antes mencionado, representando esse movimento armado. Isso mostra claramente que a criação do Estado de Israel é obra do sionismo e um ato de violência armada (ver Anexo II).



FIGURA 18



FIGURA 19

Devido à falta do tempo, sugiro acompanhar a história da criação do Estado de Israel e os conflitos com o povo palestino até os tempos atuais através de uma análise rápida das deliberações e das resoluções da ONU e de seu Conselho de Segurança, que podem ser encontrados no Anexo II.

Resolver o conflito entre Israel e Palestina e estabelecer um estado de paz naquela região, hoje, é um sonho de muitos que se espalham pelo mundo, independente de espiritualidade, etnia ou nacionalidade. O Anexo III refere-se a uma análise sobre o tema, publicada na Revista *"Foi et Développement"* em outubro de 2001 e de autoria de um jornalista judeu israelense chamado Michael Warchawski, mais um sonhador que, conosco, luta pela paz mundial.

Para mostrar a arquitetura das cidades palestinas antes da ocupação britânica e antes da criação do Estado de Israel, vemos as figuras 20 e 21, para que possamos ter uma noção da qualidade de vida do povo palestino naquela época.



FIGURA 20: Jafa nos anos 40



FIGURA 21: Arquitetura típica da região. Casa na cidade de Ramalla, 1940



FIGURA 22: Moinho de farinha em Nablus, em 1940



FIGURA 23: Selos palestinos

Também é interessante mostrar uma fábrica palestina (moinho de farinha), na figura 22. Um conjunto de selos, antigos, com o nome de Palestina, aparecem na figura 23, além de outro de selos mais novos, já com o nome “Autoridade Palestina”. Há 100 anos, já existiam selos mostrando o nome de uma país chamado Palestina, Estado que existia com a sua própria cultura solidificada.



FIGURA 24



FIGURA 25

Nas figuras 24 e 25, vemos panfletos de propaganda de produtos fabricados na Palestina. Mostramos isto para provar que a Palestina possuía indústria e comércio, do mais variado tipo.



FIGURA 26



FIGURA 27

O drama e a destruição da Palestina começam a ser mostrados a partir da figura 26. A expulsão, demolição e violência contra o povo palestino desde 1948.



FIGURA 28



FIGURA 29



FIGURA 30



FIGURA 31

Podemos passar para o quadro atual do povo palestino, nas figuras 29 e 30. A foto 31 mostra uma cultura nacionalista criada nesses quase 100 anos de resistência à ocupação. A pedra na mão tornou-se um símbolo que diz: "Vamos resistir até alcançar os nossos direitos e a nossa liberdade". É um povo oprimido, sem sequer apoio militar, numa situação que entra em choque hoje com tudo que a humanidade sente, pois, quando vemos na nossa própria cidade uma criança sofrendo, nos dói no coração. Mas existem milhares de pessoas nesse planeta que sofrem injustiças e atrocidades e, principalmente, podemos ver que o povo palestino é o único

existente que não tem uma pátria definida e reconhecida pelo resto do mundo.



FIGURA 32

As figuras 32, 33 e 34 nos mostram um pouco da arte palestina. Sua cultura artística sempre foi muito forte desde a Antiguidade, na escrita e na educação. Havia clubes culturais, de literatura, de poesia. Os palestinos sempre tiveram espírito nacionalista, devido a sua conjuntura. Sua cultura também aparece na expressão popular, como danças e artesanato.



FIGURA 33



FIGURA 34

Para concluir, gostaria de apresentar um pouco de minha história. Sou de origem egípcia, e vivi no Egito 31 anos, estando no Brasil há 29. Vivía numa cidade chamada Porto Said, na entrada do Canal de Suez. Morava num prédio modesto de três andares, onde viviam três famílias. Uma família cristã, uma judia e a minha, muçulmana. Nós, crianças, comíamos, brincávamos e dormíamos em quaisquer desses andares. Nunca sentíamos diferenças entre nós, apesar de espiritualidades diferentes, porém, totalmente harmônicas. O Islã me ensinou o seguinte: Deus único e poderoso não poderia enviar três ou mais mensagens religiosas contraditórias, mas, sim, Ele construiu a espiritualidade da humanidade em etapas, que eram superadas cada vez que a humanidade alcançasse um certo nível de

conhecimento. E a última que mandou, o Islamismo, procurava manter as escrituras sagradas, sendo proibido alterá-las e traduzi-las. Também procurava investir no capítulo dos direitos humanos, individuais e coletivos, colocando obrigações aos dirigentes e aos pais de família. Isso às vezes assusta algumas culturas ocidentais, porque o código islâmico é revolucionário e defende os direitos das minorias. Assim que eu aprendi, e assim vivíamos em paz. O conflito que havia onde eu morava só foi sentido a partir de 1956, e as três famílias foram atingidas por uma bomba de Napalm dos ingleses, arma proibida na época. Essa foi a resposta a uma tentativa de nacionalização do Canal de Suez por Nasser, já que o Banco Mundial recusou o financiamento para a construção de uma barragem (Assuan) para geração de energia elétrica. A Inglaterra e a França atacaram, para recuperar o canal de Suez e impedir o seu proveito pelo Egito. Naquela guerra, Inglaterra e França convidaram um país jovem para participar na guerra contra o Egito: Israel. Este aceitou, em troca de um pedaço de terra para ligar suas terras ao mar Vermelho. E, assim, a história foi escrita.

A história vem mostrando como o povo palestino sofreu e continua sofrendo até hoje. Essas imagens servem para demonstrar a condição anterior e a atual, desse povo que perdeu todos os seus direitos.

Bibliografia

- RAPPAPORT , A. S. *History of Palestine*. Londres, 1931.
- HAS, J. de. *History of Palestine in the last two thousand years*. Nova York, 1934.
- KIRK, G. E. *A Short history of the Middle East*. Londres, 1960.
- REICHERT , R. *História da Palestina*. Editora Herder; Edusp, 1972, 411 pp.
- DIMBLEBY , J. *The Palestinians*. Londres e Nova York, 1979, 255 pp.
- KHALIDI , W. *Before their Diaspora*. Washington – D.C., 1984, 351 pp.

Fontes das imagens

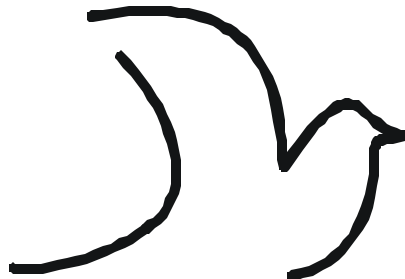
- 1, 23, 32, 33, 34 – *Guia para Visitantes à Palestina*. Ed. Turbo Design, Ministério do Turismo e Antiguidades de Belém.
- 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 24, 25 – KHALIDI , W. *Before their Diaspora*. Washington, D.C, 1984.
- 5, 11, 12, 20, 21, 22, 26, 27, 28 – DIMBLEBY , J. *The Palestinians*. Londres e Nova York, 1979.
- 29, 30, 31 – *Folha de S. Paulo*, nov.–dez., 2001.

COMENTÁRIO DO MONSENHOR ATALLAH HANNAH*Da Igreja Ortodoxa na Terra Santa e Jordânia**Tradução: Prof. Mohamed Habib*

É importante salientar que a cidade de Jerusalém é o coração da cultura palestina, então não podemos desconsiderá-la ao debater esse assunto. Por isso que, desde a ocupação de Jerusalém em 1967, o Estado de Israel vem se utilizando da estratégia de apagar a cultura e a história palestina, tanto muçulmana como cristã, de Jerusalém. Os crimes do Estado de Israel nesta cidade não se restringem à agressão às instituições religiosas muçulmanas e cristãs, estão muito além disso, e chegam à falsificação e eliminação da história destas duas religiões. Com isto, procuram eliminar da memória da humanidade o patrimônio histórico milenar que existe em Jerusalém. Mesmo os livros e folhetos oferecidos aos turistas eliminam totalmente, de seus textos, a história muçulmana e cristã na região. A ocupação de Israel na Palestina não se limitou à destruição dos lares palestinos, mas se estendeu à destruição do patrimônio religioso e cultural daquele país. Essa situação continua até hoje: todas as aldeias palestinas que foram ocupadas tiveram as suas igrejas e mesquitas transformadas em boates, teatros e cinemas ou coisas parecidas, para apagar a história cultural e religiosa dos palestinos. A ocupação não se limitou ao território, mas estendeu-se às mentes. Os ataques militares dos últimos meses

atingiram de uma maneira visível as instituições religiosas cristãs e muçulmanas. Ultimamente, o governo fascista de Israel tenta cada vez mais interferir no trabalho das instituições religiosas na Palestina, para que estas sirvam à sua causa.

**A QUALIDADE DE VIDA
DO POVO PALESTINO**



DR. ALDO REBELO

Deputado Federal

[...] A luta pelos direitos humanos não é somente a luta pela divulgação da declaração feita pelas Nações Unidas, mas uma luta muito concreta, e hoje lutar pelos direitos humanos por todo o mundo é divulgar a violação de todos os direitos consagrados pela humanidade, principalmente o do povo palestino. A Palestina localiza-se em uma região cobiçada do planeta; durante quase toda a história conhecida da humanidade, todos os impérios por ali passaram. Ali, quiseram ter influência desde os babilônicos aos norte-americanos. A Palestina é uma área que compreende não só os atuais territórios mantidos sob a autoridade palestina, mas também as faixas ocupadas por Israel e regiões do próprio Egito, da Síria e da Jordânia. É um corredor de passagem e ponto de saída e de entrada para três continentes: a África, a Europa e a Ásia. Além dessa importância geográfica e geopolítica, ela também assumiu nesse século uma importância econômica fundamental, pela presença do petróleo na região do Oriente

Médio. Os povos árabes lutaram durante todo esse tempo pela sua autonomia e independência, chegaram a forjar uma aliança durante a Primeira Guerra com ingleses em luta contra a Alemanha e a Turquia. Um protocolo divulgado durante a revolução russa de 1917 demonstrava como esse acordo foi falsificado, pois os árabes teriam uma capital independente, reconhecida em Damasco, e sua libertação se deu por um general árabe e outro inglês. Depois de vitoriosa, a articulação que derrotou a Alemanha e a Turquia, em vez de conceber a independência, como tinha sido acordado, fez a partilha daqueles territórios entre a Rússia czarista, a França e a Inglaterra. Isso ficou demonstrado depois que os dirigentes russos divulgaram como a promessa tinha sido revogada, em um acordo de bastidores entre o chanceler francês e o inglês. Após a ocupação inglesa, essa luta continuou e, em 1947, houve a partilha do território palestino, presidida por um chanceler brasileiro: Israel ficaria com 53%, a Palestina com o restante. Essa partilha já retirava aos palestinos territórios que lhes pertenciam historicamente e criava o Estado de Israel.

Atualmente, esse Estado tornou-se posto avançado dos interesses estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos. Tornou-se um guardião dos poços de petróleo e um elemento de impedimento, para os povos árabes, de se concentrar em outras atividades que não a defesa. Para se ter uma idéia, 20% do PIB de Israel são compostos por doações de pessoas físicas e jurídicas dos Estados Unidos, além de receber seu apoio militar. Isso também se transforma em troca de interesses, já que o preço do petróleo acaba sendo determinado pelas

forças americanas com influência na região. Por isso que, recentemente, os europeus começaram um programa para utilização de energias alternativas, como o álcool, já que não confiam muito na durabilidade dessa tutela militar dos Estados Unidos na região do Oriente Médio.

Na medida em que avança a luta dos povos árabes contra a usurpação, também avança a solidariedade dos outros povos a seu favor. Hoje, a situação é insustentável, não há como Israel, mesmo com toda a propaganda e influência sobre a imprensa internacional, manter a violência, ocupação e desrespeito aos direitos humanos do povo palestino. Durante esse ano, até agosto, mais de 500 palestinos foram mortos pela polícia e o exército israelenses, e 23 mil, feridos e mutilados. O seu sistema legal já prevê o uso de tortura contra prisioneiros e as executa abertamente, sendo os torturadores conhecidos pela população. E não se trata de tortura clandestina, mas sim realizada como punição, como mutilar e quebrar as mãos e braços das crianças palestinas que atiram pedras. Isso, além de outras violências como a praticada contra intelectuais palestinos, que não fazem parte de nenhum grupo armado, mas que faziam conferências e tinham suas línguas cortadas depois de executados.

Não há direito humano quando se vive em uma colônia, um lugar ocupado. A luta do povo palestino é a luta pela independência. Por essa razão é que, quando Bush pediu a interferência do presidente Assad da Síria contra os grupos acusados de terroristas, como o Hizbollah, o Jihad e outros, ele recusou, dando o exemplo da Resistência francesa do general

de Gaulle a partir do território inglês, com métodos de guerra não regulares, mas legítimos para a conquista do seu território. Ele usou esse exemplo histórico para legitimar os métodos palestinos de resistência. Recentemente, o presidente da França, Jospin, numa visita a Israel, classificou o grupo Hizbollah como terrorista e, quando retornou a seu país, não chegou a ir à sede do governo, pois foi convocado imediatamente pelo Parlamento francês, porque este não admitiu essa referência negativa àqueles que lutam pela independência e por autonomia contra a ocupação do seu território.

Os palestinos, quando lutam em defesa do seu território, estão lutando em defesa de uma resolução da ONU, já alterada, inclusive, reduzindo o território palestino a 22% do original antes da criação de Israel. E, ainda mais, Israel ocupa esses 22%. Este ano, 3200 prédios foram derrubados pelas autoridades israelenses, e entre eles 1200 eram residências de famílias. Na calada da noite eles chegam, para evitar a resistência, e retiram homens, mulheres, velhos e crianças, e demolem as casas, por suspeita de apoio à resistência contra a ocupação. As casas dos colonos israelenses, dentro dos territórios palestinos, financiadas pelo dinheiro norte-americano, são casas que têm jardins e piscinas, enquanto, ao fundo, os palestinos vivem amontoados, tirando água de chafarizes coletivos com bombas d'água, que, de vez em quando, as autoridades israelenses cortam. Ficam sem o mínimo necessário para cozinhar e para sua higiene. Ficam sem assistência médica, prejudicados pelo toque de recolher. São humilhados pelas vistorias freqüentes nos corredores que levam

a Israel, porque muitos palestinos trabalham lá. É quase um milagre que os índices de alfabetização entre os palestinos sejam altos e sua taxa de mortalidade infantil, baixa.

As condições impostas pelos israelenses para que os palestinos aceitem uma relativa autonomia são impraticáveis, querem em primeiro lugar que os palestinos abram mão e desconheçam a existência de uma grande comunidade refugiada palestina, que vive fora dos territórios, na Jordânia, no Líbano, na Síria. Esta sempre procuram retornar, mas não consegue. Quando perguntei uma vez a uma criança palestina refugiada o que ela queria do Brasil, impressionei-me com a resposta. “Quero que as crianças brasileiras me ajudem a ter um país” não é uma resposta comum, vinda de uma criança. Quando você leva as crianças a terem de cumprir a função de pôr em primeiro plano a luta pelo seu país, você fere também o sagrado direito à infância. E o que Israel deseja desse povo? Respeito?

Agora voltou à moda um livro publicado há 3 ou 4 anos por um estudioso norte-americano chamado Samuel Huntington, que tenta explicar o conflito como uma guerra de civilizações. Isso parece que não explica a situação, porque, se tomarmos o caso do Brasil, percebemos que não temos como classificar nossa civilização, nós somos compostos por um pouco de cada cultura e etnia. Somos meio europeus, meio africanos, meio índios, meio árabes; ou não somos? Na nossa língua, culinária, arquitetura, vimos muito da presença árabe. Então, civilização não explica, pode ser usada como um pretexto.

Esse conflito é apenas reflexo de um rastro de ódio semeado pelo mundo por um império, e não se sabe onde isso

vai parar. Ontem a Iugoslávia, hoje o Afeganistão, amanhã o Iraque. Primeiro se cria o alvo, o inimigo, e depois se justifica a presença e a intervenção americana. Conheço as três fronteiras, Brasil, Paraguai e Argentina, das quais se tem falado tanto e desconfiado não menos. Sei que lá existe uma atividade intensa de solidariedade aos povos árabes, assim como existe uma atividade intensa de solidariedade ao IRA nos Estados Unidos. O que querem atingir é esse movimento de solidariedade e, como não podem fazê-lo diretamente, usam o pretexto da existência de organizações ou de laços terroristas, aproveitam-se da fragilidade do Paraguai, onde o americano interfere diretamente.

Alguns países, atualmente, têm suas forças de inteligência, exército e polícia controladas diretamente pelos Estados Unidos. É preciso ter cuidado para que o Brasil também não se desvie de seus objetivos a partir destes episódios. Aqui, nunca foi hábito perguntar a ascendência de ninguém, convivi com pessoas de todos os lugares do país e nunca vi as pessoas procurarem saber se o seu sobrenome era árabe, português ou judeu. Aliás, não me recordo de ter discutido esse assunto, nem nos momentos do cafezinho. Nossa identidade sempre passou por outras esferas, pela política, cultura, ideologia. E por que agora começa a se semear esse tipo de desconfiança? Já não bastam os desajustes de nossa sociedade, e querem introduzir mais um? Já não bastam as diferenças de renda, de instrução e regionais, e querem nos empurrar mais uma? Isso é muitas vezes vendido até sob uma capa democrática, como um direito à diferença. Você substitui

o ideal da unidade e da igualdade pela propagação de que o que importa é a diferença. É claro que a diferença é importante, a partir do momento em que ela lhe é subtraída; aí você tem que lutar pelo reconhecimento. Mas, agora, trata-se de uma imposição. Exatamente por isso que se permite que, no Brasil, se tenha um amplo movimento de solidariedade ao povo palestino, porque, se aqui se impõe a diferença e o preconceito de etnia e religião, recusamo-nos a aceitá-los.

Creio que no Brasil precisamos exercer uma pressão maior sobre o governo, para que exista uma solidariedade maior no plano econômico, para que o Brasil passe a fazer mais propaganda defendendo a existência dos organismos internacionais e do Estado palestino e para que o Brasil ajude a colocar na pauta da Comissão de Direitos Humanos da ONU as violações de Israel contra o povo palestino. Toda vez que essa comissão se reúne em Genebra, o que vemos na pauta? Cuba. Ou seja, o país que mais viola os direitos humanos no mundo é Cuba. Os americanos articulam para criar uma confusão com esse país, porque, no meio dessa confusão, retiram o foco sobre Israel. Isso é articulado abertamente e termina muitas vezes com condenação, como na última reunião, onde o Brasil se absteve.

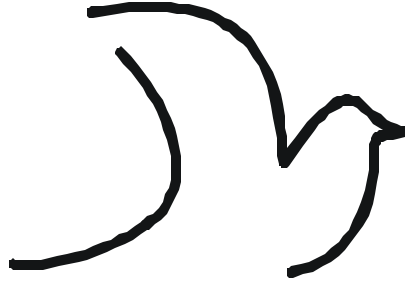
Há uma outra violação contra os direitos dos palestinos que deve ser mencionada: há uma lista de nomes que os palestinos não podem usar para batizar os seus filhos, nomes que representem luta e resistência. Os nomes poderiam dar sentido à luta, ou lembrariam personagens ou episódios da resistência do povo palestino. Nessa conjuntura que se

inaugurou depois do 11 de setembro, de cuja situação os Estados Unidos pretendem aproveitar-se, para ampliar sua presença militar em todo o planeta, até mesmo aqui na América Latina, muita violência e desrespeito aos direitos humanos serão vistos.

Enquanto Israel não respeitar o direito à vida dos palestinos e os seus soldados continuarem atirando e mirando os olhos das crianças palestinas, enquanto os palestinos não tiverem reconhecidos os seus direitos à existência plena, como Estado e como nação, o povo palestino não terá a mínima possibilidade de ver reconhecidos os seus outros direitos.

PLENÁRIA 3

**O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES
PARLAMENTARES PARA
SOLUCIONAR O CONFLITO ENTRE
ISRAEL E PALESTINA**

**MOHAMMED BARAKY**

*Parlamentar no Knesset e Presidente da Frente para a Paz e Igualdade
(Israel)*

Tradução: Prof. Mohamed Habib

[...] Minha manifestação será dividida em quatro seguimentos básicos: 1) introdução; 2) os esforços possíveis de serem feitos no Parlamento israelense; 3) no Parlamento palestino; e 4) nos Parلامentos dos demais países.

Na parte introdutória, acho importante frisar que o mundo está passando por mudanças na linha das discussões políticas, pois existem outras forças que surgiram e que interferem nas decisões globais. O próprio modelo de globalização e os valores que foram criados nas últimas décadas também têm grande importância nas discussões políticas, isto é, os Estados não têm mais a força e o poder na política internacional que tinham antes. Outras forças surgiram e, agora, atuam neste campo. A questão econômica representa uma forma muito significativa

de poder, e isto interfere nas decisões governamentais e até mesmo na autonomia e soberania dos diferentes Estados, haja vista o caso do Afeganistão, onde podemos ver claramente que as forças que decidem o que deve ser feito não são os governos, mas sim o poder econômico. Outro centro de poder que existe e atua claramente, hoje em dia, é a mídia, tão forte quanto o poder econômico, e a partir dela consegue-se facilmente a imagem e a idéia desejadas, interferindo na capacidade de análise da sociedade. Mais um fenômeno que caracteriza os centros de poder é o conceito atual da privatização dos valores; há esforços muito grandes para marginalizar, diminuir e diluir o papel dos partidos progressistas que têm propostas sociais de interesse da maioria da sociedade. É obvio que, para a questão palestina, estes pontos que nós citamos interferem em grande medida, e seria necessário, em nível internacional, criar mecanismos para democratizar as decisões e fortalecer os partidos e grupos que trabalham pelos valores de paz justa entre os povos. Atualmente, os que se beneficiam, na sociedade humana, não são as maiorias, mas sim as minorias. Seria preciso mudar esse quadro para alcançar o respeito aos direitos dos povos. Isso se repete nos países em desenvolvimento, que cada vez mais perdem sua capacidade de decisão, aderindo ao modelo que costumamos chamar de "globalização". Quando então se discute qual seria o papel das instituições parlamentares para contribuir na resolução de conflitos como esse discutido aqui, temos que ter em vista que estas sofrem as mesmas interferências causadas por esse modelo globalizante, em que os poderosos diluem a ação dos

Parlamentos para fragilizar o seu desempenho. Portanto, é muito difícil esperar por atitudes de peso por parte destas instituições.

Falarei agora sobre o trabalho dentro do Parlamento de Israel. Há algumas particularidades que devem ser reveladas, para que entendamos a limitação do Parlamento israelense na busca da solução desse conflito. Desde a criação do Estado de Israel, em 1948, até hoje, o poder fica sendo trocado entre dois grandes partidos, o partido do trabalho e o Likud. Nesses 53 anos, deu-se apenas quatro vezes a situação de estes dois partidos se juntaram, para formar um governo de coalizão como o atual. O Knesset, o Parlamento israelense, apesar de ser um governo de coalizão, tem o Likud como partido majoritário: dos 120 parlamentares, 80 são deste partido. É importante que, nos parlamentos, exista uma oposição forte para tentar impulsionar mudanças. Hoje, o partido do trabalho, por ser minoria, encontra muita dificuldade em atingir a solução rápida do conflito. Nesse sentido, o Likud trabalha numa campanha muito forte de desinformação e desqualificação da sociedade palestina dirigida ao povo israelense, tentando passar a imagem dos palestinos como sendo um povo violento e terrorista. Houve claramente, nos últimos anos, uma mudança visível no perfil político do governo de Israel, que se deslocou para a extrema direita; então, Sharon, que fazia parte de uma minoria radical, agora representa a maioria dominante. Isso é extremamente prejudicial para a resolução do conflito atual. Portanto, a possibilidade de que, a partir do Knesset, se chegue a uma solução para o conflito, está cada vez mais distante, devido à força da direita e, lamentavelmente, à união do partido do

trabalho com esse governo atual. Também vale a pena mencionar que a política do Estado de Israel tem sido discriminatória contra os árabes, inclusive aqueles de nacionalidade israelense. É bom lembrar que 20% dos israelenses são palestinos e sofrem essa discriminação.

Essa perseguição começou em 1948, e não vale a pena aqui detalhá-la, mas vou fazer uma breve discussão sobre a situação atual. Nestes últimos 50 anos, houve sofrimentos bastante grandes, e basta dizer que, hoje, possuímos 250 mil refugiados fora das suas cidades originais. O sistema do governo israelense, hoje, está tentando criar um novo *apartheid*, o primeiro do século XXI. Por exemplo, existe um projeto de lei tramitando que já foi aprovado em primeira instância e que aparentemente será aprovado nas outras, o qual diz que quaisquer partido político e organização que apoiem movimentos terroristas — sem definir o que seria um movimento terrorista —, perderiam o direito a participar de qualquer processo de eleição em Israel. Ao discutir essa lei, quando se perguntou sobre a definição desse apoio ao terrorismo, a resposta foi: “Não há definição de terrorismo, existem listas com nomes divulgados pelo governo”. Basta o governo divulgar as listas com os nomes dos países, organizações ou pessoas consideradas terroristas, e os partidos com ligações com estes perderiam seus direitos políticos dentro de Israel. Dentro disso, o movimento popular da Intifada seria considerado terrorista, portanto os partidos que apoiassem o levante, a resistência palestina, teriam seus direitos políticos cassados. Há uma outra lei em tramitação — que também já teve uma aprovação —

que fala dos direitos de voto, estabelecendo que qualquer cidadão israelense fora de Israel tem o direito de votar em processo de eleição. Isto parece razoável, no entanto há uma lei interna, em Israel, que impede justamente os israelenses de origem árabe de usufruir deste direito. Deste modo, não são todos os habitantes de Israel que podem ser considerados cidadãos, mas sim todos aqueles que Israel determinar que o sejam, de fora ou dentro do país. Por isso, fica claro que o primeiro artigo do *apartheid* de Israel está sendo escrito, e nele se define um critério étnico para dar direitos a alguns e tirar de outros. Mas o argumento que colocam a seu favor diz que foi um processo democrático que decidiu isso, pois a maioria do Congresso assim o quis. As leis não devem valer só pela sua aprovação pela maioria; há outros pré-requisitos fundamentais que precisam ser resgatados: a ética e a moralidade. Basta mencionar que a maioria das leis fascistas que foram criadas também foi aprovada pela maioria dos colegiados que deliberaram sobre o assunto.

Importante também lembrar que está acontecendo hoje uma grande campanha contra a comunidade árabe israelense e contra os seus parlamentares, dentro do Knesset. Dos 120 parlamentares, 9 são árabes pertencentes a partidos não vinculados ao sionismo. Já se abriram 10 inquéritos policiais para investigar 6 desses parlamentares, e eu, por exemplo, já possuo 4. Um desses parlamentares já perdeu sua imunidade quanto a ser julgado pela justiça comum. Devemos frisar que esses parlamentares não mudaram as posições políticas e ideológicas que vêm mantendo há anos, o que mudou, na

realidade, foi o eixo do governo de Israel, que se deslocou muito para a direita, criando o antagonismo. Qual seria, então, o objetivo dessa campanha contra os árabes israelenses? Embora 20% da população israelense sejam palestinos, somente 14% desses têm poder de voto, e, portanto, têm muito pouco poder para determinar a formação do governo israelense. Para aprovar uma resolução de paz dentro de Israel seriam necessários 50% dos votos; sendo assim, a parcela votante árabe não teria força suficiente para atingir este montante. Como o governo atual de direita não está interessado no processo de paz, a presença destes 14% de votantes palestinos e os nove parlamentares precisariam ser enfraquecidos mais ainda. Exatamente por isso existe essa campanha. Apesar de tudo, os palestinos fazem questão de manter sua representação no Knesset, porque esta é a tribuna que eles têm para expressar suas reivindicações e procurar resgatar sua verdadeira imagem. Os parlamentares palestinos do Knesset entendem que a estratégia deles dentro do Parlamento deve ser a do esclarecimento e da tentativa de ganhar adeptos na sociedade de um modo geral, não só entre os palestinos, mas levar a bandeira da desocupação à população israelense não árabe. Para enfrentar essa campanha negativa, percebemos que precisamos usar a estratégia do esclarecimento geral da população. A direita israelense tenta, de uma forma bastante radical, dizer à sociedade israelense que todos os árabes estão contra os judeus, e é contra essa falsa propaganda que os parlamentares árabes tentam lutar.

Agora falarei sobre o Conselho Legislativo palestino.

Dentro da autoridade palestina, este conselho funciona como um Parlamento. Este órgão carece muito ainda do apoio necessário a um Parlamento verdadeiro e, por isso, não consegue trabalhar pela defesa do povo palestino, muito menos se integrar aos parlamentos de outros países em busca de apoio. Essa fragilidade se deve a algumas razões: a primeira diz respeito ao fato de que esse órgão representa um território que sofre ocupação por um outro país; então, seus membros sofrem a mesma limitação em seus direitos que a de qualquer outro habitante da Palestina. Podem ser barrados a qualquer momento pelos soldados israelenses, sendo até mesmo constantemente ameaçados de prisão e morte. Também não têm o direito de sair de seu país, o que não acontece com os membros do Knesset. A segunda dificuldade diz respeito à própria história de ocupação do país, pois, depois de 50 anos, este conselho encontra-se sem experiência e sem mesmo o mínimo apoio logístico necessário a seu funcionamento como instituição legislativa. Internamente, também, existem muitas dificuldades. Uma delas é a própria incoerência dos palestinos em misturar os papéis governamentais, pois um membro do Executivo também participa do Legislativo. Esta mistura de instituições leva a um desempenho governamental fraco e ineficiente. Fica claro, então, que o “Parlamento” palestino está muito limitado e que não consegue avançar na defesa da causa palestina; então sobraria para esse órgão a tarefa da construção da frente de resistência para lutar pelos direitos dos palestinos.

A última parte da minha explanação aborda o trabalho junto a parlamentos dos países do mundo, em busca de

cooperação para a causa palestina. Em relação aos diferentes países, entendemos que os governos têm sempre suas limitações para atuar no campo político, enquanto os parlamentos possuem maior flexibilidade, autonomia e possibilidade de atuar politicamente, para apoiar povos como o palestino. Com isso, torna-se necessário que haja um esforço para bloquear o trabalho do Congresso norte-americano, que é muito mais radical que o próprio governo americano. Sobre a questão palestina, parece que o Congresso norte-americano tem sido muito mais agressivo que o seu governo. Percebe-se naquele, claramente, o domínio de um *lobby* de Israel, e isso faz com que ele defina quem são os terroristas e dê apoio a Israel contra os palestinos. Isto faz com que este congresso distorça a imagem verdadeira do conflito no Oriente Médio. Daí a importância da pressão de outros parlamentos e parlamentares, para impedir que o Congresso norte-americano seja tão agressivo. É urgente que haja um trabalho conjunto entre os parlamentos do mundo para um projeto que venha a resolver o problema palestino. Um dos trabalhos que podem ser feitos, por exemplo, são os abaixo-assinados de parlamentares, a fim de mostrar ao grande público a insatisfação mundial com essa realidade. Dez dias atrás, recebemos a informação a respeito de uma iniciativa, de um parlamentar alemão, de coletar em lista assinaturas, entre os governos e governantes da União Européia, em apoio à causa palestina, o que nos deixou muito otimistas. Sabemos que isso não resolve o problema imediatamente, mas leva a resolver. Achamos importante que se faça um acordo mundial que seja enviado à ONU, para que mande à Palestina suas

forças de proteção e observadores, a fim de que os os massacres diários terminem. Essa iniciativa significaria a garantia de vida a muitos, na Palestina.

Finalmente, entendemos que, para resolver a situação, não se trata de discutir a busca do equilíbrio entre as forças armadas dos dois lados em conflito, mas sim, quais direitos cada parte deveria ter. Não são as armas que alcançam a liberdade, mas sim a resistência, a vontade e a persistência em libertar a pátria. A retirada das forças de Israel do sul do Líbano ocorreu segundo essa lógica; os libaneses eram inferiores nas armas, mas muito fortes em sua resistência. O mesmo acompanhamos com o Vietnã, em relação aos Estados Unidos. A Argélia libertou-se da França sendo persistente. Esses países também venceram porque a opinião pública dos países invasores não mais apoiava os ataques e ilegítimavam a guerra. Dentro desta realidade, o povo palestino vai continuar resistindo em busca de sua liberdade, na certeza de que um dia a sociedade israelense venha a mudar de opinião e pressionar para a queda deste governo de direita. A história mostra o que acontece sempre. Todos os países que foram ocupados se libertaram, mais cedo ou mais tarde. Pode haver mais sangue, mais vidas perdidas, mais sofrimento, mas nunca houve um caso em que a ocupação tenha vencido o povo resistente. Em todos os casos, o povo que resistiu venceu e a ocupação terminou.

Pergunta: Gostaria de saber mais sobre as organizações democráticas, dentro de Israel, que trabalham pela defesa da paz.

Resposta: Existem essas organizações em Israel, mas o Estado israelense é muito forte e bloqueia esse tipo de trabalho. É muito difícil trabalhar na oposição dentro de Israel, contra o Estado, mas estas organizações auxiliam em grande medida na luta pelo esclarecimento da população israelense. Apesar dessas dificuldades, os grupos estão bastante mobilizados e ativos, fazendo manifestações e indo até os lugares onde ocorrem os massacres, colocando-se às vezes em grande perigo. Há, até mesmo, um movimento bonito que vem surgindo entre os jovens e soldados de Israel, cujo nome é “Existem Fronteiras ou Existem Limites”, que impõe certos limites éticos a seu comportamento, levando-os a se negarem a participar de atrocidades e morticínios. Existem aliados à causa palestina dentro da sociedade israelense, isso precisa ser afirmado. Também existem partidos que procuram esclarecer a opinião pública, para que o processo de paz parta de dentro para fora. Infelizmente, esses movimentos são minoria, por isso que temos um presidente como o Sharon.

Pergunta: Gostaria de saber como pôde a sociedade israelense colocar no poder Ariel Sharon, que, notoriamente, é conhecido pelas suas atitudes agressivas nas invasões do sul do Líbano por Israel.

Resposta: A lavagem cerebral que as autoridades israelenses fazem reflete-se nos resultados das eleições. Barak, ex-

primeiro-ministro de Israel, foi o primeiro a abrir negociações sobre pontos que nunca antes tinha sido levados em conta, como, por exemplo, a questão dos refugiados e de Jerusalém. Caberia então aos palestinos aceitar a posição do Estado israelense, do não-retorno dos refugiados e a negação dos direitos palestinos em Jerusalém. Achava que, com isso, resolveria o conflito. Quando o povo palestino mostrou a Barak a necessidade mínima de que os territórios ocupados de Jerusalém e da Faixa de Gaza sejam devolvidos à Palestina, este saiu ofendido e o acusou de não querer seguir com o processo de paz. Em 1948, a resolução da ONU estabelecia 44% do território aos palestinos. Em 1967, havia ocupações de novas áreas; sobrando aos palestinos, somente 22%. Hoje, o que os palestinos estão reivindicando é somente essa pequena porcentagem de 22%, e Israel continua não aceitando. Barak conseguiu, assim, construir a imagem de que os palestinos não desejavam a paz, pois não aceitavam as propostas israelenses, e concluía que a única saída seria pela via da agressão. Então, chamaram o especialista nestas atividades, Sharon. Criou-se um ambiente, por intermédio de Barak, de aceitação de um homem como Sharon. O partido do trabalho, além de fazer com que o governo de Barak fracassasse nas negociações, cometeu o crime de estabelecer a coalizão com o Likud de Sharon. Fica claro que a violência não resolve o problema, mas cria problemas para a própria sociedade israelense, que não vive mais em segurança e passa por sérios problemas econômicos. Tudo indica que, no ano que vem, essa situação mudará e o governo de Sharon perderá sua

popularidade por causa de sua política externa incompetente.

Pergunta: Até que ponto a Intifada auxiliou na construção da união árabe dentro de Israel?

Resposta: Podemos dizer que o povo palestino, antes e depois da Intifada, sempre foi unido. Não foi esse movimento que os uniu, mas sim a opressão. E continuará sendo assim, mesmo com os revezes, até que sua situação precária termine e possa libertar os territórios ocupados.

Pergunta: Existem dados da porcentagem da população israelense favorável a um acordo de paz? O que vocês, como palestinos, estão fazendo para adquirir a simpatia do povo israelense?

Resposta: Existe uma situação contraditória em Israel: enquanto 57% da população apóiam a criação do Estado palestino, 60% apóiam Sharon. Como isso acontece? Isso revela que parte da sociedade civil israelense não tem muita clareza do que está acontecendo, e é justamente sobre esta que precisamos trabalhar para conseguir apoio à causa palestina.

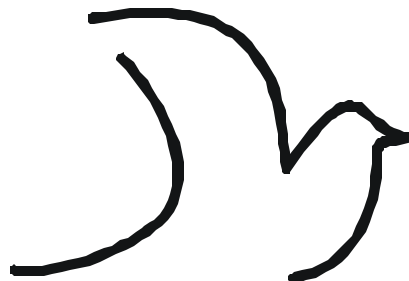
Pergunta: A queda do *apartheid* na África do Sul só aconteceu após o repúdio mundial geral. Como o senhor sente o crescimento desse repúdio, em relação à invasão israelense na Palestina?

Resposta: Esta questão tem tudo a ver com a relação entre Israel e Estados Unidos. Enquanto este país continuar apoiando aquele incondicionalmente, a tendência do *apartheid* é aumentar.

Isolar Israel é uma questão muito complexa e precisa de muita reflexão, pois devemos levar em conta o jogo de forças existente. No entanto, é importante que a opinião pública, ONGS e organizações públicas internacionais trabalhem dentro de Israel para evitar os massacres constantes.

PLENÁRIA 4

A CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO PALESTINO



PROF. DR. MUNTHER DAJANI

Representante da Universidade de Al-Quds (Universidade Árabe em Jerusalém)

Tradução: André Garcia

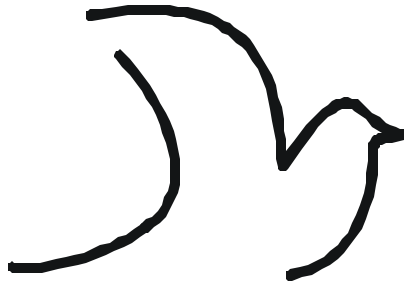
[...] Nós já conseguimos 168 reconhecimentos dos Estados e temos o reconhecimento de quase todos os países que compõem as Nações Unidas, exceto Israel e Estados Unidos. Consideramos que, depois da assinatura do Acordo de Oslo, que reconheceu a OLP, esses países também tenham reconhecido a autoridade palestina. Isso porque os Estados Unidos deram a garantia deste acordo, assim como Israel. Se você examinar os documentos originais, encontrará as assinaturas de Yitzhak Rabin, Yasser Arafat, Warren Christopher, pelos EUA, e Kazarov, pela República Russa. Então, por que ainda não temos um Estado palestino hoje? Por que isso acontece, se nós temos quase todas as características

necessárias para a formação de um Estado? É porque nos falta, ainda, a mais importante, a soberania sobre a terra. As forças de ocupação israelenses estão ganhando controle sobre nossos céus, águas e fronteiras. Não temos sido fortes o suficiente para evitar isso. Esse é o núcleo central do problema e o obstáculo principal a impedir a formação do Estado palestino. Em qualquer Estado, se este não possui total soberania sobre sua terra, não existe independência. A ocupação por Israel das terras da Palestina se dá com tanques, força aérea, mísseis e bombas.

De fato, sou de Jerusalém. Ramallah fica a dez quilômetros de lá e Belém, apenas a oito. Não posso me mover para esses locais sem a permissão dos oficiais israelenses e, desta forma, considero que nós, palestinos, estamos sob constante cerco, já que perdemos nossa liberdade. Até me impressiona a facilidade e liberdade de locomoção que vocês, brasileiros, têm, para passar de uma cidade para outra. Para mim, é fantástico. Para se ter uma idéia, preciso ser checado em três postos antes de chegar em Ramallah, como se fosse um ladrão em meu próprio país. Sou checado física e legalmente, e uma viagem de 8 quilômetros chega a demorar até 8 horas. Outras cidades mais protegidas são piores. É este tipo de situação que temos em vista quando falamos sobre a luta pela nossa libertação. Queremos o fim da ocupação, e sobre isso todos os palestinos concordam plenamente. Tornou-se um dever a conquista do direito de ir e vir, e, para isso, precisamos convencer os israelenses de que essa relação de opressão deve mudar para uma relação de parceria. Nós recusamos as

propostas de Barak e lutamos contra a ocupação de Israel porque percebemos que não existe outra possibilidade de alcançar a paz que não seja o comum acordo entre as partes, em vez da sua imposição. Os israelenses não conhecem os interesses nacionais palestinos, somente nós devemos decidir nosso futuro. Que tipo de Estado teremos se não tomarmos nossas próprias decisões?

Engraçado que todos falem sobre a segurança de Israel e quanto ela custa, mas ninguém fala sobre a segurança da Palestina, pois nós não a temos. Quando deixamos nossa casa pela manhã, não sabemos quem estará de volta ao final do dia. Quando nos despedirmos de nossa família para ir ao trabalho, às vezes nos despedimos como se fosse a última vez que os veremos. Isso acontece por duas razões. Primeiro: você pode ser morto; segundo: você pode ser detido em alguns dos postos de checagem e levado para prisão sem razão aparente, somente pelo fato de eles não terem gostado de sua aparência naquela manhã. Quando falo em conferências internacionais como esta, tento demonstrar essa situação de tensão diária pela qual passamos. Quando passo pelos postos de checagem, sempre vejo jovens de 18, 19 anos, detidos, porque esta é uma idade não muito apreciada pelos soldados israelenses. Muitas vezes, quando chego à sala de aula para trabalhar e percebo que muitos deles estão lá, eu os parablenizo por terem conseguido passar e, muitas vezes, até se desviar destes postos, através das montanhas e passagens perigosas controladas pelo exército israelense. Isto tudo para se chegar à Universidade. Quando falamos da situação atual da Palestina, falamos sobre um estado de sítio, uma situação insustentável.

**DR. SHAWQI ISSA**

Diretor da Sociedade Palestina para a Proteção dos Direitos Humanos e do Meio Ambiente

Tradução: André Garcia

[...] Frequentemente encontro dificuldades para falar sobre os direitos humanos na Palestina, é complicado e fácil ao mesmo tempo, já que, por um lado, a ocupação militar já causa a violação dos direitos humanos e, por outro lado, em qualquer lugar em que vou, vemos Israel recebendo apoio e imunidade, por meio do silêncio de muitos países. Por isso é complicado. Como uma organização dos direitos humanos trabalhando nos territórios ocupados, nossa diretiva de trabalho possui três elementos: 1) os fatos; 2) os padrões; 3) as conclusões. Com isso, quero dizer que estamos monitorando as ações dos militares contra os civis a cada dia. Então, através do nosso trabalho encontramos os fatos. Os padrões que procuramos analisar, à luz dos fatos, são as leis internacionais,

declarações dos direitos humanos e documentos afins. E, através disso, chegamos às conclusões, em que percebemos que estes padrões são violados. Mas, quando isso chega à ONU, ao seu Conselho de Segurança ou a qualquer organização internacional, sempre somos vetados pelos Estados Unidos e Israel. Então esse é o ponto crítico, pois freqüentemente nos sentimos sem esperança quando somos questionados pelo povo palestino: *Onde estão os direitos humanos de que vocês tanto falam?*

Quando Israel ocupou os últimos 22% dos territórios da Palestina em 1967, como a Cisjordânia, Faixa de Gaza e o leste de Jerusalém, violou os direitos humanos e as resoluções da ONU, mas desde o primeiro momento em que os israelenses ocuparam a Palestina, tinham em mente tirar os palestinos destas terras o mais rápido possível. Para fazer isso, eles tinham que tomar certas atitudes para mudar as leis locais e forçar esse povo a se retirar, liberando espaço para a ocupação israelense e a execução do projeto sionista de um país “limpo” étnicamente para os judeus. Cancelaram as leis que eram usadas nestas regiões, como a lei jordaniana, a turca e a britânica, frutos das inúmeras ocupações na região. Na primeira semana, eles cancelaram todas as leis concernentes ao controle das fontes de água; na segunda semana, cancelaram a lei que regulava a propriedade da terra, e estava claro que existia um plano para confiscar estas terras do povo palestino, a fim de construir assentamentos para novos imigrantes judeus. Após revogar essas leis, precisaram substituí-las por leis militares, que davam aos oficiais israelenses o poder de controlar todos

os aspectos da vida dos palestinos. Por meio deste complexo de regulações e leis, eles expulsaram muitos palestinos e também impediram que voltassem outros que estavam refugiados, a trabalho ou estudo no exterior. Terminamos a década de 70 com apenas um terço do território mencionado acima registrado para os palestinos.

De acordo com as leis internacionais, isso tudo é proibido, viola as decisões da 4ª Convenção de Genebra que regulam a situação dos civis sob ocupação. Existem muitas resoluções da ONU que claramente confirmam a ilegalidade dos assentamentos construídos nos territórios ocupados. Mas, como sempre, até agora, Israel se recusa a respeitar essas resoluções. Pelo fato de contar com o apoio americano e seu poder de veto, ninguém pôde até agora forçá-lo a seguir as resoluções da ONU, nem puni-lo pelas irregularidades. A comunidade internacional tem encorajado Israel a violar as leis internacionais, pois não toma nenhuma medida para forçá-la a cumpri-las. Israel confiscou as terras ilegalmente, controla o seu acesso ilegalmente, implementa leis que estimulam a saída dos palestinos de seu próprio país.

Muitos dos prisioneiros palestinos, nas prisões israelenses, nunca tiveram nada provado contra sua pessoa e nunca foram a julgamento; qualquer oficial do exército israelense tem o poder de prender um palestino por seis meses, sem causa aparente ou julgamento. E esse prazo pode ser renovado indefinidamente. Muitos presos se encontram nesta situação há mais de cinco anos. A tortura é legalmente aceita, e vemos que sua utilização cresce cada vez que a Intifada se

intensifica. Entre o período de 1967 a 1987, foram implementadas tantas injustiças nos territórios ocupados que os palestinos começaram a crer que os israelenses estavam longe de querer chegar a um acordo de paz. Foi aí que começou a primeira Intifada. Esta foi como que um grande apelo dos palestinos ao mundo, mostrando já a insustentabilidade da situação de ocupação. Esta Intifada continuou por alguns anos até que começaram as negociações, e muitos crimes foram cometidos durante esse período: massacres, prisões, mutilações e tortura. O mundo continuava em silêncio. Então, uma negociação de paz começou em 1993, e os palestinos ficaram contentes com a boa nova: finalmente tínhamos levado Israel para a mesa de negociações. Mas, pouco tempo depois disso, entendemos que Israel não queria paz, mas legalizar a ocupação e nos fazer aceitá-la, como uma forma de controle. Foram nove anos de negociações, e as condições de vida dos palestinos ficavam cada vez piores.

Como uma organização dos direitos humanos que monitorou a região por tantos anos, percebemos que esse período de negociação tornou ainda pior a condição dos palestinos na região. Depois do último período de negociação entre Arafat e Barak, os palestinos compreenderam que isto não estava levando a nada. Israel recusava todas as condições palestinas. E o que estes pediam? O mínimo, pois só pediam a implementação das resoluções da ONU: 242 (terminar a ocupação), 338 (dar aos palestinos seus direitos básicos como nação) e 194 (respeito aos direitos dos refugiados).

Após todo esse processo, terminamos num beco sem

saída. Israel está usando a força bruta cada vez mais, os americanos o apóiam cada vez mais e os europeus continuam silenciosos. Nos encontramos sem esperança e sem apoio. Foi nesse contexto que a nova Intifada começou. Não foi a agressão de Sharon, quando invadiu a mesquita do Aqsa — isso foi apenas o estopim —, mas sim a história de opressão pela qual o povo palestino vinha passando. É um novo grito reclamando pelos direitos justos do povo da Palestina. Os dados levantados desta Intifada, que já dura um ano e três meses, são a soma de 800 palestinos mortos, dos quais 175 eram crianças. Recentemente, 5 morreram na frente de sua escola, por uma bomba implantada pelo exército israelense. O governo se desculpou por isto, dizendo que foi um erro operacional. Mas o que se pode esperar de uma bomba implantada na frente de uma escola? Se você acompanhar as notícias diárias, poderá perceber que essas 175 crianças não foram mortas por alguma razão aparente, não ameaçavam as vidas dos soldados israelenses. A maioria dessas pessoas morta na Intifada o foi em manifestações não armadas, e somente uma pequena parte foi morta em combates com armas. Durante este levante, o exército israelense tem usado aviões F-16, tanques e helicópteros apaches, contra civis, destruindo, além das pessoas, muitas casas, árvores, fábricas e plantações. E todo o mundo continua silencioso. Mesmo os hospitais foram atingidos por bombas, não escaparam nem as igrejas e mesquitas. Jornalistas foram intencionalmente atingidos, num número de aproximadamente 170. O próprio correspondente da CNN em Gaza foi atingido, e isso não foi ao menos noticiado,

por essa agência de notícias, até o dia seguinte ao acontecimento.

Muitas agências de notícias internacionais são ameaçadas na região, tendo seus correspondentes sido vítimas de tiros. Uma delegação da CNN veio conversar com Barak sobre esse problema. Barak colocou severas condições para a atuação da CNN na região, entre elas: 1) Demitir uma mulher palestina que trabalhava como correspondente na Faixa de Gaza; eles concordaram e a deslocaram para a Síria; 2) Nunca citar a palavra “assentamento”, mas substituí-la por “bairro de Jerusalém”, com o que também se concordou; 3) Nunca dizer que o exército israelense matou um palestino, mas sim que um palestino foi morto, além de outras. O papel da mídia tem sido um grande problema para nós, pois, quando nos reportamos a uma violação dos direitos humanos causada pela autoridade palestina, todos vêm a nós fazer entrevistas, mas, quando nos reportamos a uma violação causada por Israel, dificilmente achamos alguém da mídia para falar sobre o assunto.

As diferenças que existem entre essa nova Intifada e as anteriores são que algumas partes da Palestina, chamadas de Área A, são controladas completamente pelos palestinos, e, de acordo com o acordo internacional, Israel não deveria entrar nessa área. Mas isso causou uma situação pior: eles não podem entrar, mas atacam com aviões e helicópteros, destruindo habitações e matando muitas pessoas. Outro problema é a estratégia do exército israelense de alvejar e cassar lideranças, o que tem matado muitos civis. Desde o começo da Intifada, eles mataram 55 autoridades palestinas,

junto com outros 45 civis. Por volta de 160 ambulâncias já foram alvejadas neste período, além de muitos funcionários da saúde mortos e feridos.

Agora, falarei sobre os postos de checagem impostos aos territórios ocupados. Do lado ocidental, temos oito cidades principais com 800 postos de checagem, significando que cada cidade está totalmente cercada por estes postos. As pessoas mal conseguem mover-se pela suas cidades. A grande mentira sobre estes postos é que Israel fala que está lá por questões de segurança, mas está por uma questão econômica e política. Não podemos importar ou exportar, nem movimentar produtos entre as cidades, as fábricas não funcionam direito, os trabalhadores não chegam em seu serviço a tempo, os estudantes não conseguem chegar às suas escolas a tempo, enfim, toda a vida é afetada por essa política. Quando Sharon foi eleito, soou como uma mensagem de Israel para nós. Em 1982, ele tinha sido removido do seu cargo pelas autoridades israelenses pela sua violência e, agora, aparece como primeiro-ministro. Essa mensagem pareceu dizer que queriam nosso sangue novamente, mas respondemos: *Não só o nosso irá escorrer*. E é isso que vem acontecendo. Depois de Sharon, a Palestina começou a usar resistência militar com maior intensidade do que antes, e a cada dia vêm aparecendo novos mortos e crescendo a destruição. Até quando?

Agora, nós, palestinos, apelamos para a intervenção internacional, através da ONU ou outra organização internacional. Precisamos destas arbitragens. É a única forma, a fim de que o mundo possa verificar quem está certo e quem

está errado.

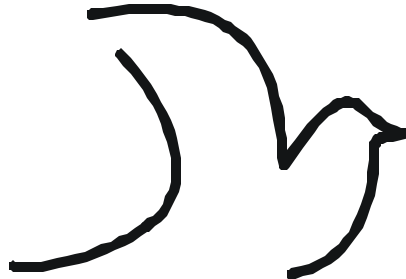
Três meses atrás, tivemos uma conferência internacional na África do Sul, e toda a mídia nos criticou dizendo que os palestinos “seqüestraram” a conferência, que nós ignoramos todo o resto e só nos concentramos no nosso problema. Eu estava lá e posso dizer que isso é uma mentira. Os americanos e os israelenses, abandonando a conferência e recusando-se a discutir a ocupação da Palestina, nos colocaram no foco da mídia, e falamos o que vínhamos tentando mostrar ao mundo: Israel está criando um novo *apartheid*.

Pergunta: Sobre os países árabes da região, que tipo de apoio vocês podem esperar deles?

Resposta: É sabido que os reis árabes são ditadores leais à Washington, então o que podemos esperar deles? Já perdemos as esperanças nos líderes árabes. Lembro-me de que, quando li as memórias de Moshe Dayan, o antigo ministro da Defesa israelense, ele dizia que, em todos os trabalhos, secretos ou abertos, com os líderes árabes, nunca estes pediram ou reivindicaram a criação do Estado palestino. Nossa esperança não está nestes líderes ditadores, mas que aconteça uma mudança democrática nestes países, e, então, poderemos ter algum tipo de apoio. O apoio que os Estados Unidos dão a Israel, a longo prazo, se transformará na ruína do último, pois acredito que as mudanças democráticas ocorrerão nos países árabes e, então, Israel ficará sozinho. Se Israel quer viver no Oriente Médio, deve aprender a viver em harmonia com os árabes e não em guerra contra eles.

PLENÁRIA 5

**JERUSALÉM COMO UM
COMPONENTE NA ANÁLISE
DO CONFLITO
ISRAEL / PALESTINA**



PROF. DR. MUNTHAR DAJANI

Representante da Universidade de Al-Quds (Universidade Palestina em Jerusalém)

Tradução: André Garcia

[...] Gostaria de falar três coisas sobre Jerusalém: sua situação atual; suas possibilidades de futuro, especialmente para os palestinos; e a visão do Prof. Sari Nusseibeh sobre a cidade, a qual já foi publicada muitas vezes em diferentes periódicos. A situação de Jerusalém hoje é muito triste, por causa das forças de ocupação, das medidas severas contra a população palestina, do isolamento entre as vilas e do excesso de pontos de checagem espalhados por toda região. Jerusalém é respeitada mundialmente por causa de sua importância para as três religiões monoteístas: o Cristianismo, o Judaísmo e o Islamismo. Nesta cidade, Jesus Cristo foi crucificado e enterrado; foi onde o profeta Muhammad ascendeu aos céus; é a Terra Prometida dos judeus.

Estamos falando sobre a luta pela soberania sobre a cidade. Israel, com o seu poder militar, conseguiu ocupar a cidade duas vezes: uma vez em 1948, quando ocupou seu lado oeste e os árabes fugiram para o leste despovoado, e a segunda em 1967, quando ocupou o resto da cidade, incluindo a Cidade Velha e a parte árabe. Concordou-se, então, em dividir a soberania da cidade, ficando os judeus com a parte oeste e os palestinos, com a parte leste. De fato, este acordo foi muito complicado e Israel mostrou-se insatisfeito; afinal, era inaceitável, para ela, a partilha da cidade com os palestinos. Para os palestinos, a total soberania sobre Jerusalém pelos israelenses é inaceitável em três níveis: 1) pelos palestinos, no nível local; 2) pelos árabes, no nível regional; e 3) pela comunidade islâmica, no nível internacional, e também para a comunidade internacional em geral. Jerusalém não pertence a ninguém, é uma cidade onde Deus é adorado e deveria ser aberta a todos, e essa idéia nos difere dos israelenses quanto à visão sobre a cidade. Israel quer a soberania total sobre Jerusalém, mas nós aceitamos uma soberania compartilhada. Se você for a esta cidade, perceberá que esta já se encontra psicologicamente dividida, o que foi mostrado claramente com o início de uma nova Intifada no último ano. Quando você visita as duas partes da cidade, percebe que o oeste, onde 95% dos recursos são gastos, difere muito do leste. Há somente um parque no lado leste de Jerusalém, enquanto existem mais de 40, do lado oeste. Muito dos recursos que entravam em Jerusalém foram bloqueados, como os provindos da venda de produtos vindos do interior e do turismo aos locais sagrados.

A cidade, agora, encontra-se vazia e triste. Essa é uma estratégia econômica e psicológica, pois está levando à falência o povo árabe da cidade, que dependia principalmente do comércio e do turismo. Durante a Páscoa e o Natal, a cidade se encontra quase vazia, por isso que achamos que a cidade se tornou triste.

Por outro lado, politicamente, a cidade encontra-se muito viva, a mais ativa da região, onde a população de Jerusalém recebe o apoio de movimentos da população judaica, como a *Peace Now!* Há um novo fenômeno que eu gostaria de descrever: toda sexta-feira e quase todos os dias da semana, especialmente nos últimos dez meses, uma grande parte da população do norte da Palestina, composta de cidadãos israelenses, de nacionalidade palestina, vem para orar na mesquita de Alaqsa.

O movimento da Intifada começou novamente, nestes lugares, porque alguém apagou para eles a luz da esperança que estava no fim do túnel. A possibilidade de ter um Estado palestino com a capital na parte leste de Jerusalém parece inviável agora. Israel não admite dividir Jerusalém, assim como não admite sair dos territórios ocupados. O povo palestino ficou muito desapontado, saiu para a rua com pedras nas mãos e agora luta contra tanques e aviões.

O que os intelectuais propõem? Na academia, existem várias visões sobre Jerusalém e, felizmente, muitos intelectuais israelenses concordam conosco. A proposta de dividir a soberania da cidade entre judeus e palestinos tem sido debatida, acabando por formar uma proposta de soberania

conjunta entre ambos os povos: duas soberanias em um cidade unida, mas cada uma responsável pela sua parte. Esta visão tem sido a mais aceita, porque estabelece a paridade entre os povos sobre Jerusalém. Não queremos muros dividindo a cidade, como uma nova Berlim ou Belfast, queremos uma cidade unida e aberta. A esquerda israelense, o movimento *Peace Now!* e muitos acadêmicos israelenses aprovaram essa proposta, mas também todos temos noção de que uma divisão mínima precisa ser colocada: os assuntos israelenses devem ser resolvidos por autoridades israelenses, assim como os palestinos devem recorrer às autoridades palestinas. Qualquer mistura pode acarretar julgamentos e decisões arbitrárias, por problemas culturais e históricos.

Apesar de nós, israelenses e palestinos, termos muitas coisas em comum, praticamente não conversamos. Um não escuta o outro, por causa da história de dominação arraigada nessa relação. Por isso que o Acordo de Oslo não teve sucesso total, na minha opinião. A educação para a paz e a construção da cultura para a paz nunca ocorreu, por uma simples razão: nunca foram implementadas, nem inseridas nas políticas de Israel. Acreditamos que, para que o processo de busca da paz tenha sucesso, temos que ter diálogo, por isso afirmamos que a cidade de Jerusalém precisa ser aberta e unida, com soberania compartilhada. Isso significa direitos humanos e imunidades para ambas as populações envolvidas.

Gostaria de passar agora para a apresentação da visão do Prof. Nusseibeh, presidente da Universidade Al Quds de Jerusalém, o qual represento. Sua proposta para a cidade será

apresentada a seguir.

Trata-se de uma mistura de separação com integração, na qual palestinos e israelenses têm soberanias separadas sobre Jerusalém. Diz que devemos separar palestinos e israelenses quanto a identidades, sendo cada um respeitado por isto, e integrá-los no dia-a-dia. O Prof. Nusseibeh sugere dar a soberania sobre o leste de Jerusalém aos palestinos e, sobre o oeste, aos israelenses, mas mantendo a cidade dividida. Ele sugere, também, a formação de um governo municipal misto, responsável pelos serviços públicos em ambas as partes. Os cidadãos dos dois lados poderiam desfrutar destes serviços em ambos os lados da cidade. As questões culturais e religiosas seriam tratadas pelas autoridades municipais de cada lado, separadamente. Estamos falando aqui de dois Estados independentes, vivendo juntos e dividindo uma cidade. Deveria haver apenas um tribunal composto por membros das três religiões, pois a lei deve ser uma, seja para cristãos, muçulmanos ou judeus. Como a área metropolitana deveria ser? Aberta e receptiva ao livre movimento do comércio e turistas, sem distinção de origem. A liberdade de movimento e mercadorias é vital à economia da cidade. A cidade de Jerusalém é uma cidade sagrada para muitos povos, e deve ser aberta a peregrinos de todo o mundo, pois pertence ao mundo. Para implementar esse projeto, o Prof. Nusseibeh aplica um papel importante à ONU, de monitoramento e fiscalização na administração da cidade, a fim de mantê-la aberta e livre para o mundo.

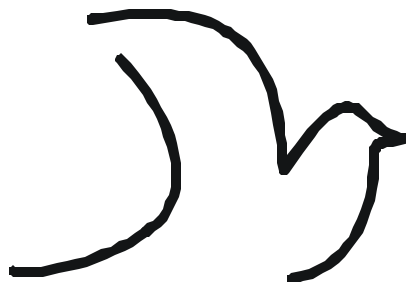
Pergunta: Os judeus também encontram dificuldades de acesso aos lugares em Jerusalém?

Resposta: A violação do direito de ir e vir, particularmente às instituições religiosas é geral para os palestinos, tanto muçulmanos como cristãos. Para os judeus, é um pouco diferente: não lhes é permitido visitar as igrejas e mesquitas palestinas, por questões que o Estado israelense define como religiosas e, também, por questões de segurança, para evitar atos de vandalismo.

Pergunta: Será que a internacionalização de Jerusalém também não seria uma saída viável para a questão do conflito?

Resposta: Essa saída não tem sido aceita por muitos. Nós, palestinos, aceitamos essa possibilidade; já pedimos à ONU para proteger a população palestina, mas sempre somos vetados pelos EUA e por Israel. Nós realmente acreditamos que Jerusalém pertence a todos, mas não toleramos a hegemonia israelense sobre a cidade. A diferença entre uma cidade aberta sob a soberania de Israel e da Palestina e uma cidade internacionalizada é a possibilidade dessa hegemonia.

PLENÁRIA 6
AS RELIGIÕES
ABRAÂMICAS NA
PALESTINA

**MONSENHOR ATALLAH HANNAH**

Da Igreja Ortodoxa na Terra Santa e Jordânia

Tradução: Prof. Mohamed Habib

[...] A Igreja Ortodoxa Cristã de Jerusalém, que é a primeira igreja cristã do mundo, acredita que esta cidade é uma terra santa que une todas as religiões. A Palestina, como país, tem seu coração na cidade de Jerusalém e, de um modo geral, é berço das três religiões abraâmicas monoteístas: o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo. A grande parte dos eventos religiosos judaicos, cristãos e islâmicos mais importantes ocorreu em Jerusalém. O tema "Palestina como berço das religiões abraâmicas" pode ser dividido em duas partes: 1) A relação entre as instituições religiosas; e 2) A relação entre os adeptos destas religiões.

Sobre o primeiro ponto, é notório que existem diferenças entre os códigos destas religiões; mas também possuem vários

pontos em comum, principalmente no que se refere aos valores morais, aos direitos humanos e à justiça. Em todos os congressos e encontros ecumênicos de líderes destas religiões, podemos perceber que sempre procuram defender os direitos humanos e que adoram o mesmo Deus. Qualquer violação aos direitos humanos, sob a ótica das três religiões, significa claramente uma desobediência ao Criador e uma agressão à ordem divina. Jerusalém, essa cidade milenar, é atualmente uma cidade árabe de palestinos, e, entre estes, se encontram adeptos destas três religiões. Apesar disso, nesta cidade não existe respeito aos direitos humanos: é no berço das três religiões que menos se aplicam os seus princípios de justiça. Jerusalém sempre foi conhecida como a Cidade da Paz; agora não mais.

Os palestinos muçulmanos e cristãos representam um povo único que possui a mesma tradição e língua e que vem sofrendo toda a violência da opressão pelo exército da ocupação. Como sabemos, o Cristianismo existe na Palestina há 2 mil anos, o Islã chegou por volta do século VII e, a partir disso, ambas as religiões têm vivido em total harmonia; existem documentos que comprovam a convivência pacífica dos dois credos. Isso terminou no século passado, com as invasões israelenses. É muito importante salientar que a visão que se apresenta no Ocidente, de tentar descrever o conflito na Palestina como religioso, é falsa. Esse conflito não existe. E, muito menos, existe conflito com a religião judaica; muito ao contrário, pois esta é a base das duas outras religiões. O que existe é o conflito entre o sionismo internacional e o povo

palestino. A Igreja cristã de Jerusalém e os palestinos cristãos não têm nenhum problema de diálogo entre os judeus e os muçulmanos; a dificuldade se encontra com o sionismo, que não considera o Cristianismo, nem o Islamismo. Recentemente, como exemplo disso, um rabino, em Israel, andou defendendo a tese de que os árabes palestinos devem ser jogados ao mar, porque se trataria de criaturas inferiores, como cobras, baratas e insetos. Esse rabino é considerado a principal autoridade espiritual de Israel. Curioso também que, em todos esses anos de ocupação, com milhares de vítimas fatais entre palestinos de todas as religiões, nunca houve uma manifestação de um líder espiritual judeu em Israel fazendo denúncia, exigindo uma conduta mais justa das autoridades israelenses — isto é, a sinagoga em Israel é cúmplice do governo, no que se refere aos massacres de palestinos. E, ainda, existem grupos extremistas em Israel que defendem a total destruição das instituições religiosas não judaicas neste país, alegando que a sua é a única religião aceitável.

Como dissemos no começo, o conteúdo das três religiões abordadas aqui é muito semelhante quanto aos princípios, mas quando se trata de diálogo entre as lideranças espirituais, vemos uma situação de divisão. De um lado, os líderes cristãos e muçulmanos, defendendo os direitos dos palestinos e, do outro, os líderes judaicos adotando o mesmo comportamento do Estado israelense. Essa situação de discriminação acaba prejudicando a imagem da religião judaica, chegando ao limite de levar a sociedade israelense a eleger um assassino como líder político.

Israel passa por uma séria crise de valores. Há uma discriminação religiosa sustentada por um grande ódio, vindo da comunidade judaica. No entanto, a relação entre a comunidade cristã e a islâmica é totalmente diferente. Há freqüentes reuniões e diálogos entre elas. Existe respeito mútuo e compreensão, o que resultou em várias manifestações conjuntas contra a opressão. Essa união se fortalece cada vez mais devido à violência por que se vem passando. Convidamos todos os brasileiros que forem visitar a terra santa de Jerusalém a também visitar as vilas palestinas e verificar, como testemunhas oculares, a destruição de igrejas e mesquitas, sem nenhuma distinção.

Todas as proibições que os muçulmanos sofrem para fazer suas orações na cidade santa de Jerusalém são sofridas pelos palestinos cristãos. É muito mais fácil para vocês, brasileiros, entrarem na cidade de Jerusalém do que os palestinos cristãos e muçulmanos que vivem a poucos quilômetros de distância. Nos perguntamos qual seria o motivo que leva as autoridades israelenses a proibir aos palestinos o acesso às instituições religiosas. As instituições religiosas de Jerusalém não servem somente para contar as histórias do passado, mas representam o presente e o futuro, pois é nesses lugares santos que os fiéis praticam sua espiritualidade. Não queremos que estas estruturas sirvam apenas para ser visitadas por turistas; seu valor está na freqüência de seus fiéis. A Igreja do Santo Sepulcro é a primeira igreja na história cristã; ela perderia seu valor se não fosse freqüentada pelos cristãos.

Desde 1967, há um projeto bastante claro de transformação de Jerusalém numa cidade judaica, para apagar a história cristã e muçulmana do local. Nós não negamos — e nem podemos negar — a importância dessa cidade para o povo judeu, mas também gostaríamos que reconhecessem sua importância para o povo cristão e muçulmano. O discurso que diz que Jerusalém é a terra santa só para a religião judaica vai contra o conhecimento de todos que têm noção das religiões abraâmicas. Não é necessário dizer que Jesus Cristo, na terra, era palestino de origem e nacionalidade. Ignorar estes fatos seria a falsificação da história.

Entendemos que este conflito entre cristãos e muçulmanos, de um lado, e judeu, de outro lado, só se resolverá quando for criada uma base concreta para garantir os direitos dos palestinos. A relação harmônica que deve existir entre as três religiões só pode ser alcançada a partir do respeito aos direitos humanos e do fim da ocupação. Nós apoiamos, divulgamos e exigimos a paz, entendemos que ela é fundamental para a vida de cada ser humano, mas é bom que descrevamos que tipo de paz é esta. Trata-se da paz justa, de respeito e igualdade de direitos. No entanto, é bom também dizer que, dentro da comunidade israelense, existem aqueles que defendem esta tese. Há organizações que trabalham neste sentido, mas é uma proporção muito pequena da sociedade israelense.

Os palestinos cristãos e muçulmanos estão unidos e firmes pela libertação de Jerusalém. Esta cidade precisa voltar a se abrir a todos os que praticam qualquer uma das três religiões. Seguindo a orientação de Jesus Cristo, de 2 mil anos

atrás, fazemos um apelo à cristandade para que todos sigam seus exemplos, em defesa dos oprimidos e dos que sofrem, para que, com isso, o povo palestino possa contar com esse apoio para conquistar os seus direitos. O apoio a ser dado ao povo palestino é um dever ético e cristão.

Pergunta: Considerando-se que raça é uma ficção, não seria o mito do povo eleito o responsável pela intolerância dos israelenses em relação às outras religiões?

Pergunta: Já que tanto a população palestina cristã como a muçulmana sofrem as mesmas restrições, por que as autoridades cristãs dos outros países não tentam conter esse massacre físico e cultural?

Resposta: É importante lembrar que a comunidade cristã na Palestina não é apenas ortodoxa; lá vivem também católicos e evangélicos. Embora existam várias facetas na questão palestina, precisamos compreender o seu lado humano. A tentativa de caracterizar o conflito como luta de judeu contra muçulmano é uma farsa que serve a propósitos políticos. É bem provável que o objetivo do sionismo internacional, ao mostrar para a comunidade cristã do mundo inteiro que o conflito é entre o Judaísmo e o Islamismo, sirva para ganhar a simpatia da cristandade. Por isso, é o dever de todas as Igrejas do Ocidente procurar entender a questão e sua verdade, para auxiliar na conquista da paz. O plano sionista internacional chegou até o ponto de criar igrejas híbridas no Ocidente, de nome "Igreja cristã sionista". As Igrejas católica e ortodoxa, em Jerusalém, denunciaram para o Ocidente esse plano

perverso, que pode vir até a ameaçar a religião cristã original.

O conceito de povo escolhido, que os sionistas utilizam, serve para confundir a opinião pública em relação à verdadeira razão da ocupação israelense na Palestina. Esse conceito serve como um mecanismo de isolamento, que, agora, causa problemas para os próprios israelenses. Desde antes de 1948 até hoje, nunca se ouviu falar de nenhum massacre às populações judaicas na região, só de árabes cristãos e muçulmanos. Apesar de saber dos massacres que ocorrem na Palestina, muitas Igrejas e líderes religiosos se mantêm omissos, pois sofrem fortes pressões de Israel e dos Estados Unidos. Mas nossa fé cristã não vai nos permitir sentir medo e nos desviar da verdade, mesmos sob as ameaças das forças de ocupação. Quando houve a eleição para o patriarca cristão em Jerusalém, houve pressões por parte de Israel para que não o aceitassem. Não conseguindo isso, começou a pressionar o novo patriarca para não se envolver na questão palestina. A Igreja cristã na Palestina está sendo ameaçada e precisa muito do apoio das comunidades cristãs espalhadas pelo mundo.

REFLEXÃO DO PE. JOSÉ BENEDITO DE ALMEIDA DAVID*Reitor da PUC – Campinas*

[...] Sinto-me feliz em ver que temas que estiveram longe das universidades, tanto as públicas como as católicas, começam a voltar. A questão religiosa deveria ser mais debatida ainda, principalmente nas universidades públicas. Essa questão é um problema humano e não pode mais ser ignorada pela ciência. Esse debate é um convite para que consideremos o ser humano como um todo. Como a universidade católica poderia apoiar a causa palestina? É claro que há disponibilidade para isso, mas a questão deve ser bastante abrangente, e já tivemos algumas conferências a esse respeito. Mas acho que o leque de discussões relevantes não só inclui o problema palestino; o que desafia nossas universidades é a questão da exclusão, e percebemos que isso não acontece só no Brasil. Precisamos, com a construção do conhecimento nas várias áreas, fazer com que entre na universidade, de forma cristalina, a questão dos valores. A sociedade capitalista, o mundo ocidental, de repente se encontram numa crise de valores que trazem conseqüências funestas para a vida do ser humano. A PUC se interessa pelos problemas da Palestina, Prova disso, lembro, é que há alguns dias procurávamos fazer seminários para demonstrar como as religiões não poderiam ser usadas como pára-ventos de um problema real, coisa semelhante existe na Irlanda, que mostra católicos contra protestantes. Isso não ocorre, o que existe lá são irlandeses que querem a soberania

para o seu país e outros que querem manter o domínio da Inglaterra. Minha família é libanesa, e no Líbano não existe conflito entre católicos e muçulmanos. A organização estatal de lá é um equilíbrio entre essas duas religiões. Parece, então, que isso é um problema da mídia, o que faz com que ela venda essa imagem de briga religiosa que não faz sentido.

Precisamos sentar e discutir o que podemos fazer para a causa palestina e também a respeito de outros diversos problemas de exclusão que vêm afligindo o nosso mundo. A exclusão precisa virar objeto de nossas reflexões em todas as áreas do conhecimento.

Plenária 7

**A Viabilidade para o
Estabelecimento do
Estado Palestino: uma
Visão Territorial**



PROF. JEFF HALPER

Presidente do Comitê Israelita contra a Demolição de Casas

Tradução: Nasser Lahaleed

O comitê que presido é uma coalizão de mais ou menos 15 organizações israelenses diferentes que trabalham para o processo de paz. Nos últimos cinco anos, nós tivemos muito trabalho, junto com os palestinos, na resistência à ocupação. Também sou professor de antropologia, e esse tipo de pesquisador costuma fazer sua pesquisa em campo. Esse tipo de trabalho de campo nos deu uma perspectiva do conflito que é única. Há muitas pessoas que podem fazer uma análise política do processo de paz e suas negociações, mas poucas pessoas sabem realmente o que se passa no campo. Se você olha o conflito de cima, só do ponto de vista político, compreende somente aquilo que aparece nos jornais ou livros, distantes da situação real. O que gostaria de fazer, hoje, é mostrar alguns mapas que ajudam a entender o modo como

vem sendo a ocupação. E gostaria também de passar um conceito chamado "*matriz do controle*", que Israel utiliza para dominar a região. É muito importante entender a forma de controle, pois, quando se está longe da situação, parece que a questão do território é a mais importante. Os israelenses estão contando ao mundo que, nas negociações, estão sendo oferecidos aos palestinos 95% dos territórios ocupados, e isso parece a todos uma oferta generosa. Parece então que os palestinos estão perdendo uma grande chance, recusando uma oportunidade histórica, e a resposta a essa suposta ingratidão tem sido a violência. E isso até faz sentido se você não conhecer o mapa, pois, para a maioria, 95% do território podem significar quase 100% de soberania. Mas quero explicar aqui que Israel não precisa de mais de 5% para controlar todo o resto e tornar inviável um Estado palestino.

Israel quer um Estado palestino, Sharon também, porque existem hoje 3,5 milhões de palestinos vivendo em territórios ocupados que Israel não consegue digerir ou governar. Se Israel conseguisse anexar as regiões ocupadas dentro do mesmo Estado israelense, você teria cinco milhões de judeus e 4,5 milhões de palestinos, e isto antes do retorno dos refugiados. A questão, para Israel, então, é como ele mantém o controle de toda a área, enquanto se livra da população palestina. É muito difícil manter a ocupação quando o mundo cada vez mais reprovava esse tipo de ação. Também é muito difícil estabelecer uma situação de *apartheid* quando o mundo está contra. O truque é, no meu ponto de vista, levar os palestinos a aceitar o que eu chamo de "ocupação consentida". Em outras

palavras, se Israel der aos palestinos o mínimo de território para a construção de um pequeno Estado, estaria se livrando dos palestinos dos territórios ocupados. Mas a implantação desse Miniestado daria a Israel o controle da região. No meu ponto de vista, é um reflexo do processo de paz de Oslo. A questão não é a existência do Estado palestino, mas se este seria forte e não um composto de “ilhas” de territórios fáceis de controlar. De muitas maneiras, esses 5% que Israel quer possuir fazem grande diferença na criação do Estado palestino soberano. Mostrarei esse fato no mapa a seguir:



Este é o mapa que chamo de *matriz de controle*. Aqui temos o Estado de Israel e a Cisjordânia, que acompanha a linha verde (essa linha é de 1967 e não existe nos mapas atuais de Israel, tive de desenhá-la). Importante frisar que quando Israel fala em dar territórios, não cita sequer a possibilidade da inclusão da parte leste de Jerusalém.

A *matriz do controle* começou a ser executada a partir de 67, mas só surgiu na sua forma mais aparente e visível quando se deu o início do processo de paz em Oslo, ironicamente. Hoje Israel está completando o processo de construção dessa matriz. Primeiro, precisamos entender de que percentual estamos falando. O que sobra depois da guerra de 1967 são somente 22% dos territórios que os palestinos tinham anteriormente. E agora esses 22% são os 100% que estão sendo negociados. Entendendo que é uma negociação, sabemos que nenhuma das partes chega a conseguir os 100%, sendo óbvio que os palestinos perderão mais território. A imagem dos palestinos para o mundo é a de que não são bons negociadores, pois querem 100%, que na verdade são os 22% da área total e original de seu país.

Quando o processo se reiniciou em 1993, as fronteiras, em verde, ainda eram abertas. Os palestinos podiam mover-se pelo país inteiro sem restrições. Podia-se trabalhar, passear e orar em Jerusalém ou outras cidades. Ironicamente, em 1993, Israel fecha as fronteiras, e somente com permissões especiais se poderia circular pelo país. O fechamento das fronteiras não fez o menor sentido dentro do contexto do processo de paz. O que Arafat sempre dizia durante as negociações era: "a menos

que eu possa mostrar para o meu povo alguns benefícios vindos do processo de paz, benefícios econômicos principalmente, a aceitação deste plano será muito difícil". E Paris sempre disse que o lado econômico é fundamental para qualquer processo de paz. Não há sequer razões de segurança para o fechamento das fronteiras. De fato, esse fechamento teve um impacto negativo profundo sobre a sociedade palestina. Entre outras coisas, a família palestina hoje em dia ganha menos de um oitavo do que recebia antes do fechamento das fronteiras. Este é um dos elementos da *matriz do controle* das fronteiras.

Um segundo elemento tem a ver com as áreas **A**, **B** e **C**. A área **A** é a parte escura do mapa, difícil de ver e inclui Hebron, Belém, Jericó, Ramallah e outras. Esta área está totalmente sob o controle palestino, mas só contabiliza 18% da Cisjordânia. É difícil mostrar o quão pequena é essa área, ainda mais para um país como o Brasil. Depois de sete anos de negociações, os palestinos só conseguiram 18% do total de 22%. Agora, temos a área **B**, a parte amarela, que também contém grandes populações palestinas; o controle parcial é palestino, mas quem comanda a segurança é Israel. Essa área compõe 22% da Cisjordânia. O resto, com 16%, a área **C**, está totalmente sob controle dos israelenses. Se você analisar o mapa, parece que dá para passar pelas diferentes áreas sem maiores problemas, mas, se olharmos com atenção, toda a área **A** é cercada pela **C**. Isso significa que sempre se passa por uma área **C** antes de se chegar a qualquer outra. Algumas vezes, a área **C** é apenas do tamanho suficiente para um tanque passar. Após a Intifada, Israel aproveitou suas áreas **C**

para isolar cidades umas das outras, com suas forças militares. A estratégia dos israelenses para controlar os palestinos é esta, dar a eles regiões separadas e manter as suas próprias áreas entre elas, para isolá-las.

O terceiro elemento da matriz refere-se aos assentamentos. São as áreas em azul, na parte C. Os assentamentos tiveram três fases na sua evolução, no final dos anos 60 Israel construiu 200 assentamentos, espalhados pela Faixa de Gaza e Cisjordânia. Trata-se de uma estratégia de ocupação e não de migração. Por trás de cada assentamento que você vê, existe um grande plano de Israel, que é o controle total.

Israel aprendeu que a violência pura é contraprodutiva e mudou sua estratégia, então o que tenta fazer agora é exercer o seu controle, não tanto pela força, mas pela burocracia. A cada vez que um palestino tenta se locomover, depara-se com uma restrição, os postos de checagem, as permissões, as multas etc. Os palestinos estão presos por uma rede burocrática que prescinde do exército. O que vemos na tevê são imagens de palestinos resistindo à ocupação com pedras e paus, o que não vemos são centenas de palestinos vivendo sob essas restrições. O que Israel justifica é a existência de uma administração civil no local e não uma força militar, passando para a opinião pública a idéia de que estão ajudando a população local a se organizar. Essa administração é liderada por um general, mas os que decidem sobre os casos locais são juízes habitantes dos assentamentos, com interesses na região. O que não podemos ver é centenas de palestinos sendo

controlados por essa burocracia eficiente.

Durante o processo de Oslo, Israel percebeu que os blocos de assentamentos seriam mais efetivos que os fragmentados e começou a adotar a estratégia de uni-los. A desculpa de Israel é, então, que ele tem a responsabilidade de proteger esses grandes blocos, e um deles fica ao lado do rio Jordão. Israel considera, então, o vale do Jordão a sua fronteira, não a estabelecida em 1967. Um outro bloco de assentamento fica em volta de Ariel, que divide a Cisjordânia em leste e oeste. O terceiro bloco fica nos arredores de Jerusalém. O quarto bloco é o de Sião, que fica na grande cidade de Jerusalém. Esta cidade está se transformando, de uma cidade, em uma região que controla todo o resto. Este fato é importante porque essa região é muito importante economicamente para os palestinos. Criando essa região em volta de Jerusalém, Israel torna inviável a economia palestina. Outro bloco de assentamentos fica na região de Hebron, como um corredor existente entre as cidades palestinas. Temos também vários assentamentos na região de Gaza. Neste lugar vivem mais de um milhão de palestinos e apenas 6 mil colonos, que possuem 40% da área.

Outro elemento importante para a *matriz de controle* são as estradas, de padrões americanos, que cortam toda a região da Cisjordânia. Para os colonos, são vias rápidas de locomoção controladas por Israel, mas para os palestinos são barreiras que o impedem de se locomover; e com isso foram criadas mais de 200 "ilhas" palestinas. Essas estradas custaram mais de 3 bilhões de dólares, são totalmente financiadas pelos

Estados Unidos. É difícil de entender o porque desse investimento, já que se trata de uma região que estariam devolvendo aos palestinos.

A proposta de Israel seria a criação de um Estado palestino composto por cinco cantões, cortados pela presença israelense. Israel está construindo uma grande estrada que liga o norte e o sul, e vale a pena perceber que ela passa em volta da Cisjordânia. Essa via, chamada Via Mobiliária, que passa por várias áreas rurais, teria o objetivo de criar mais assentamentos e também passaria por áreas povoadas por palestinos. Estes vivem principalmente na costa. Então a idéia dessa estrada é passar parte da população da costa mais para o centro, próximo da Cisjordânia. Também temos em volta dessa via um grande desenvolvimento urbano, e todas as outras vias que foram feitas são conectadas a ela. Fisicamente, Israel está anexando a Cisjordânia. Esse grande projeto de incorporação está quase completo.

Todos estão discutindo o *Relatório Mitchell* como esperança para paralisar os assentamentos. Israel já tem assentamentos suficientes e não precisa construir mais. O ponto mais importante seria a paralisação dessas vias, pois elas conectam e dão força aos assentamentos. Se alguém conseguisse justificar que a criação desse modelo de Estado palestino desejado por Israel é viável eu lhe daria o Prêmio Nobel da criatividade.

Pergunta: Qual a interação entre os árabes israelenses e os judeus israelenses?

Resposta: Na verdade, esta é uma questão complexa, pois isso ainda não está muito claro para nós. As duas comunidades interagem pouco, mas ambas são consideradas, oficialmente, participantes dos mesmos direitos em Israel. Existem escolas separadas, bairros separados etc. As duas comunidades procuram não se misturar, e isso cria uma certa divisão interna.

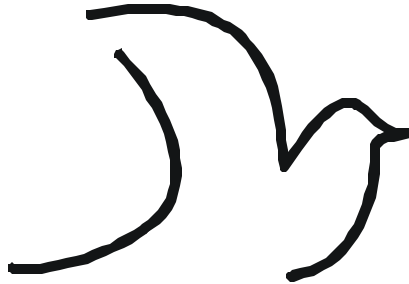
Pergunta: Os palestinos que estiveram presentes em Oslo, preparados e conhecedores desta matriz de controle, provavelmente sabiam que isto iria ocorrer. Na sua opinião, por que chegamos a este caos e qual foi o papel do Estado americano?

Resposta: Acho que duas coisas devem ser levadas em consideração. Primeiro, a OLP estava realmente desesperada, naquele momento em 1993. Encontrava-se numa situação política muito difícil, passando por um processo de expulsão da Tunísia, enquanto era excluída aos poucos da negociação. Essa situação precária fez com que Arafat aceitasse vários dos termos que, em outra situação, não teria aceitado. Outra questão é se realmente Israel estava interessado no processo de paz. Yitzhak Rabin queria, mas os palestinos estavam muito enfraquecidos para a negociação justa. Israel ditou os termos que queria, afastando-os do processo de paz. Outra coisa: penso que Arafat acreditava seriamente que Rabin iria auxiliar no processo de criação do Estado palestino, mas se enganou. Também acho que, em Oslo, não existia simetria entre os dois

lados. A OLP reconhecia Israel e seu direito a um Estado na região, mas Israel não reconhecia a OLP de forma alguma. Israel só reconhecia a OLP como órgão de negociação naquele momento, em Oslo.

PLENÁRIA 8

**AS RELAÇÕES ESTADOS
UNIDOS E ISRAEL, UMA
VISÃO HISTÓRICA**



PROF. -DR. JOÃO QUARTIM DE MORAES

Do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp

[...] Vou procurar fazer uma rápida exposição sobre o tema. Farei isso me utilizando de três idéias básicas para fundamentar, minimamente, a minha explanação. A primeira questão é o elemento radicalmente colonialista que está presente desde os primórdios da ideologia sionista. O sionismo é uma forma de colonialismo que serviu de instrumento para uma singular crueldade histórica, a saber: os judeus se vingaram nos árabes o que sofreram no Ocidente cristão. Essa injustiça fica ainda mais patente quando se constata que o maior florescimento da cultura judaica, depois da destruição do templo de Jerusalém pelo imperador romano Tito, foi sob o califado de Córdoba. Quero dizer com isso que o Judaísmo floresceu sob um poder político e religioso islâmico. É só comparar o que acontece com os árabes submetidos ao jugo político israelense sionista para perceber essa completa injustiça histórica.

A origem imediata do sionismo foi a vaga de perseguições aos judeus desatada na Europa Oriental, onde houve um deslocamento histórico das populações judaicas para o Oriente, que encontraram refúgio nos países sob o domínio do Império Otomano. Em resposta a essa perseguição, foram criadas as teorias do sionismo, pelo Dr. Theodor Herzl, que publicou o livro *O Estado Judeu* em 1895. Nesse livro, está o projeto colonialista: “os judeus se encontram dispersos pelo mundo, vamos encontrar um território para eles, preferencialmente onde viveram os judeus originais”. O único detalhe é que, nesses territórios, viviam populações havia mais de 2 mil anos. Isto, para o sionismo, era realmente um detalhe. Não podemos esquecer que esse livro foi escrito no auge do colonialismo, quando as grandes potências estavam partilhando o mundo ao bel-prazer. O sionismo, então, pega “carona” com o colonialismo internacional da época. Coerente com isso, Herzl escreve que o objetivo é criar um Estado judeu que devia “fazer parte de uma muralha defensiva da Europa na Ásia”, um posto avançado da civilização contra a barbárie. O Barão de Rotschild, do ramo francês da poderosa família de financistas judeus, já havia desencadeado, 13 anos antes do livro, um processo civilizatório na região da Palestina, financiando a primeira imigração em massa sionista. Depois, em 1905, veio a segunda onda de imigrações, em parte pela repressão czarista sobre os judeus na Rússia. A discriminação começou com essa segunda vaga de imigrantes, pois começou a disputa por empregos.

Com a primeira guerra, surgem os primeiros sinais da invasão britânica, que chega a fazer acordos com os árabes, no intuito de combater os otomanos. Nesse acordo, os aliados prometiam o reconhecimento de vários Estados árabes ao final da guerra, mas sabemos que estes não foram honrados, por causa da influência já marcante do sionismo sobre o governo britânico. Lorde Balfour, em 1917, plena guerra, emite a famosa declaração que promete aos judeus um lar nacional na Palestina. Este é o começo do drama e mostra o papel sórdido da Inglaterra na criação desse desastre histórico que é o conflito na Palestina. Diria que os seguidores de Herzl, mesmo os mais progressivos, partilhavam do racismo sionista. Citarei muito rápido algumas passagens. Em 1950, numa palestra sionista a oficiais superiores, vemos declarações sobre os judeus orientais como tendo "aparência de gente, sem traço de educação judaica e humana, sendo um dever lutar contra os espírito do Levante, que corrompe indivíduos e a sociedade, e preservar os autênticos valores judeus tal como se cristalizaram na diáspora". Estamos no fundo da ironia histórica, os valores que se cristalizaram na diáspora surgiram justamente no califado de Córdoba, onde os judeus viviam decentemente, e não durante a vivência precária em guetos, sendo perseguidos. Isso quer dizer então que, de acordo com os sionistas, cristalizaram-se não os valores judeus originais que floresciam em Córdoba, mas os ocidentais e cristãos da perseguição na Europa oriental, o que é realmente uma ironia. Paradoxalmente, os valores inspiradores do sionismo não são a colina de Sião, mas sim os valores europeus da diáspora. Parece até um certo masoquismo.

Nisso está incluso, justamente, um projeto cultural. O sionismo, então, usou ideologicamente os piores argumentos civilizatórios, dos mais hipócritas, do chamado Ocidente. E vimos isso até hoje, volta e meia vemos a opinião pública simpática a Israel pela sua “modernidade”, identificação com o Ocidente: “Eles são mais parecidos conosco.”

Quero também apresentar aqui uma observação feita por um ministro da Educação, já em 1969, no penúltimo governo trabalhista em Israel. Trata-se de uma grande advertência para os judeus sionistas, sobre a porção grande de orientais que existe em Israel: “Estamos longe de considerar nossa população oriunda de países orientais como uma ponte para nos integrar no mundo de língua árabe. Nosso objetivo é implantar neles o espírito ocidental e não deixá-los arrastar-nos para uma orientalidade antinatural”. O que é mais terrível, pois uma perversidade chama outra, é que esses judeus discriminados passaram a ter ódio àqueles que os discriminavam: a social-democracia, os trabalhistas e os europeus ocidentais. A reação dos orientais, nesse acúmulo de perversidades, foi a seguinte: desprezados pelos mais “civilizados”, pelos ocidentais, eles começam a votar maciçamente nos carnicheiros do Likud, que hoje é descendente em linha direta dos dois piores grupos de extermínio que houve no processo de terrorismo para espantar os palestinos de suas terras.

O segundo ponto que quero tratar agora é o apoio que os Estados Unidos sempre deram ao sionismo. No entendimento americano, Israel é o moderno e representa o Ocidente na

região “bárbara”. Na sociedade americana, as comunidades judaicas fazem parte dos mais diversos níveis sociais, como a plebe, os sindicalistas, os banqueiros e os poderosos do mercado financeiro mundial. Para se ter uma idéia, a Cisjordânia árabe recebe apenas 3 milhões de dólares dos EUA; os israelenses 3 bilhões. Dizia um prefeito da região a um deputado americano: “Só queremos a asa de um avião Phantom que vocês dão a Israel para nos matar, pois esta vale um milhão de dólares. Nos serviria bem para construir uma escola para as crianças estudarem. Parece até uma gozação estes três milhões, dariam para comprar uma ambulância aqui, concertar um encanamento ali... Com os 3 bilhões dados a Israel, eles estão construindo 100 assentamentos. Na verdade, não queremos o dinheiro dos EUA, nós podemos conseguir por outros meios. O único auxílio deles que queremos é para conquistar nossos direitos.”

Essa solidariedade dos EUA a Israel se baseava também em alguns pontos que explicarei a seguir. Israel não concorria com os EUA quando vendia armas, pois tinha negócios com países com os quais os EUA não poderiam negociar, pelas razões as mais diversas. Outro ponto é que os EUA tinham perdido sua base no Oriente Médio com a revolução iraniana, e Israel seria então um ponto estratégico para sua influência na região. Sharon assinou o acordo de cooperação com o ministro da Defesa do governo Reagan em 30 de novembro de 1982. Alguns meses depois, começavam as invasões israelenses no Líbano e o massacre de Sabra e Shatila.

Israel, sistematicamente, desenvolveu colaboração nuclear com a África do Sul, e pleno contexto de *apartheid*.

Estes países possuíam uma grande afinidade ideológica. É por isso que Israel é uma pústula no planeta, ainda o único país com um regime baseado na exclusão étnica. Israel cumpriu um papel sujo não só na África do Sul, mas com Pinochet em 76, na Guatemala com grandes extermínios, além de outras atuações atrozés pelo mundo. Portanto, a luta contra o Estado sionista interessa, antes de tudo, ao povo palestino, mas também a todos aqueles que lutam pela igualdade entre os povos. Pois o Estado de Israel, durante sua existência, tem se aliado a tudo que é gangrenado, purulento, na cena política internacional.

É evidente que Arafat está trabalhando com a hipótese de que vale a pena fazer concessões imensas, como já foi dito, estrangida como estava a OLP em 1993. Essas concessões chegaram ao ponto simbólico de doar sangue para as vítimas dos atentados. Estou convencido de que o único avanço na luta dos povos contra Israel foi feito pelos guerrilheiros do Hizbollah, tratados como terroristas, que expulsaram os israelenses do território libanês. Devemos constatar que o Estado israelense não entende, ou até agora não deu mostras de entender, nenhuma outra linguagem que não a da força, no caso palestino. A única concessão que fez foi num outro contexto histórico, após 1973, quando quase foi derrotado pelo exército egípcio em batalha frontal, mas reverteu a situação graças ao apoio logístico norte- americano, que depois mais uma vez arbitrou a negociação da paz. Em 1982, Israel já recebia 2,4 bilhões de dólares de ajuda militar americana contra 152 milhões para EL Salvador, onde havia uma crise

revolucionária que os EUA combatiam. A concessão para a formação de um Estado palestino é uma conquista que me parece mínima para o processo; o caminho fundamental é o do combate, através de todas as formas de luta contra a opressão israelense, esta sim fundamental: que seja eliminada, para a paz na região.

Pergunta: A impressão que tenho de que os EUA se aproveitam tanto dos judeus como dos árabes. Colocam povos que se odeiam em contato e tentam extrair o máximo do conflito, utilizando Israel como posto avançado na região. O senhor acha que depois dos acontecimentos de 11 de setembro essa estratégia será mantida?

Resposta: Minha crítica deve ser bem entendido aqui: é ao Estado terrorista de Israel e ao sionismo, não à religião nem à cultura judaica. Não quero arriscar nenhum prognóstico, mas quando vejo que cerca de 76% da opinião pública americana são favoráveis a um bombardeio ao Iraque, que sabidamente não teve nada a ver com o atentado de 11 de setembro, sou céptico quanto à possibilidade de mudança fundamental na política estadunidense. Não concordo com sua posição, de que judeus e árabes foram arremessados uns contra os outros, acho que não foi bem isso que aconteceu, tenho convicção que os interesses vitais dos EUA não exigem a existência do Estado de Israel, tanto que eles já possuíam grande poder na região antes de 1948. O que acontece é que Israel se tornou um substituto para o Irã, pois a base na Arábia Saudita já não era tão segura. Lá, a situação é tensa e a população local é

claramente contra a presença americana na região. Enquanto os norte-americanos não tiverem uma opção válida na região, como, por exemplo, quebrar o regime iraquiano, continuarão apoiando Israel.

Pergunta: Não podemos considerar racista a política de Israel, já que os direitos dos árabes não são respeitados como o dos israelenses não árabes?

Resposta: O *apartheid* é mais do que um racismo. Sei que não existe nenhum estatuto que estabeleça formalmente o *apartheid*, estamos usando este termo como metáfora política. Posso dizer que existe um *apartheid* explícito, que foi o da África do Sul, e um envergonhado, que não se assume, o de Israel, que se expressa no dia-a-dia nas barreiras e proibições aos árabes.

Pergunta: Qual foi o motivo que levou a OLP a aceitar propostas tão mínimas nas negociações de 1993?

Resposta: O grande enfraquecimento da OLP em 1993, quando entrou nas negociações de Oslo disposta a aceitar qualquer migalha, pode ser explicado pelo fenômeno do colapso do bloco soviético que, bem ou mal, criava uma contraposição à arrogância e injustiça sem limites do império do dólar. A grande diferença entre essa negociação e a de 1991, quando as discussões se abriram numa base mais aceitável, foi esse desequilíbrio de forças entre as partes negociantes.

Intervenção do Prof. Mohamed Habib:

Há um componente que deve ser levado em conta. A partir da guerra do Golfo, os países árabes foram totalmente desmoralizados. O bloco árabe representava uma certa força de apoio ao povo palestino. A década de 90 e a grande aproximação dos países do Golfo aos EUA também contribuíram ainda mais para que o povo palestino se sentisse órfão. As tentativas das primeiras negociações, em que os EUA buscavam arrumar outros interlocutores da causa palestina para negociar, também enfraqueceu muito Arafat e a OLP. Nessa situação de enfraquecimento da sua força política, a OLP teve de fazer muitas concessões para chegar à criação do Estado palestino, por isso reconheceu 78% do território palestino como direito legítimo do Estado de Israel. No restante, 22%, pretendia construir o seu Estado Palestino.

Intervenção do Monsenhor Atallah Hannah

Tradução: Prof. Mohamed Habib

O povo palestino e o mundo árabe em geral responsabilizam os Estados Unidos por toda essa tragédia que se iniciou, em 1948, pela ocupação dos territórios que sobraram aos palestinos depois de 1967 e pelos sofrimentos pelos quais esse povo passa hoje. Israel não teria conseguido chegar onde se encontra atualmente sem esse poderoso apoio. As armas e as munições, mísseis e bombas utilizados contra os palestinos são de fabricação norte-americana. E veja a hipocrisia ao observar Sharon indo aos Estados Unidos para visitar a destruição das duas torres, enquanto ele mesmo lidera trabalhos de destruição de residências do povo palestino, e, assim, exercendo a política de terrorismo do Estado. A pergunta, então, vem: será que algum dia os EUA vão mudar a sua política e começar a atuar de forma mais justa para os palestinos conquistarem os seus direitos, ou os árabes precisam entender que o verdadeiro inimigo dos árabes está em Washington? A segunda questão que levanto é a seguinte: é coerente que os EUA combatam o terrorismo internacional, ao mesmo tempo em que suportam um Estado terrorista?

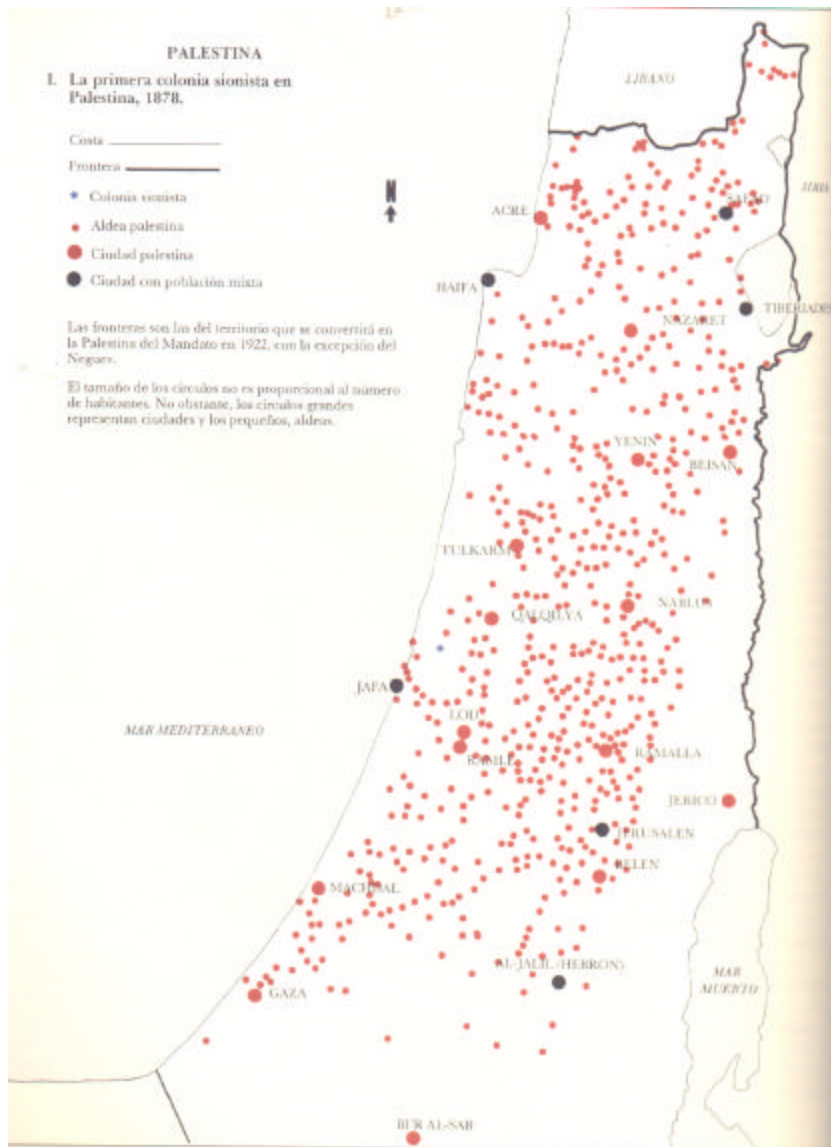
ANEXO I

MAPAS

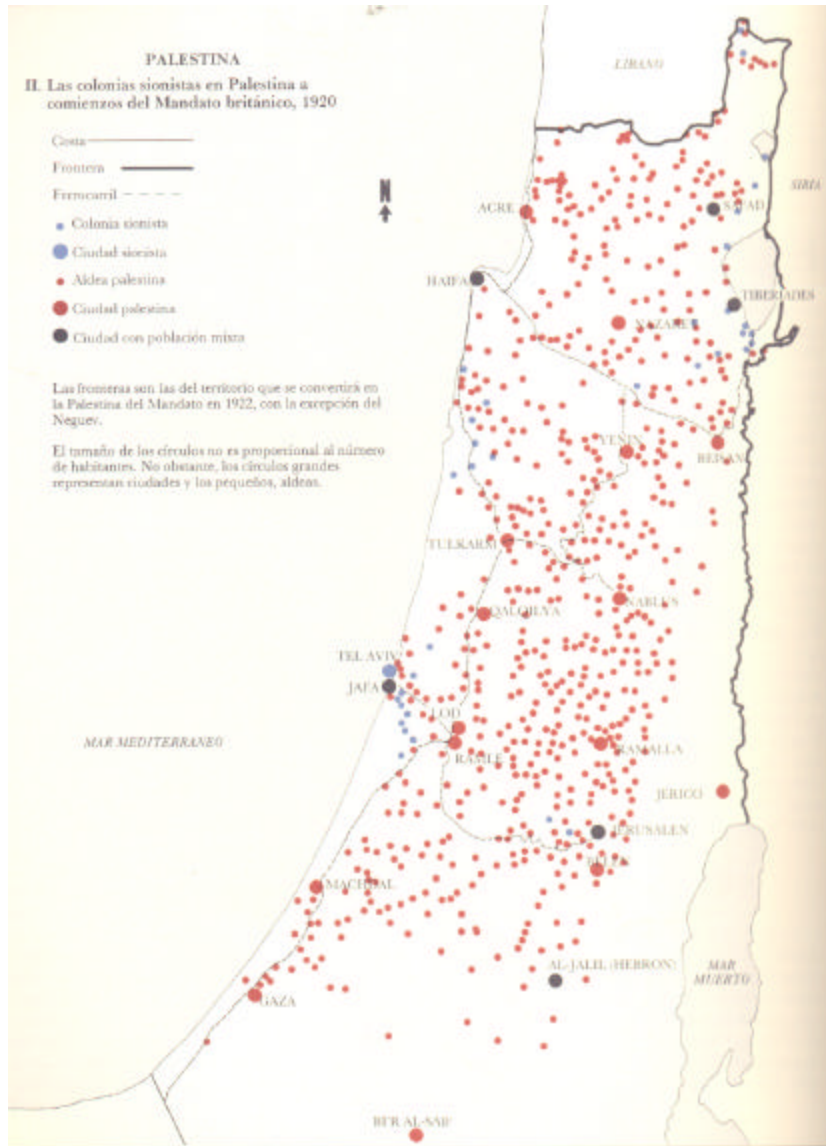
Mapa das Estradas Principais



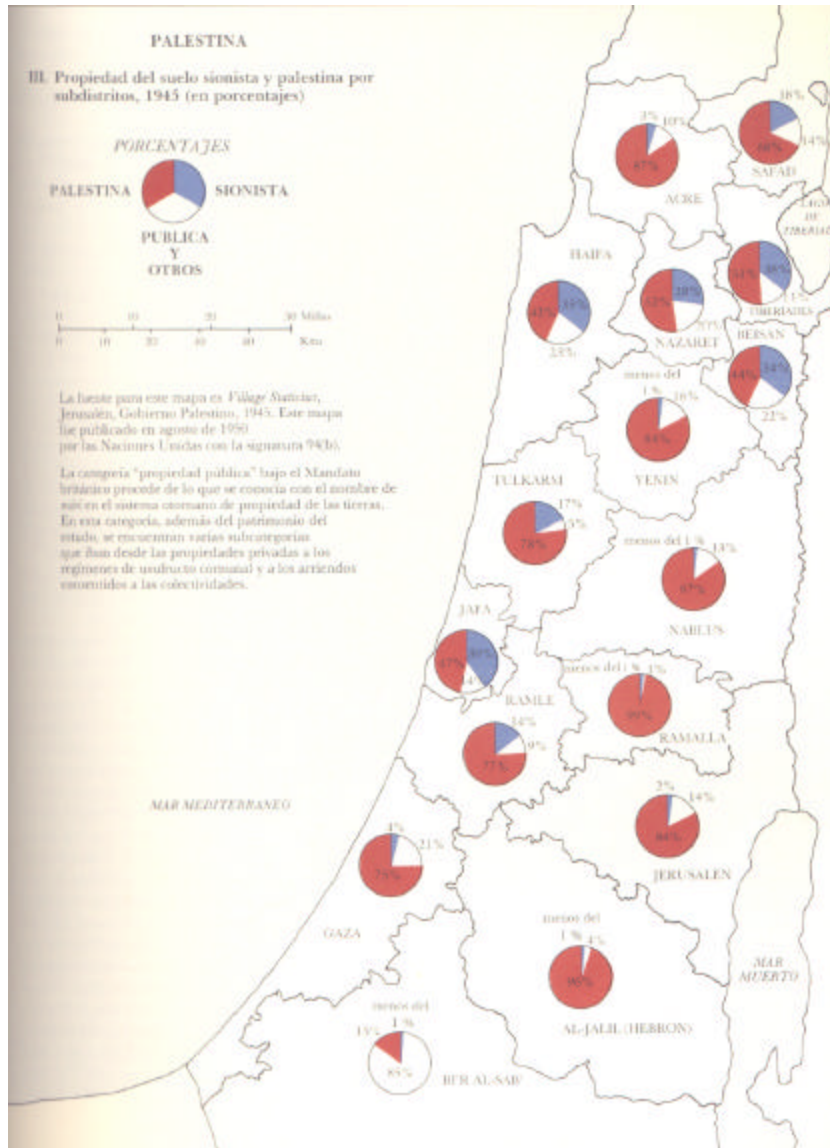
Mapa 1



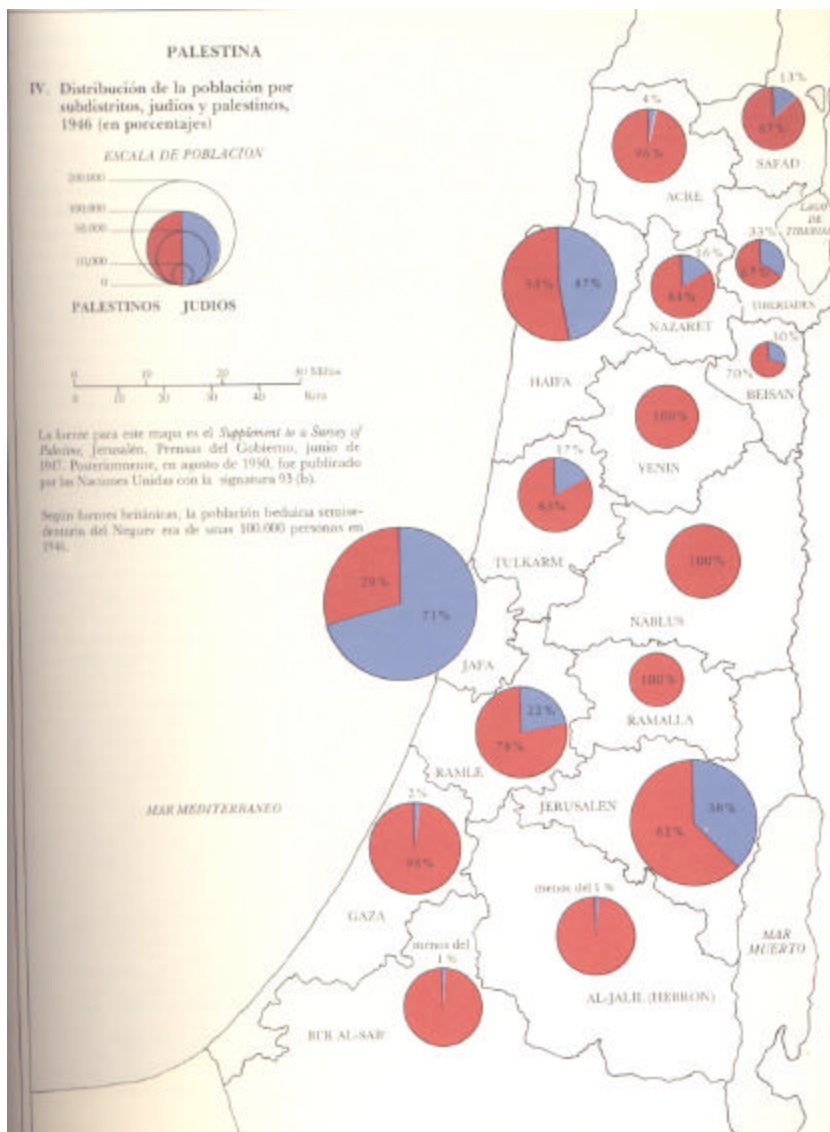
Mapa 2



Mapa 3

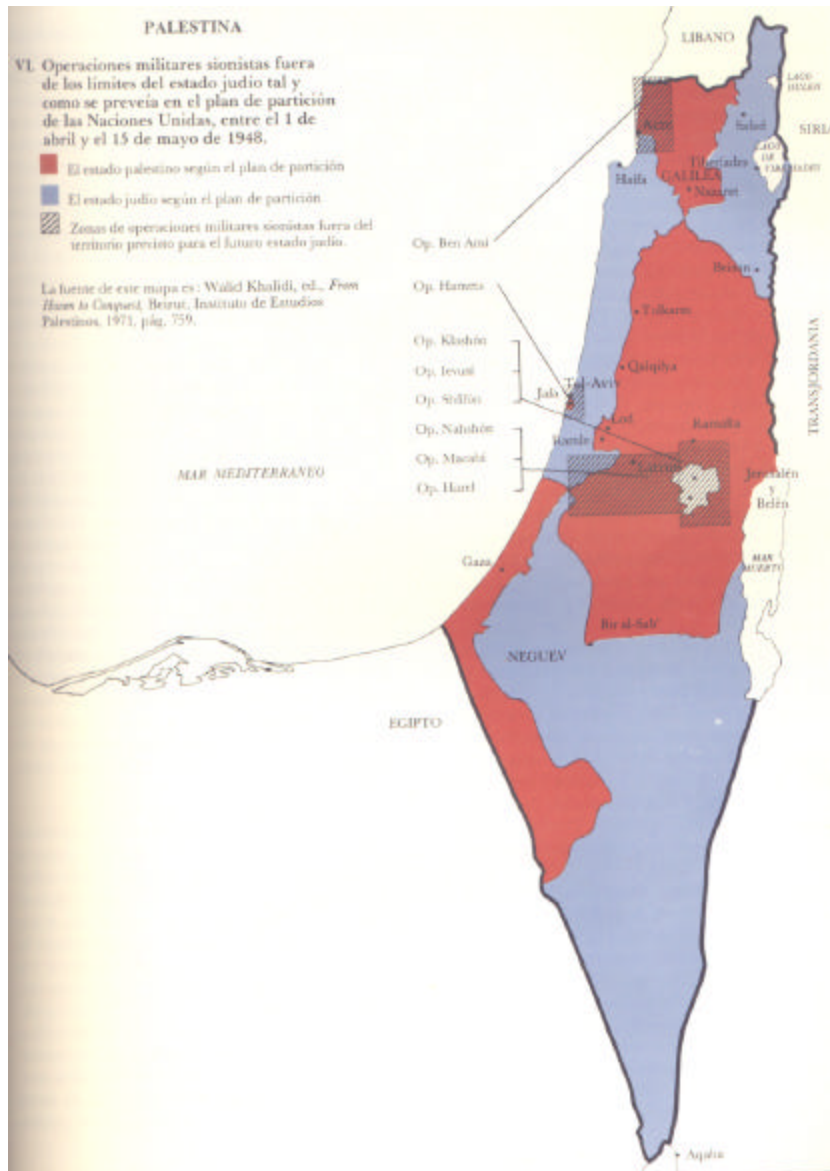


Mapa 4



Mapa 5





Mapa 7

Fontes

Mapa 1 – Guia Para Visitantes à Palestina, Ed. Turbo Design.
Ministério do Turismo e Antiguidades de Belém.

Mapas 2 a 7 – Khalidi, W. Before Their Diaspora. 1984,
Institute for Palestine Studies, Washington, D.C.

ANEXO II

PALESTINE FACTS

1400-1999

15th-19th Century Palestine under Ottoman rule as part of (southern) Syria.

1876 First Ottoman parliament convened in Constantinople and the first Palestinian deputies from Jerusalem elected.

1888 - May: European powers press Ottoman government to allow foreign (non-Ottoman) Jews to settle in Palestine provided they do so singly and not in masses.

1891 The first Palestinian protest against Zionist aims.

1893 April: European powers presses Ottoman government to permit Jews legally residing in Palestine to buy land provided they establish no colonies on it.

1896 Publication of "Der Judenstaat" by Austrian Zionist leader Theodor Herzl, advocating creation of Jewish state in Argentina or Palestine. Ottoman Sultan Abd-al Hamid II rejects Herzl's proposal that Palestine be granted to the Jews: *"I cannot give away any part of it (the Empire) ... I will not agree to vivisection."*

1897 Aug.: First Zionist Congress, meeting in Basel, Switzerland, issues the Basel Program on Colonization of Palestine and establishes the World Zionist Organization (WZO). In response to First Zionist Congress, Abd-al Hamid II initiates policy of sending members of his own palace staff to govern province of Jerusalem.

1898 A section of old city wall was removed to facilitate the entrance of Kaiser Wilhelm II of Germany and his entourage on their visit to Jerusalem.

Arabic press reacts to First Zionist Congress. The Cairo journal "Al-Manar" warns that Zionism aims to take possession of Palestine.

1900 Keren Keyemeth (Jewish National Fund) founded as land-acquisition organ of WZO with the function of acquiring land in Palestine to be inalienably Jewish with exclusively Jewish labour employed on it.

1904 Publication of "Le Reveil de la Nation Arabe", by Najib Azoury, warning of Zionist political aims in Palestine.

1908 Palestinian journal "Al-Karmil" founded in Haifa for the purpose of opposing Zionist colonization.

1910 Arabic newspapers in Beirut, Damascus and Haifa express opposition to Zionist land acquisition in Palestine. Arab Women's organization founded in Jaffa.

1911 Jan.: Palestinian journalist Najib Nassar publishes first book in Arabic on Zionism, entitled "Zionism: Its History, Objectives and Importance".

Feb.: Palestinian newspaper "Filastin" begins addressing its readers as "Palestinians" and it warns them about consequences of Zionist colonisation.

1914 Aug. 1: Outbreak of World War I. **Nov. 5:** The Ottoman state enters the war on the side of Germany. Chaim Weizmann writes *"... as a British dependency we could have in 20 to 30 years a million Jews out there - perhaps more, they would ... form a very effective guard for the Suez Canal."*

1916 May 16: The British and French Governments sign secret Sykes-Picot Agreement dividing Arab provinces of Ottoman Empire into French and British administered areas.

June 10: Sherif Hussein proclaims Arab independence from Ottoman rule on the basis of his correspondence with McMahon. Arab revolt against Constantinople begins.

Oct. 2: Sherif Hussein is proclaimed as "King of the Arab Countries" and performs the ceremony of the bai'a, the traditional Arab custom in which the investiture is accompanied by a formal declaration of allegiance.

1917 Aug.: Sir Edwin Montagu, the only Jewish member of the British Cabinet, writes in a secret memorandum: *"Zionism has always seemed to me a mischievous political creed...it seems to be inconceivable... that Mr. Balfour should be authorised to say that Palestine was to be reconstituted as the national home for the Jewish people...I assume that it means that Mohammedans and Christians are to make way for the Jews, and that the Jews should be put in all positions of preference."*

186

1917 Nov. 2: British Foreign Sec. Arthur James Balfour sends letter (the Balfour Declaration) to Baron de Rothschild pledging British support for establishment of Jewish national home in Palestine.

Dec. 9: Surrender of Ottoman forces in Jerusalem to Allied forces under General Sir Edmund Allenby.

Oct. 30: End of World War I.

1919

Jan.: Versailles Peace Conference decides that the conquered Arab provinces will not be restored to Ottoman rule.

Jan. 27-Feb. 10: First Palestinian National Congress meeting in Jerusalem sends 2 memoranda to Versailles rejecting Balfour Declaration and demanding independence.

June-July: Henry King and Charles Crane, US members of International Commission of Inquiry, proceed to Middle East alone after failure of Britain and France to join the Commission set up to examine the wishes of the people of Palestine. The findings of the King-Crane Commission were kept secret for 3 years and were not published until 1947.

1920 April 25: The San Remo Conference awards administration of the former Turkish territories of Syria and Lebanon to France and of Palestine and Transjordan and Mesopotamia (Iraq) to

British.

May 15: Second Palestinian National Congress held in Damascus.

July 1: British civilian administration inaugurated; Sir Herbert Samuel appointed first High Commissioner.

Dec. 13-19: Third Palestinian National Congress, meeting in Haifa, elects Executive Committee which remains in control of Palestinian political movement from 1920-1935.

1921 Establishment of the Supreme Muslim Council; Haj Mohammed Amin al-Husseini appointed by the British as head of the Council

1921 May 29-June 4: Fourth Palestinian National Congress, convening in Jerusalem, decides to send Palestinian delegation to London to explain Palestinian case against Balfour Declaration.

May 1: Outbreak of disturbances in Jaffa protesting against Zionist mass immigration.

1922 June 30: US Congress endorses Balfour Declaration.

July 24: League of Nations Council approves Mandate for Palestine without consent of Palestinians.

1922 Oct.: First British census of Palestine shows total population of 757,182 (11% Jewish).

1923 Feb. 16: Sixth Palestinian National Congress, held in Yaffa.

188

1923 Sept. 29: British Mandate for Palestine comes officially into force.

1924 Al-Nahda Women's Association founded in Ramallah.

1925 March: Palestinian general strike to protest against private visit by Lord Balfour to Jerusalem.

Oct.: 6th Palestinian National Congress convened in Jaffa.

1928

June 20-27: Seventh Palestinian National Congress convened in Jerusalem; established a new 48-member Executive Committee.

Nov.: Islamic Conference, meeting in Jerusalem, demands protection of Muslim property rights at Wailing Wall, itself a Muslim holy site.

1929 Aug. 28-29: Palestinian uprising in several towns in reaction to militant demonstrations at Wailing Wall. At least 3 women martyrs: Jamila al-Ashqar, Aisha Abu Hassan, and Azzizeh Salameh.

1929 Oct. 26: First Arab Women's Union in Palestine founded in Jerusalem, headed by Zalikha al-Shihabi. **Oct. 26-29:** First Palestinian Arab Women's Conference held in Jerusalem with at least 300 in attendance and followed by a demonstration and a meeting with High Commissioner to protest British policy.

1931 Nov. 18: Second British census of Palestine shows total population of 1,035,154 (16.9% Jewish).

1934 Nov. 4: National Defence Party (Hizb al-Difa'a al-Watani) established in Jerusalem; chaired by Ragheb Nashashibi.

1935 Oct.: Irgun Zvai Leumi (National Military Organisation) founded by dissident members of Haganah; Jabotinsky named Commander-in-Chief.

1936 Arab Women's Organization founded in Jenin.

April 16-18: Revolts all over Palestine, largest confrontations in Jaffa.

1937 July 7: Publication of Royal (Peel) Commission's Report recommending partition of Palestine into Jewish and Arab states.

Sept.: Arab National Congress, held in Bludan, Syria, and attended by 450 delegates from Arab countries, rejects partition proposed by Peel Commission. **Oct. 1:** British Mandate Government dissolves the Arab Higher Committee and all national Committees, deports six of its members.

1938 Oct. 15-18: Women's Conference in Cairo on the Question of Palestine attended by women from all over Palestine. **Nov.**

9: Technical Commission of Inquiry, under chairmanship of Sir John Woodhead, publishes report stating impracticality of partition proposal by Peel.

1939 Sept. 3: Outbreak of World War II.

1940 Oct. 10: British Government authorises the Jewish Agency to recruit 10,000 Jews to form Jewish units within the British Army.

1942 Jan.: Dr. Chaim Weizmann writes in "Foreign Affairs", urging the creation of a Jewish state in Palestine after the war. **May:** Zionist Biltmore Conference, held at Biltmore Hotel in New York, formulates new policy of creating "Jewish Commonwealth" in Palestine and organising Jewish army.

Dec. 12-16: First Arab Women's Conference held in Cairo.

1945 March 22: Covenant of League of Arab States, emphasising Arab character of Palestine, signed in Cairo by Egypt, Iraq, Lebanon, Saudi Arabia, Syria, Transjordan and Yemen.

1945 Aug. 31: Pres. Truman asks British PM Clement Attlee to grant immigration certificates allowing 100,000 Jews into Palestine.

1946 July 24: British issue special White Paper on Terrorism in Palestine accusing Jewish Agency of being involved in acts of terrorism with Irgun and Stern Gangs.

1947 May 15: UN Special Session ends with the appointment of an 11-member Special Committee on Palestine (UNSCOP),

the 11th commission of inquiry appointed since 1919. **Sept. 8:** Publication of UNSCOP report: the majority of members recommended partition, and a minority a federal solution.

Sept. 29: Arab Higher Committee for Palestine announces rejection of UN partition plan. **Oct. 2:** Jewish Agency announces acceptance of UN partition plan. **Oct. 11:** US endorses UN partition plan. **Oct. 13:** Soviet Union endorses UN partition plan.

Nov. 29: UN Partition Res. 181 includes the recommendations that Jaffa be part of the proposed Palestinian state and that Jerusalem and Bethlehem be a corpus separatum under a special international regime administered by the Trusteeship Council on behalf of UN.

1948 April 9: Irgun and Stern Gangs lead by Menahem Begin and Yitzhaq Shamir massacre 245 Palestinians in the village of Deir Yassin, western suburb of Jerusalem. **April 11:** Haganah destroy village of Kalonia near Qastel and occupy Deir Yassin. **April 30:** All Palestinian quarters in West Jerusalem occupied by Haganah and Palestinians were driven out. **May 2:** The Jewish Agency completes mobilisation of Jewish manpower.

1948 May 14: State of Israel proclaimed in Tel-Aviv at 4:00 p.m.

May 15: British Mandate ends. The Arab States dispatch around 25,000 of their armed forces to Palestine. The Haganah, made up of 60,000 to 70,000 trained members become the backbone

192

of the Israeli Army.

May 15-17: USA and USSR recognize Israel.

Sept. 1: Palestinian National Conference in Gaza. Formation of All-Palestine Government.

Oct. 1: All-Palestine Government announces Palestinian independence.

Oct. 15: The recognition of the All-Palestine Government by Egypt, Syria, Lebanon and Saudi Arabia.

Dec. 11: UN Gen. Assembly Res. 194 (III): the right of Palestinian refugees to return.

1949

May: Israel conditionally admitted to UN.

Dec. 13: The west part of the City of Jerusalem declared the capital of Israel.

Dec. 19: UN Gen. Assembly Res. 303: Internationalisation of Jerusalem.

1950

March 14: Absentee Property Law; whereby any person who on 29 Nov. 1947 was a citizen or resident of the Arab States

or who was a Palestinian citizen who had left his/her place of residence even if to take refuge within Palestine, is classified as an "absentee". Absentee property is vested in the custodian of absentee property who then "sells" it to the Development Authority authorised by the Knesset. The theft of the property of a million Arabs seized by Israel in 1948 is thus authorized.

April 24: Unification of the West Bank and Kingdom of Jordan; Gaza Strip comes under Egyptian administration.

April 27: British government recognises the union between West Bank and Jordan.

1950 July: "Law of Return" passed by Knesset whereby any Jew, from anywhere in the world, is entitled to full Israeli citizenship.

1951 Sept.: Yasser Arafat reorganizes the Palestinian Students' Union in Cairo.

1952 July 23: Egyptian Revolution.

Aug. 11: Talal of Jordan abdicates; Hussein proclaimed king.
- The Law of Nationality: affirms the Law of Return and legislates that resident non-Jews can acquire citizenship only on the basis of residence if they can prove they are Palestinian or by naturalisation. Palestinian Arabs remaining under Israeli occupation literally became foreigners in their own country as in the conditions of 1952 proving residence was in practice often impossible to fulfil. Most Arab residents had no proof of

194

citizenship many having surrendered their identity cards to the Israeli army during or after the war.

1953 Oct. 14: Israel, commanded by Ariel Sharon, attacks Qibia in the West Bank killing 53 Palestinians.

1954 July: Arrest of Israeli "spy ring" in Cairo and Alexandria.

March: Israeli attack on Nahalin village in the West Bank.

1956 July 26: Pres. Nasser nationalises the Suez Canal.

Oct. 29: Israel, in collusion with Britain and France, invades Sinai Peninsula. **Oct. 31:** Kfar Qassim Massacre. **Nov. 2:** Israelis occupy Gaza and most of Sinai, attack Qalqilya in the West Bank and massacre villagers of Kafr Qasem in occupied Palestine.

1957 March 8: Israel withdraws from Sinai and Gaza: UN Emergency Force moves in.

1958 Feb. 1: Egypt and Syria proclaim union as United Arab Republic (UAR).

1961 Sept. 28: Syrian military coup d'etat breaks up the UAR.

1964 June 2: Palestine Liberation Organization (PLO) founded.

1966 Oct.: Israeli attack on Samou village in the West Bank.

1967 June 2: General Moshe Dayan joins Israeli Cabinet as Min. of Defence.

June 5: June War; Israel begins military occupation of "West

Bank" and Gaza Strip of Palestine, Sinai of Egypt and Golan Heights of Syria.

1967 June 28: Israel annexes old Jerusalem, begins Jewish settlement in OPT.

July 4: UN Gen. Assembly Res. 2253 (ES-U) calls upon Israel to "rescind all measures taken (and) to desist forthwith, from taking any action which would alter the status of Jerusalem."

Nov. 22: UN Sec. Council Res. 242.

1969 Feb.: The Palestinian resistance (al-Muqawama al-Filistiniya) becomes the predominant component of the PLO institutions. Yasser Arafat was elected chairman of a new executive committee of the PLO.

Aug. 21: Al-Aqsa Mosque, under Israeli occupation, damaged by arson.

1970 April 8: Israeli airstrike kills 30 school children in Egypt (Bahr el-Bakr).

1971 Dec. 6: UN Gen. Assembly Res. 2787 recognizes the right of the Palestinians to struggle for the recovery of their homeland.

1972 Oct. 16: PLO representative in Rome Wa'il Zu'aiter was killed.

April 10: Israel raids into Beirut and murders 3 Palestinian resistance leaders: Kamal Nasser, Kamal Adwan, Abu Yussef el-Najar.

1977 May: US State Department releases Human Rights Report, charging Israelis with the following crimes against the Palestinians: a) illegal expulsions from their homes and properties; b) detention without charge; c) destruction of properties; d) no judicial remedy for detainees.

1977 Nov. 20: Pres. Anwar al-Sadat addressed the Israeli Knesset.

1978 Jan. 4: Pres. Carter's statement on recognition of Palestinians right to a homeland.

March 12: The Israeli army attacks South Lebanon, throwing 25,000 troops into a full-scale invasion, leaving scores of Lebanese villages devastated and some 700 Lebanese and Palestinians, mainly civilians, dead.

March 19: UN Sec. Council adopts Res. 425 calling for an immediate Israeli withdrawal from Lebanese territory and establishes a new UNIFIL to be dispatched to southern Lebanon.

Sept. 17: Carter, Begin and Sadat sign the Camp David Accords which propose a settlement to the Middle East conflict bypassing the Palestinian people and their sole representative, the PLO.

1978 Nov. 29: First International Day of Solidarity with the Palestinian People, as designated by the UN.

1979 March 22: UN Sec. Council Res. 446 calls on Israel to

1985 May 20: In agreement with Palestinians, Israel exchanges 1,150 Palestinian prisoners for 3 Israeli soldiers captured during invasion of Lebanon. **May 29:** King Hussein, visiting Washington, says PLO has agreed to accept UN resolutions acknowledging Israel's right to exist.

Oct. 1: Israel bombs Tunisian headquarters of PLO, killing more than 70 people, in retaliation for Sept. 25th killing of 3 Israelis in Larnaca, Cyprus.

1986 Oct. 5: The Sunday Times of London publishes a report quoting former Israeli nuclear arms technician Mordechai Vanunu as saying that Israel has been building and stockpiling atomic weapons at Dimona nuclear facility for 20 years.

1987 June 6: Estimated 50 Jewish settlers attack 2 Palestinian truck drivers near Nahal Oz settlement in Gaza Strip.

1987 July 3: Israeli military authorities ban fishing in the Gaza Strip indefinitely for Palestinian residents.

1987 DEC. 9 : THE INTIFADA BEGINS; in Gaza, 4 Palestinians are killed and at least 7 wounded when an Israeli truck collides with 2 vans of Palestinian workers returning from work in Israel; 4,000 demonstrators attend funeral for those killed.

1988 Jan. 3: Israeli government orders deportation of 9 Palestinians from OPT. **Jan. 5:** UN Sec. Council votes unanimously to urge Israel to refrain from deporting any Palestinian from the OPT.

Jan. 7: Amnesty International charges Israel with arresting Palestinians arbitrarily in OPT and with quick military trials in violation of international standards.

Jan. 15: Israeli police fire tear gas into al-Aqsa Mosque and Dome of the Rock wounding over 40 worshippers.

Feb. 9: Foreign ministers of 12 EC countries condemn Israeli violations of international law and human rights in OPT.

Feb. 12: Team of US physicians and psychiatrists reports on its survey of damage inflicted by army beating. It estimates more than 1,000 Palestinians have suffered broken bones and other injuries.

Feb. 16: Explosion in Limassol, Cyprus, seriously damages Sol Phryne (dubbed "Al Awdah"), Cypriot ferry chartered by PLO to carry 130 Palestinian deportees to Haifa. Caller, allegedly from Jewish Defence League, claims responsibility. 2 Israeli soldiers arrested by Israeli army and charged with burying alive 4 Palestinians in the village of Salem near Nablus.

1988 March 2: UN Gen. Assembly votes 143-1 in favour of 2 resolutions condemning a US government plan to close New York office of PLO. The US does not participate in the vote.

- EEC issues statement expressing solidarity with families of Palestinians killed during the Intifada and approves resolution condemning use of torture, expulsion and arbitrary detention in OPT.

March 24: UN Gen. Assembly votes 148-2 to condemn US efforts to close PLO observer mission.

March 30: In TV interview Defence Min. Rabin reveals, that 1,000-4,400 Palestinians are detained in Israeli prisons.

1988 April 12: Maj.Gen. Ehud Barak, deputy Chief of Staff, states that 1 of 13 Beita homes may have been demolished by mistakes; 4,800 Palestinian activists are held in Israeli prisons incl. 900 in administrative detention.

April 16: US vetoes UN Sec. Council Res. calling on Israel to end deportation of Palestinians.

- Khalil al-Wazir (Abu Jihad), Palestinian leader assassinated at his home in Tunis.

Israeli troops fire on Palestinians in Gaza Strip, killing 14 Palestinians.

April 19: US condemns murder of PLO leader Khalil al-Wazir as "act of political assassination".

April 21: Palestinian leader Khalil al-Wazir is buried in Yarmuk Camp, Damascus.

- Washington Post reports Israeli cabinet approved assassination of Khalil al-Wazir during April 13 meeting and that the operation was planned by Mossad and the Israeli army, navy and air force.

April 26: UN Sec. Council approves Res. condemning assassination of PLO leader Khalil al-Wazir. The US abstains.

1988 May 9: Intifada is 6th month old: general strike is announced. The number of martyrs totals 231.

Aug. 23: Chairman Arafat signs the first presidential resolution that the PLO was taking full responsibility for the OPT.

Aug. 26: The PLO Executive Committee renames the West Bank as the "Palestinian Bank".

Sept. 5: The covenant of the Islamic Resistance Movement, Hamas (Zeal), circulated in the West Bank. It flatly rejects concessions or negotiations with Israel.

1988 **Sept. 14:** New information published in the Israeli press confirming that the Lehi underground was responsible for the murder in 1948 of Swedish UN mediator Count Folke Bernadotte. Sweden demands that Israel issue an apology.

Sept. 16: In speech on the 10th anniversary of Camp David, Sec. of State George Shultz calls on Israel to end its military rule over the OPT and to give Palestinian *"rapid control over political and economic decisions that affect their lives."*

Some 200 Bedouin are left homeless after Israeli authorities demolish their houses south of Beersheba under court orders.

Oct. 7: At annual conference, Britain's Labour Party denounces Israel's "iron fist" policies in the OPT, its "indiscriminate use of

ammunition, teargas and beatings”, urges “withdrawal from the territories occupied in 1967” and, in a gesture of solidarity, calls for a speaker from the PLO to address the party’s 1989 conference.

1988 Oct. 17: PM Shamir says that “not one Arab would survive” if the residents of the OPT begin to use live ammunition.

1988 NOV. 15: THE PALESTINIAN INDEPENDENCE DECLARATION, 19th PNC, Algiers

1988 Nov. 26: US rejects Arafat’s request for a visa that would permit him to address the UN Gen. Assembly in New York on Dec. 1. [A 1947 Headquarters Agreement required the US not to impede persons with legitimate business at the UN].

Dec. 1: UN Gen. Assembly votes 151-2, with 1 abstention (Britain), to condemn the US for denying Yasser Arafat the visa which would have enabled him to speak before the UN at the opening of the debate on the question of Palestine.

Dec. 3: The UN Gen. Assembly votes to move to Geneva this month to hear Arafat speak on the Palestine question.

1988 Dec. 5: After 1 year of the Intifada: 318 Palestinians were killed, 20,000 wounded, 15,000 arrested, 12,000 jailed, 34 deported, and 140 houses demolished. 8 Israelis were killed (6 civilians, 2 soldiers).

Dec. 7: Chairman Arafat, in addressing a news conference after two days of talks with a group of 5 American peace

campaigners in Stockholm says: *"The PLO supreme decision-making body, the PNC, had effectively recognized Israel last month. The PNC accepted two states, a Palestinian state and a Jewish state, Israel. Is that clear enough?"*

Dec. 8: Chairman Arafat tells an Afro-Asian writers conference in Tunis that a PLO statement issued in Stockholm accepting Israel's existence was a "good reading" of the PNC resolutions of last month.

Dec. 13: The Palestinian peace initiative by Yasser Arafat at the UN Gen. Assembly, Geneva. King Hussein on the Antenne 2 TV Channel, Paris: *"I have said time and again that ever since we accepted UN Sec. Council Res. 242 which Chairman Arafat has accepted together with Res. 338, we have recognized the state of Israel."*

Dec. 16: 'Black Friday' in Nablus. In the "Massacre of Ras el Ein" 5 Palestinians shot and killed by Israeli troops in Nablus and dozens more wounded. Palestinians began a 3-day strike in mourning over the dead.

1989 Jan. 12: The UN Sec. Council grants the PLO the right to speak directly to the council as "Palestine", on the same level as any UN member nation.

1989 Feb. 1: South African Archbishop Desmond Tutu, winner of the 1984 Nobel Peace Prize, says that Israel's treatment of Palestinians is reminiscent of the South African government's treatment of blacks. He adds: *"African and American blacks*

will remain alienated from Israel and Jews until "the Palestinian question is settled equitably."

Feb. 7: State Dept. annual human rights report of 1988: Israeli behaviour in the OPT severely limits and often abuses Arab freedoms and rights; some of the 366 Palestinians killed during last year were killed unnecessarily; unwarranted casualties among the more than 20,000 wounded.

1989 Feb. 21: Defence Min. Yitzhak Rabin says that his aim is to drive a wedge between the Palestinians living in the OPT and the PLO leadership and the Palestinians living outside: *"The more we can enhance the differences between Palestinians the better we can pave the way for negotiations between Israel and the Palestinians in the Occupied Territories."*

1989 March 4: British Foreign Office Min. William Waldegrave after a visit to Gaza Strip says, *"My coming here only emphasizes the utter impossibility of continuing the military occupation."*

March 7: PM Yitzhak Shamir makes it clear in speaking to a Delegation of Socialist International that he opposes elections in the OPT as a means of creating a Palestinian delegation to peace talks. He adds that a "temporary" Palestinian delegation for negotiations would be formed with the assistance of Jordan and Egypt.

March 13: Chairman Arafat, in an interview in the Italian newspaper La Repubblica says he is ready to "go to Jerusalem"

to convince Israel to accept an international conference on the Middle East.

March 15: Sec. of State Baker at a congressional hearing: *"It is an element of our policy to promote direct negotiations between Israel and Palestinians. If you can't have direct, meaningful negotiations that would not involve negotiations with the PLO, then I suppose we would then have to see negotiations between Israelis and representatives of the PLO."*

March 29: At Meskha, near Tulkarem, Israeli troops uproot 120 trees as punishment for a stone-throwing incident. 3 residents of the Balata refugee camp treated at the Ittihad Hospital from beating injuries.

April 2: Yasser Arafat elected by the Central Council of the PLO in Tunis as the first Pres. of the State of Palestine.

April 6: More than 6,000 Palestinians arrested during the Intifada are currently in jail. - Yugoslavia establishes diplomatic relations with the State of Palestine. PLO office in Belgrade acquires the status of an embassy.

May 3: The Italian Parliament votes by a large majority to accord the PLO bureau in Rome the status of "general delegation", a status halfway towards full diplomatic recognition.

May 8: Britain's Foreign Office issues a statement condemning Israeli policies in the OPT, declaring that *"the human cost of the tactics pursued by Israel's occupying forces is intolerable."*

May 9: The PLO officially applies for membership of UNESCO.

May 12: The World Health Organization votes 83-47 to shelve consideration of the PLO's application for membership.

May 13: The Sunday Times reports that Mossad agents are actively involved in a long-running South African operation to illegally acquire sophisticated British missile technology.

1989 May 27: About 2,500 Israelis and 1,000 Palestinians held peace meetings organized by "Peace Now" in 6 West Bank areas.

June 1: The Bank of Israel reports that the Intifada cost Israel \$650 million in export losses in 1988 incl. \$280 million in tourism. Exports for the year fell by 4.2% and tourism by 15%.

June 2: The total number of Palestinians killed in the Intifada exceeds 500 this according to unofficial casualty tolls.

June 7: American Vice Pres. Dan Quayle, strongly urges Israel to stop all new West Bank settlement activity. *"These announcements of new settlements are politically problematic even if they don't go through with it."*
- The West German Social Democratic Party decides to recognize the PLO as the sole representative of the Palestinian people and calls on the Bonn Government to open negotiations with the PLO and to strengthen the latter's position in Germany.

June 15: Israel Chief of General Staff, Dan Shomron, tells the Economics Club in Ashkelon, *"Everyone who wants the Intifada*

eliminated must understand that there are only 3 ways to do this: by transfer, starvation, or physical elimination, that is - genocide."

June 21: Lord Glenarthur, a British Foreign Office representative in the House of Lords, states that 90 Palestinian children have been killed and 20,000 injured by shots or beating since the uprising began, and describes this as *"a shocking indictment of Israeli practices."*

June 29: Israeli Military authorities deport 8 Palestinians. From 1967-1977, 1,180 Palestinians were deported. **July 3:** Israeli Security forces in the West Bank, in a massive sweep of the area, arrest 200 Palestinians suspected of membership in the "popular committees" of the uprising.

July 6: Abd al-Hadi Suleiman Ghneim, 25, of Gaza's Nuseirat camp, seizes the steering wheel of No. 405 Jerusalem-bound Egged bus from Tel Aviv and sends it crashing over a steep precipice, killing 14 passengers and injuring at least 27.

July 10: At Ramallah's central square, Israeli security forces shoot and kill a Palestinian youth, Yasser Abu Kutaish, 17.

1989 July 13: Israel's population at the end of 1988 reached 4,476,800 of whom 3,659,000 (81.7%) were Jews. **July 16:** In this school year, West Bank schools have been open for only 40 days, from Dec. 1, 1988 to Jan. 20, 1989.

July 28: PLO Pres. Yasser Arafat outlines a 4-point peace plan in an interview with al-Ahram daily:

(1) Partial Israeli withdrawal from the OPT to prepare for the election.

(2) A 27 month timetable for total pullout of Israeli troops "in stages as in the case of Namibia."

(3) UN supervision of elections and repatriation of Palestinian refugees as well as those deported by Israel.

(4) Setting a date for the declaration of an independent Palestinian State.

July 29: Israeli commandos kidnap Sheikh Abdel Karim Obeid from south Lebanon. Obeid, 36, is a central figure in the Shi'ite movement in Lebanon.

1989 Aug. 2: The Israeli Information Center for Human Rights in the OPT publishes statistics showing that 509 Palestinians have been killed by Israeli soldiers since the start of the uprising in Dec. 1987.

1989 Sept. 3: Argentina agrees to allow the PLO to open an office in Buenos Aires.

Sept. 22: More than 60 US senators sign a letter to Sec. of State James Baker opposing the grant of an entry visa for Palestinian leader Yasser Arafat to address the UN Gen. Assembly in the coming weeks. Israeli Chief of General Staff,

Dan Shomron, compares the Intifada to Algerian uprising against France.

1989 Dec. 30: At least 15,000 Jews and Palestinians form human chain for peace 2.5 miles long around walls of Old City. At several points Israeli police try to break up crowds by firing water cannons, tear gas, and rubber bullets.

1990 Jan. 1: IDF demolishes unfinished home being built in Jerusalem neighborhood on grounds that stone-throwing incidents took place near the house.

Jan. 25: European Parliament recommends that the 12 EC nations suspend scientific cooperation with Israel until it opens Palestinian universities in OPT, recommendation remains unbinding until accepted by EC's ministerial committee.

Feb. 6: Palestinian Human Rights Information Center reports: at least 130 Palestinian houses have been partially or totally sealed in the first 2 years of the Intifada; approximately 270 Palestinian homes have been demolished by IDF.

March 10: 500 Palestinian and Israeli women march in Jerusalem to call for negotiations between Israel and Palestinians.

March 22: US Senate adopts by voice vote resolution recognizing undivided Jerusalem as capital of Israel.

March 27: Israeli Knesset adopts resolution saying united Jerusalem is under Israeli sovereignty and there will be no negotiations on its unity and status.

- An open hunger strike is started in Jerusalem's Red Cross headquarters by forty leading Palestinian figures. The strikes represent Palestinian Unions, Professional Association, Women's Committees and other grass-roots organizations. The main demand of the strike participants is for international protection against "continuous massacres" of Palestinians in the OPT.

May 25: In speech to UN Sec. Council in Geneva, Arafat urges to send UN international force to OPT to protect Palestinians.

1990 July 24: According to Israeli sources, 61,000 Jewish Soviet immigrants have arrived in Israel since the beginning of 1991.

July 29: Jordanian Min. Daoud Khalaf says Israel steals close to 59 billion cubic feet of water a year from Arab sources.

1990 Aug. 2: Iraqi troops invade Kuwait, take over country; attack comes less than 24 hours after the two countries had broken off talks over Iraqi demands for territorial and financial concessions.

Sept. 3: Israel's government-run TV and radio ban the use of Arabic names of Palestinian villages and towns, ordering journalists and broadcasters to use the biblical Hebrew names.

- Israeli military authorities raze 26 shops and 7 homes and seals 4 buildings in el-Breij refugee camp in response to the killing of an Israeli soldier.

Oct. 8: At al-Aqsa mosque Israeli border police killed 18 Palestinians and injured 150 more as Palestinians protested against the intention of extremist Gershon Solomon's "Temple Mount Faithful" to enter into the mosque compound and place a cornerstone for the building of "a Jewish third temple".

Oct. 12: UN Sec. Council Res. 672 condemns Israeli actions in al-Aqsa mosque and recommends the dispatch of a fact-finding mission to investigate the circumstances surrounding the tragic events.

Oct. 21: 3 Israelis are stabbed to death allegedly by 19-year-old Palestinian, apparently in response to al-Aqsa mosque massacre on Oct. 8th.

Oct. 22: Israeli police surround Jerusalem with roadblocks to keep Palestinians from OPT out of the city, and thousands of border guards are stationed at major intersections and along boundaries between East and West Jerusalem. It is believed to be 1st time that whole city is closed to Palestinians.

Nov. 1: Number of Soviet immigrants arriving in Israel during Oct. topped 20,000 for first time.

Dec. 10: Israeli army steps up 3-month-old policy of deploying hidden snipers along highways in the West Bank with authorization to shoot Palestinians seen throwing stones at Israeli cars.

Dec. 15: Israeli issues deportation notices to 4 Gaza Strip Palestinians described by IDF as members of Hamas. Notices are given to Fadel Zaabut, Imad al-Alami, Mustapha al-Lidani, and Sheikh Mustapha Knuah.

Dec. 17: The Mayor of Tel Aviv, Likud's Shlomo Layhat, told Israeli paper Ma'ariv that the PLO should be asked to enter negotiations with Israel for the establishment of a Palestinian state in the OPT. He added that the Golan Heights should be returned to Syria.

Dec. 24: Israel in 1990 received highest number of immigrants in one year since 1949. About 187,000 people, mostly Soviet Jews, have arrived to date.

1991

Jan. 11: Arab-Americans object to FBI policy of questioning business and community leaders of Arab descent.

Jan. 15: PLO's second-ranking official, Abu Iyad (Salah Khalaf) is assassinated in Tunis; Abu al-Hol (Hayel Abdel Hamid) and Fakhri al-Omari are also killed.

Jan. 17: War in the Gulf as US launches "Operation Desert Storm".

- Israel places West Bank incl. East Jerusalem and Gaza Strip under curfew.

Jan. 19: 4 Iraqi SCUD missiles land in Israel, wounding 15.

Jan. 23: Chancellor Helmut Kohl announces Germany is sending Israel \$165 million in "immediate humanitarian aid" after Iraqi missile attacks, and that more money would be sent to support Gulf allies.

Jan. 29: Chancellor Helmut Kohl pledges additional \$5.5 billion to war effort, and orders German anti-aircraft missile systems to Turkey.

Feb. 10: Israeli military announces that it has arrested 350 Palestinian activists in broad crackdown on Hamas.

Feb. 20: US releases \$400 million loan guarantee to Israel for housing for Soviet Jewish immigrants.

March 13: Palestinian human rights workers and community leaders say more than 100 Palestinians have disappeared in the 2 weeks since allied forces recovered Kuwait; PLO says over 3,500 Palestinians have been detained at check points.

March 15: Israeli authorities in West Jerusalem plan to build, with approval of Religious Affairs Min. and Israeli government, a Jewish cemetery in the Occupied West Bank. The plan violates international rules governing use of OPT, and reflects attempt to make irreversible Israel's hold on West Bank.

March 21: US State Department reports to Congress that Soviet Jewish immigrants are settling in the OPT at higher rate Salah Khalaf (Abu Iyad) following his assassination in Jan. 1991.

- Amnesty International releases report criticising Israel's holding of 2,000 Palestinians in "administrative detention" without charge or trial and its "unjustifiable" killing of 90 Palestinians.

July 15: Israeli soldiers surrounded an-Najah University in Nablus. Some 3,000-4,000 students barricade themselves inside the campus, refuse to submit to body search. Israeli army official say armed activists entered the University.
- PM Rabin "rules out" Palestinian legislative elections as outlined in Camp David Accords.

July 23: On Mount of Olives in East Jerusalem, an "unlicensed" Greek Orthodox church is demolished. 2 Palestinian homes were demolished in East Jerusalem on the some grounds.

Oct. 5: US Congress approves foreign aid package incl. \$10 billion loan guarantees for Israel by vote of 312 to 102 in the House, concurring voice vote in senate.

Nov. 16: Jewish settlers toss grenade into crowded market of Jerusalem's Old City Muslim quarter, killing an old man, wounding 11 others.

Dec. 17: Israel expels 415 Palestinian activists, 251 from the West Bank, 164 from the Gaza Strip to Lebanon.

- US state Dept. "strongly condemns the action of deportation".

Dec. 18: UN Sec. Council "strongly condemns" the deportation of 415 Palestinian, and demands "safe and immediate return" in Res. 799.

Arafat and Rabin symbolically concludes pact.

Nov. 22: Former Israeli military intelligence chief Aharon Yariv publicly admits that Mossad assassinated 10-15 Palestinian guerrilla leaders in Europe/ Lebanon in 1970.

1994 March 18: UN Security Council issues Resolution 904 condemning the Hebron Massacre (29 Palestinian killed by US-born settler).

Feb. 1995: Human Rights Watch - Middle East report on human rights violations in the PA self-rule areas says PA "has not demonstrated a commitment to installing the rule of law" in Gaza and Jericho and "is responsible for a series of arbitrary and repressive measures" such as arrests, searches, censorship, denial of freedom of expression, assembly and association.

1995 May 17: US veto (its 30th in favor of Israel) prevents the adoption of a UNSC resolution condemning Israel's confiscation of land in Jerusalem. The 14 other states voted to approve the resolution.

Feb. 1996: A census of the Palestinian Central Bureau of Statistics says by the end of 1995 Gaza's population reached 934,000 and the West Bank 1,333,000, i.e. a total of 2,267,000 Palestinians, of which 46% are under 15 years of age.

1997 March 21: The US vetoes a second UN Security Council resolution critical of Israeli construction at Har Homa.

1997 March - The UN special investigator on torture accuses the Jewish state of institutionalizing the use of torture in interrogating Palestinian detainees and puts Israel on a list of 29 countries where torture is a fairly extensive problem.

1999 April 27: - The UN Human Rights Commission in Geneva adopts a resolution acknowledging the right of Palestinian self-determination based on UN Res. 181 (Partition) of 1947 and reaffirming the right of return for Palestinian refugees based on UN Res. 194 of 1948. Out of 53 members, only the US opposes the resolution (Israel is not a member).

1999 April 29- A Peace Now survey of settlement expansion shows that 6,500 housing units are under construction in the WBGS, a 14% increase over a year ago.

1999 May 4: On the day that the Oslo interim period expires, a new study conducted by Peace Now's Settlement Watch project shows a dramatic expansion of settlement construction in the WBGS under PM Netanyahu, with 6,608 housing units under construction, marking a 12% increase since August 1998. The number of empty housing units in the WBGS has risen to 3,714, a 25% increase in the settlement vacancy rate over the same time.

216

1999 May 7: Peace Now reports 3,712 empty units in West Bank settlements.

ANEXO III

O PREÇO DE UMA PAZ VERDADEIRA

Michael Warchawski

APRESENTAÇÃO

Por Albert Longchamp

Israelenses e palestinos resvalam, lenta mas firmemente, em direção ao estado de terror. O espectro da guerra total se delineia atrás do macabro abate das vítimas, quase todas as manhãs, desde 28 de setembro de 2000. Nesse dia de sinistra memória, Ariel Sharon provocava a revolta palestina ao desfilar arrogantemente no Monte do Templo – ou Esplanada das Mesquitas – no coração mais íntimo da Velha Cidade de Jerusalém. No dia seguinte, o sangue começava a correr sobre a memória de uma esperança morta: o processo de paz. Quem reencontraria a via da pacificação? E quando? Nenhuma pessoa ousa se pronunciar. A fatalidade se instala. A hostilidade se transforma em ódio visceral.

Mulheres e homens, de uma parte ou de outra, recusam-se, entretanto, a capitular. Entre eles, o filósofo e jornalista Michael Warchawski. Nascido em 1949, em Strasburgo, de uma família de judeus ortodoxos, esse militante da paz israelo-palestina chegou em Jerusalém desde 1965, vindo cursar a escola talmúdica. Em 1967 – o ano da guerra dos Seis Dias – ele se inscreveu na Universidade Hebraica, engajando-se também, desde o primeiro dia, na luta contra a ocupação israelense da Cisjordânia. Convencido de que a paz não poderia ter outro fundamento senão o Direito e a Justiça, ele fundou em 1984 o Centro de Informação

Alternativa (AIC – Alternative Information Center) com base em Jerusalém e Belém, uma ONG conduzida conjuntamente por palestinos e israelenses. Esse homem corajoso, casado, pai de três filhos, pagou seu combate pacifista com uma prisão em 1987 por “apoio a organizações palestinas ilegais”. Dois anos mais tarde, ele foi condenado a trinta meses de prisão, uma pena comutada em 1990 para oito meses de reclusão.

A revista *Foi et Développement* oferece a seus leitores, um ano após o início da segunda Intifada, a análise feita por um judeu israelense. Este artigo é um desafio e uma aposta. Um desafio aos portadores de armas e lágrimas. Uma aposta sobre as chances de um diálogo entre palestinos e o Estado hebreu. Michael Warchawski defende a tese audaciosa que Israel “não pode e não deve se separar de sua circunvizinhança árabe”. O futuro da paz, e do próprio Israel, dependerá de sua vontade de se integrar na região. Raras, muito raras são as vozes israelenses que pleiteiam com tal transparência a favor da emergência de uma cultura de paz no Oriente Médio. É urgente escutar a voz de Michael Warchawski. Sua voz nos traz de volta a esperança.

O PREÇO DE UMA PAZ VERDADEIRA

Michael Warchawski

Depois da guerra do Golfo, o conceito de paz foi usado até o extremo. Esta guerra, a primeira das guerras imperiais da nova ordem mundial americana, não teria sido apresentada como um meio de impor a paz no Kuwait? Já tinha sido o caso, pelo menos 10 anos antes, quando o exército israelense invadiu o Líbano em nome da operação "Paz na Galiléia". Tudo se passa como se na virada deste milênio, os maiores horrores e as agressões mais sanguinárias não pudessem obter o consentimento das populações a menos que fossem apresentadas sob o ângulo da paz.

O "PROCESSO DE PAZ"

O conceito de paz, mesmo quando definido de modo mais preciso, pode ter significados muito diferentes. Pode designar o fim de um conflito, mas também o desejo de não ser mais incomodado por outrem ("deixe-nos em paz"); o fruto de um compromisso mais ou menos justo, mas também o esmagamento total do inimigo (a paz dos cemitérios); o retorno do direito nas relações bilaterais, mas também a capitulação de uma das partes. Esta questão da definição da paz torna-se particularmente pertinente no momento em que as relações israelo-palestinas se desenvolvem no quadro geralmente chamado de "processo de paz".

Desde 1991, o Oriente Médio entrou efetivamente na era do "processo de paz". Se por trás da palavra "paz"

escondem-se muitas coisas, freqüentemente contraditórias, o conceito de “processo”, ele mesmo, é ainda mais mistificador. Durante muitos anos, deixou supor uma dinâmica objetiva, quase natural e independente da ação dos homens e das mulheres. Raros foram os comentaristas que, desde a assinatura da “Declaração de princípios de Washington” (DOP), em setembro 1993, oficializando os Acordos de Oslo, duvidaram da “irreversibilidade” do processo iniciado pelo aperto de mão histórico entre Yitzhak Rabin e Yasser Arafat. E no entanto, em setembro de 2000, o processo de paz encalha nos arrecifes de Jerusalém, das colônias habitacionais e dos refugiados palestinos, isto é, sobre as questões essenciais do conflito que ele está destinado a resolver. O inevitável não se realizou, o irreversível se revelou reversível.

Todo mundo, ou quase, está surpreso: as esperanças de paz, de segurança e de reconciliação desabam em alguns dias para dar lugar a uma nova fase de conflito, mais violenta que nunca antes. Como chegamos lá? Eis a questão que se colocam ao mesmo tempo aqueles que estão diretamente envolvidos no conflito e aqueles que se contentaram em ser observadores, às vezes intermediários, nem sempre desinteressados, aliás. Questão que eles se colocam, ou deveriam se colocar, porque numerosos são os israelenses que rapidamente responderam apontando com um dedo acusador contra os palestinos e seus dirigentes. E fechando o dossiê por uma condenação da “intransigência” de seus inimigos.

UM IMENSO MAL ENTENDIDO

Houve, entretanto, no curso dos últimos anos, numerosos sinais anunciadores do impasse no qual se encontra o “processo” depois do fracasso das negociações de Camp David, em julho de 2000¹. E se a surpresa é hoje o sentimento dominante, numerosas foram as tomadas de posição e análises preconizando o fracasso desse processo. De fato, comprovou-se rapidamente que todo o período que separa a assinatura da Declaração de Princípios da Cúpula de Camp David foi caracterizado por um grande mal entendido. Mal entendido sobre a realidade do conflito, para o qual se procurava negociar a solução, mal entendida sobre as condições da paz.

Façamos abstração das posições israelenses extremistas que põem toda a responsabilidade do conflito nas costas dos palestinos. Estes, na sua oposição irreductível à existência mesma de uma comunidade judaica no Oriente Médio teriam empreendido, depois de mais de um século, uma guerra terrorista visando a apagar a existência judaica na Palestina². Uma tal filosofia rejeitava à priori toda perspectiva de negociar e de encontrar uma solução. O conflito sendo, desde então, uma luta de morte entre dois povos, a existência de um dependendo da destruição do outro. Examinemos antes as posições e as percepções que guiaram os parceiros do processo negociado, sustentados, ambos, pela maioria de suas opiniões publicas.

Para os israelenses, o conflito coloca face a face duas entidades assimétricas que disputam um território do qual cada um reivindica a posse em sua totalidade. Eles devem, entretanto, encontrar um compromisso razoável capaz de pôr

um fim ao seu litígio. Esta posição é retomada, desde 1994, pelas diferentes administrações americanas que não falam mais de “territórios ocupados” mas de “territórios cujo estatuto final está em negociação”. É lógico que com uma tal abordagem do conflito a relação de força entre os protagonistas é um dos elementos a tomar em consideração. O mais fraco devendo assumir mais compromissos do que o mais forte.

Para os Palestinos, ao contrario, o conflito visa reparar um erro que foi feito a eles e a recuperar direitos, como aqueles reconhecidos pelas resoluções da ONU, pela 4ª Convenção de Genebra e pela Carta das Nações Unidas. Consciente da relação de forças, a Organização de Liberação da Palestina (OLP) já assumiu um imenso compromisso, reconhecendo o Estado de Israel nas sus fronteiras de quatro de junho de 1967. Que é bem mais do que o previsto pela resolução da ONU de novembro de 1947 para o futuro estado Judeu. O processo negociado tem, portanto, para os palestinos, como único objetivo decidir as modalidades da implementação das resoluções da ONU e do direito internacional: retirada do exercito israelense da Cisjordânia (inclusive a parte de Jerusalém que lhes pertence), desmantelamento das colônias habitacionais consideradas como crimes de guerra pela 4ª Convenção de Genebra, e o retorno dos refugiados. Estes objetivos não são negociáveis, somente as modalidades e os ritmos de sua implementação. Pode-se admitir, eventualmente, algumas exceções: troca de territórios, status particular dos lugares santos judeus em Jerusalém Oriental...

Contrariamente à posição israelo-americana, a Cisjordânia (inclusive Jerusalém Oriental) e a Faixa de Gaza são territórios ocupados, portanto destinados a serem evacuados tão logo um acordo seja encontrado. As colônias habitacionais, por sua vez, são entidades ilegais e destinadas a serem desmanteladas. E os refugiados são refugiados, tendo, portanto, o direito inalienável de voltar a seu país e de recuperar suas propriedades. É a posição da comunidade internacional, com exceção dos Estados Unidos e da Micronésia .

Estas profundas divergências sobre a natureza do conflito e, portanto, sobre o objetivo das negociações, tiveram, com certeza, repercussões sobre a natureza da paz. Esta, é preciso lembrar sempre, está destinada a ser o objetivo último das negociações israelo-palestinas. Para os palestinos, a paz é o resultado da concretização – mesmo que imperfeita – do direito. Para os israelenses, ao contrario, a paz é a neutralização da luta nacional palestina e a separação. Tudo o que puder garantir mais separação é um passo à frente em direção à paz, não importa que opinião os palestinos façam disso. O bloqueio dos territórios ocupados, colocado em prática desde o início do processo negociado, é vivido pelos palestinos como uma verdadeira agressão contra sua liberdade de movimento. Para a maioria dos pacifistas israelenses, ele é visto como um dos avanços mais significativos da paz, porque ele é um início da realização do “nós em nossas casas e eles nas deles”.

Quando a paz de uns é vivida como uma agressão pelos outros, as chances de desembocar em “negociações de paz” são evidentemente mínimas.

RELAÇÕES DE DOMINADORES COM DOMINADOS

“Não se preocupem, nada vai mudar”. É com estes termos, no mínimo surpreendentes, que o primeiro ministro Yitzhak Rabin tentou convencer a opinião pública israelense a aceitar as grandes linhas dos Acordos de Oslo. O que é grave é que, no fundo, nada mudou. Ora, depois de cem anos de conflito – como o lembra com precisão o preâmbulo da Declaração de Princípios – *tudo* devia mudar. Sobretudo se o objetivo é de conseguir não somente o fim das hostilidades, mas também a reconciliação. Temos dificuldade para compreender a existência de uma tal margem entre o objetivo último – a reconciliação – e a decisão que nada deve mudar, do ponto de vista israelense, entenda-se.

Entretanto, se quisermos passar de um conflito mais do que centenário para a paz, é preciso que tudo, ou quase tudo, mude. E começando na relação com o outro. Ora, como indicou o jornalista Uri Avneri em várias ocasiões, depois de reconhecido o fracasso de Camp David, “o que se confirma, na incapacidade atual dos pacifistas israelenses de compreender a responsabilidade israelense no fracasso do processo de paz, é o fato que nós não soubemos, durante estes seis últimos anos, tratar os palestinos em pé de igualdade.”

As negociações e a construção dos acordos reproduziram

a relação Dominadores-dominados: Israel ditou suas condições, impôs sua leitura dos acordos e sua concepção de segurança, fixou seus parâmetros das negociações. E se retraiu cada vez que precisou, a seus olhos, “punir” os palestinos.

As forças militares não mudaram em nada sua atitude em relação aos habitantes palestinos da Cisjordânia e de Gaza (menos para os VIPs que recebiam um tratamento de favor dado... e retomado, segundo o arbítrio das forças de ocupação); os tribunais militares continuaram como se nada tivesse acontecido em Washington em setembro de 1993. A recusa em libertar todos os presos políticos é, neste sentido, muito simbólica: só depois de longas negociações é que a maioria dos prisioneiros, detidos por lutarem contra a ocupação, foi libertada. Muitos permanecem na prisão até hoje.

A relação de forças nunca deixou de se exprimir, perpetuando uma assimetria cada vez mais humilhante: os palestinos devendo mostrar permanentemente suas intenções pacíficas, particularmente reprimindo as forças políticas hostis aos acordos, enquanto que em Israel a extrema direita e os colonos estavam no governo e promoviam uma campanha cheia de ódio contra os Acordos de Oslo. Os palestinos se viam castigados (reforço do bloqueio, supressão da permissão de trabalho, anulação das cartas VIP, recusa do acerto de dívidas devidamente assinadas) se não conseguissem prender tal líder islâmico suspeito, com ou sem razão, de ser responsável por um atentado. Enquanto os israelenses libertavam – se é que eles os tivessem aprisionados – os assassinos notórios de civis palestinos.

Jamais compreendemos como isso se devia. A violação sistemática dos acordos assinados não decorria unicamente, da parte de Israel, de uma simples má vontade ou de uma desonestidade gratuita, mas muito mais de uma atitude: a do professor frente ao aluno, do pai frente à criança, do diretor da prisão frente ao prisioneiro. Em todos os casos dessa imagem, seria preciso delimitar uma linha divisória que revele quem tem o poder, o direito e os meios de aplicá-lo. É uma atitude tipicamente colonial.

Tipicamente colonial, igualmente, é a falta de escuta do outro. Do ponto de vista do colonizador, o colonizado não tem uma palavra autônoma, também não tem o verdadeiro conhecimento da realidade. Tal como uma criança, é preciso lhe dar a palavra, convencê-lo daquilo que ele é e deve ser, ensinar-lhe o que é bom e o que é ruim, inclusive o que é bom para ele. Esta é a razão profunda pela qual não se negocia, dita-se, dá-se... E repreende-se para punir. Felicitá-se quando os palestinos demonstram que aprenderam bem e os repreendem quando eles se fazem de surdos. Uma tal atitude não é somente típica de negociadores teimosos e de militares obtusos, é própria de toda a sociedade israelense, inclusive de seus intelectuais de esquerda. É o que o editor do *Haaretz*, Doron Roseblum, denunciou com ironia pelo vocábulo "estilo didático".

É isto que explica também os limites de autocrítica israelense face aos cem últimos anos de conflito. Ela não concerne nunca o fundamento das relações israelo-palestinas (racismo, colonização...), mas sobre o fato de nunca ter prova de uma inteligência suficiente para compreender que é

extremamente difícil impor sua posição unicamente pela força. Como os bons mestres do fim do século XIX, teria sido necessário saber usar a cenoura e o bastão, a firmeza e a doçura, as recompensas e as punições.

A NECESSÁRIA REVOLUÇÃO DAS MENTALIDADES

Mas tudo isso é coerente. Se a paz é sinônimo de calma na sala de aula e não de ruptura da relação entre mestre e aluno, tudo depende exclusivamente da maneira correta de manejar as recompensas e as punições. Se, pelo contrário, como indica o bom senso, a paz requer relações de reciprocidade, de igualdade e de respeito mútuo, uma verdadeira revolução cultural é necessária para passar do estado de dominação ao estado da paz. Uma revolução das mentalidades e dos comportamentos. Uma tal mudança não se escreve em uma declaração de princípios e não deve ficar imobilizada num calendário tão fechado como aquele previsto pelos acordos de Oslo. Ele exige uma tomada de consciência da sociedade e da direção política, intelectual e espiritual. Todas coisas que fizeram uma imensa falta na última década.

Longe de confiar em um “processo”, a paz necessita de um trabalho, de uma ação consciente e firme para substituir uma cultura colonial de guerra e de dominação por uma cultura de paz.

A assinatura da Declaração de princípios, em 1993, havia provocado muitas esperanças. Pela primeira vez, israelenses e palestinos reconheciam que era impossível, ou pelo menos não

era desejável, impor sua existência exclusiva sobre a Terra Santa. E se engajaram para resolver seu contencioso em volta da mesa de negociações. Entretanto, para que essa declaração de intenções, como seu nome indica, se transforme em realidade, seria preciso preencher um imenso déficit: cem anos de conflito, de relações coloniais e de cultura de guerra. Não seria ambicioso, ou mesmo pretensioso, tentar preencher este déficit em seis anos? Porque o calendário era apertado e o objetivo, maximalista: o fim do conflito e a reconciliação. Nada de menos!

Para os israelenses, durante a maior parte deste século de conflito entre os dois povos, os palestinos simplesmente não existiam. O slogan do sionismo era: “uma terra sem povo para um povo sem terra”. E em 1973, Golda Meir³ teria afirmado: “Os palestinos? Isto não existe”. Era, no máximo, um problema ecológico do qual era necessário se livrar, à semelhança dos mangues do Vale do Jordão, dos mosquitos ou da malária. “Fazer florescer o deserto”: outro mito. Aquele de um país árido e desértico que só o sionismo era capaz de valorizar, desprezando os campos de oliveiras, da cultura em terraços, das figueiras de barbárie que o judeu europeu que emigra de sua Polônia natal acredita terem caído diretamente do céu.

De 1948 a 1967, e particularmente após a depuração étnica de 1948 onde mais de 700.000 palestinos são rechaçados para fora das fronteiras do Estado Judeu, essa negação total do outro se fortaleceu. A minoria palestina que permanecerá no Estado Judeu representa então menos de 5% da população do país e vive, até 1965, confinada em verdadeiras reservas,

sob o controle de um governo militar que a trata não apenas como um quinta-coluna, mas sobretudo como um acidente de percurso, um erro num Estado que se pretendia étnicamente puro. Estes 150.000 homens e mulheres, que em cinquenta anos se tornarão um milhão, são como indica a lei israelense “presentes-ausentes”.

Portanto um arbítrio quase total e a ausência de direitos humanos elementares – sobretudo o direito à propriedade da terra – mesmo se essa população goza, paradoxalmente, de direitos civis.

A ocupação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, em junho de 1967, e a emergência de um forte movimento nacional (OLP) vão dar uma visibilidade ao povo palestino, mesmo se precise esperar mais de duas dezenas de anos para que esta se imponha à maioria da população israelense. Porém as dezenas de anos de ocupação militar, de arbítrio e de repressão institucionalizada não são sem efeitos sobre o ocupante. Este vai desenvolver uma cultura caracterizada por um racismo cada vez mais aberto e declarado que permitirá justificar uma desumanização do outro e uma negação permanente dos seus direitos humanos os mais elementares. O reforço espetacular de Israel, em termos econômicos e militares, vai ainda acentuar um sentimento de superioridade que não poupa quase ninguém.

UM MOVIMENTO CONTAMINADO DA PAZ:

É sobre a base de uma verdadeira mentalidade racista e de comportamentos de conquistadores que Israel reconheceu, em 1993, a OLP e tenta resolver o conflito em seis anos.

Compreende-se que havia motivo para ser céptico sobre uma solução positiva para o processo de Oslo e o sucesso do calendário. A existência de um forte movimento da paz em Israel teria talvez podido ajudar a realizar o impossível e criar relações de forças em favor de uma paz incluindo o direito, a equidade e a justiça. Infelizmente, este era, também, fortemente contaminado pelos efeitos perversos da ocupação e do colonialismo e dividia, sobre o fundamental, a concepção da paz defendida pelos dirigentes do país. Uma paz cujo objetivo era de se livrar das conseqüências da ocupação e não da ocupação como tal, de se livrar dos palestinos e não de lhes devolver seus direitos. E de fato, desde a assinatura da Declaração de princípios, a concepção de paz defendida pela grande maioria dos pacifistas israelenses aparece em toda sua fraqueza, como indicam estes extratos de uma Carta aberta a um amigo do "Paz Agora", que escrevi em setembro de 1993⁴. Ela começa por descrever o tipo de paz que encheu de alegria o pacifista israelense.

"Você dançou na rua porque estava feliz com essa paz. Não somente a paz, mas uma mistura de paz, segurança, de palestino abjurando suas faltas (renúncia ao terrorismo) e esperando concessões mais importantes para mais tarde. Uma paz da qual poderias ficar orgulhoso. Uma paz pela qual você se alegrava. Não tínhamos cedido nada ("Apenas um pouquinho", cochichava o Primeiro-ministro) e ganhamos muito: o reconhecimento, uma maior segurança, o fim da Intifada, a renúncia ao terrorismo, o alívio da pressão árabe e mais ainda. Estás feliz com essa espécie de paz e me

convidas para dançar em sua honra. Não, obrigado!

De fato, para o pacifista israelense, a paz não tem nada a ver com a realização dos direitos legítimos dos palestinos. Ela é apenas um meio de pôr fim aos efeitos do conflito, aqueles que lhe concernem, mas não aqueles que concernem à população ocupada. Numa tal perspectiva, está claro que quanto menos se assumir compromissos, melhor. Trata-se, com efeito, de uma negociação de barganha: “Paras de bater em troca de uma retirada militar a mais modesta possível”.

E a carta continua: *“Desde que te conheci – há já quinze anos – lutavas por uma paz que não era um valor em si, mas um meio para nós, os israelenses, de garantir nossa segurança. És a favor da retirada dos Territórios Ocupados com a finalidade de assegurar uma maioria judaica em Israel. Protestas contra Sharon porque te preocupas com o futuro da juventude judaica e aceitas as negociações com a OLP porque sem isso teríamos de negociar com o Hamas. Eu, ao contrario, vejo a paz como um fim e não simplesmente como um meio. Peço que se deixem os Territórios Ocupados porque não temos nada a fazer lá, mesmo se essa ocupação não nos custasse nenhuma vítima e nem mesmo um centavo. E sou contra o assassinato de crianças e adultos simplesmente porque é proibido atirar em crianças e civis.”*

Em oposição a uma tal concepção mercantilista da paz, trata-se de pôr fim a uma longa negação de direitos cometida por Israel, por princípio mas também porque é o único meio de pôr fim ao que leva os palestinos a continuar o combate, como eu o sugiro ao meu interlocutor: *“Então o que poderia ser*

melhor para ti que essa paz? Tu te livras de Gaza, separas os israelenses dos palestinos, deixa-lhes o trabalho sujo e, em troca, não lhes prometes nem mesmo a retirada militar ou um verdadeiro Estado. Uma paz poderia ser comprada a um melhor preço? Para ti, o acordo israelo-palestino sempre foi um jogo com resultado nulo: tudo o que lhes dermos, irá nos faltar. Ele ganha, eu perco. Si fosses capaz de pensar realmente em termos de paz, compreenderias a que ponto te enganas: quanto mais os palestinos receberem de independência, de orgulho, mais lucraremos. Quanto mais formos avaros, mais perderemos...”

Se quisermos criar as condições de uma verdadeira paz e não apenas de um cessar-fogo, não podemos nos contentar em cortar a pês em duas partes. Ou, pior, de reduzir ao máximo as concessões a fazer pela parte responsável pela ocupação. É preciso devolver aquilo que foi tomado, completamente. É preciso que o ocupado sinta que o ocupante de ontem fez a escolha de mudar por completo sua atitude e seus objetivos.

E a carta conclui: *“Assinamos um acordo de cessar-fogo e foi bom que o tivéssemos assinado. Mas a paz está ainda longe, porque a paz exige honestidade, a paz exige a igualdade. Vocês querem forçá-los a mentir, querem que eles capitulem para ter a paz, vocês celebram uma paz entre o senhor e o escravo. Em tais condições vocês terão talvez a pacificação e a tranqüilidade, mas vocês não terão a paz. Não enquanto não estivermos prontos para uma paz entre parceiros iguais”.*

Oito anos se passaram e o mundo inteiro pôde se dar conta de que Oslo não engendrou a paz. Se a Declaração de Princípios permitiu, durante um certo tempo, pacificar os Territórios Ocupados foi apenas um adiamento da violência, como demonstram os acontecimentos destes últimos meses. Paz e capitulação são completamente incompatíveis, da mesma maneira que a paz e a dominação.

A falta de escuta do outro – escuta que se define como uma das condições prévias a uma nova cultura de paz – fez-se sentir particularmente durante estes últimos oito anos. Porque os palestinos não cessaram de dizer, nas ruas e em volta da mesa de negociações, o que são, aos seus olhos, as condições necessárias a uma paz israelo-palestina. Porém quanto mais a segurança se impunha sobre o terreno, graças aos acordos interinos assinados com os palestinos, mais se fortalecia nos israelenses a ilusão de uma paz pela metade do preço e a certeza que eles poderiam impor aos palestinos um preço menor que aquele delineado nas primeiras fases das negociações. A recusa ou a incapacidade de escutar o outro levou não somente ao impasse de Camp David, mas também à imensa decepção das forças pacifistas israelenses. E à sua raiva atual contra os palestinos que não aceitaram jogar a partilha que os israelenses lhes ditavam. É desse modo que voltamos ao ponto de partida.

COMO CONSTRUIR A PAZ?

No contexto israelo-palestino, uma estratégia de construção da paz é exatamente o oposto do que deixa entender

o conceito de “processo”. Ela necessita de um trabalho de base que ataque os preconceitos e as percepções presentes e não hesite em colocar em questão interesses estabelecidos e alianças existentes. Uma tal estratégia se articula em torno de cinco objetivos que se completam mutuamente.

DESVENDAR AS RAÍZES DO CONFLITO

Trata-se inicialmente, de fazer compreender o que motiva, de uma parte e de outra, as hesitações, e até a recusa da paz. E de mostrar quais são os componentes da paz a que cada uma das duas comunidades aspira. Em outros termos, a primeira condição, necessária, porém sem dúvida, não suficiente, é de mostrar que o conflito não é nem um mal entendido lamentável, nem o resultado de um ódio irracional, mas sim a expressão de interesses reais e de escolhas contraditórias: a vontade colonizadora do sionismo, de um lado, a aspiração do povo palestino à liberdade e à independência, do outro. Por trás desses objetivos eminentemente políticos, há também, e é preciso que se compreenda, comportamentos e, em particular, angústias das quais algumas têm suas antigas raízes na história e na memória coletiva dos povos. Trabalhar a paz consiste inicialmente em racionalizar a conduta do outro aos olhos de cada uma das comunidades. Trata-se, portanto, de um trabalho de informação que se deve fazer sem compromissos: mostrar o outro, tal qual ele é, inclusive no seu ódio, e não como gostaríamos que ele fosse.

DEFINIR A PAZ

O segundo objetivo consiste em definir os parâmetros da paz na qual acreditamos, de tal maneira que ela possa ser viável e o mais justa possível. Esses parâmetros são, por falta de melhores, os do direito tal qual é definido pelas resoluções e as convenções internacionais. Na falta de algo melhor, porque o direito também é o resultado de uma certa relação de forças e nem sempre a expressão de uma justiça histórica plena e inteira. Ele implica o direito ao retorno dos refugiados, o direito à autodeterminação, o "não direito" representado pelas colônias habitacionais ou pela anexação de territórios ocupados. Eis a base de uma paz israelo-palestina que poderia ser viável.

TRABALHO DE MEMÓRIA E ARREPENDIMENTO

Terceiro, é preciso criar uma ponte entre política e ética, entre direito e justiça, através dos conceitos de responsabilidade e perdão. A paz é o resultado de um compromisso político que, certamente, se define sobre a base do direito, mas continua o produto de uma negociação. Porém de um compromisso que é raramente simétrico. Se os palestinos estão prontos a fazer compromissos sobre a aplicação de seus direitos, em troca eles não estarão jamais dispostos a aceitar uma paz que apague a responsabilidade da injustiça histórica da qual eles foram as vítimas. Em primeiro lugar, é necessário que os historiadores, os educadores desmistifiquem a história sobre a formação do Estado de Israel e a redefinam. Porém não trata-se apenas de história. O político não pode fazer economia de uma volta ao passado e de um pedido de perdão.

Porque não poderia haver reconciliação sem o reconhecimento por Israel, seus dirigentes e sua população, da injustiça cometida, por eles e em seu nome, contra o povo palestino. E sem um pedido de perdão. Não se trata somente de uma dívida moral a pagar às vítimas de mais de um século de colonização e espoliação, mas também da necessidade, para o povo israelense, de apreender as raízes do conflito. E de tomar a medida da generosidade, não de seus próprios dirigentes, mas dos palestinos que oferecem um compromisso. A paz e a reconciliação são incompatíveis com a amnésia. Elas exigem, ao contrário, reavaliar sua própria história e de se olhar no espelho, sem filtro e sem concessões. Apenas um pedido de perdão sincero e global pelos crimes cometidos pode criar as bases de uma igualdade real entre aqueles que perpetraram esses crimes e suas vítimas. É um condição não contornável para que a paz seja o ponto de partida de uma verdadeira reconciliação.

EXPRESSAR A SOLIDARIEDADE

Trabalhar a paz em Israel-Palestina implica traduzir numa realidade concreta e no tempo presente os valores sobre os quais essa paz poderia se apoiar para tornar-se uma realidade. Tratando-se de uma paz entre duas entidades não simétricas, isto é, entre um Estado que é o produto de um movimento colonizador e um povo que foi a vítima, o conceito de solidariedade se impõe como elemento mediador entre o presente, feito de repressão e de dominação, e o futuro, feito de respeito e igualdade.

Para que um diálogo de paz se estabeleça, é preciso que a parte israelense se engaje, reconheça sua responsabilidade específica nos atos presentes de seu governo. E esteja disposto a traduzir em ações de solidariedade seu reconhecimento dos direitos dos palestinos

PROMOVER A COEXISTÊNCIA

Enfim, trabalhar a emergência de uma cultura de paz exige lutar contra a filosofia da separação. Esta filosofia, no coração do projeto sionista, acredita apenas em entidades etnicamente homogêneas e como tal é um obstáculo maior a uma verdadeira paz israelo-palestina. Israel não pode, Israel não deve se separar de sua circunvizinhança árabe, seu futuro – se este aspira a um futuro de paz – dependerá de uma vontade de se integrar na região, num espírito de parceria, de reciprocidade e de igualdade. A recusa de cooperação significará continuar a ser e a querer ser um corpo estranho e hostil. Isto apenas serviria para provocar a hostilidade do mundo árabe face ao povo israelense.

Essa revolução que representaria o lugar de Israel no mundo árabe começa, bem evidentemente, por uma atitude radicalmente diferente face os palestinos, sejam eles cidadãos de Israel ou cidadãos de um eventual Estado palestino. Uma atitude baseada sobre a cooperação e não mais sobre a separação étnica e que cessa de ser obcecada pelo “perigo demográfico” que representam os palestinos. Uma concepção da cidadania baseada sobre o solo e não mais sobre o

pertencimento étnico ou religioso permitirá abordar sem medo a questão do direito de retorno dos refugiados palestinos.

A COMPLACÊNCIA DA COMUNIDADE INTERNACIONAL

Fazer avançar a paz não é unicamente a tarefa dos atores diretamente implicados, palestinos e israelenses. Esse objetivo concerne também à comunidade internacional. De fato, ela tem não apenas interesse no Oriente Médio – e em particular aqueles ligados aos perigos que poderiam representar para o mundo inteiro uma explosão generalizada da violência – mas também responsabilidades. Inicialmente, porque foi através de uma ação da comunidade internacional que Israel nasceu e que os palestinos tiveram sua pátria confiscada. Assumindo, em novembro de 1947, a decisão de dividir a Palestina em um Estado judeu e um Estado árabe, a Assembléia Geral das Nações Unidas assumiu também a responsabilidade que uma tal resolução não se traduzisse pela negação dos direitos individuais e coletivos das populações judaicas e árabes.

Esses direitos, no que concerne aos palestinos, foram escarneados por completo: expulsão em massa, expropriações etc. Foi para tentar reparar esses efeitos, facilmente previsíveis, da resolução de 1947, que as Nações Unidas adotaram a resolução 194 a qual exige, entre outras coisas, o retorno dos refugiados e a restituição dos bens confiscados. O apoio por Israel dessa resolução foi mesmo a condição de sua aceitação na ONU. Ora, nada foi feito depois.

A complacência da comunidade internacional face à não aplicação por Israel das diferentes resoluções da ONU e a

violação sistemática da 4ª Convenção de Genebra, assim como o verdadeiro estado de impunidade de que goza o Estado hebreu, não contribuem em nada para a paz, muito pelo contrario.

A inércia da comunidade internacional, ou mais precisamente dos estados ocidentais, se explica primeiro pelo sentimento de culpa da Europa face ao genocídio dos judeus na ultima guerra mundial. Uma Europa que não pôde, ou não quis, defender os judeus ante a barbárie nazista. A solução sionista tinha, alem disso, a vantagem para os estados ocidentais, os EUA inclusive, de resolver o problema dos sobreviventes da Europa do Leste que se encontravam fora das fronteiras do mundo ocidental. Depois de terem deixado massacrar os judeus, se livraram dos sobreviventes, enviando-os à Palestina. Com, além disso, o sentimento de fazer uma boa ação.

É sobre esse cenário de culpabilidade que os Estados ocidentais apoiaram não somente a criação do Estado de Israel, mas igualmente sua economia e sua força militar. Sem uma ajuda internacional maciça, Israel não se teria tornado a potência que é hoje, e provavelmente, não poderia ter se permitido desenvolver ambições hegemônicas no Oriente Médio. Continuando a sustentar Israel, quando este tornou-se hoje um verdadeiro fora-da-lei regional, a comunidade internacional se faz cúmplice da agressão israelense contra os palestinos e do fracasso das tentativas de paz entre Israel e o mundo árabe.

Mas é também prestar um mau serviço a Israel e a seu povo continuar a tratá-los como as crianças mimadas do ocidente a quem se perdoa quase tudo... Com a finalidade de se fazer perdoar a infância infeliz de seus pais. Quem ama verdadeiramente tem o dever, quando for preciso, de colocar limites àquele para quem quer o bem. E isto pode levar às vezes a dar uma palmada nos dedos. No contrário, à força de mimá-lo e de deixá-lo fazer o que quiser, contribuimos para a sua perda.

O apoio quase incondicional dos países ocidentais a Israel não é somente o resultado da história. Ele participa igualmente do conflito, mais ou menos latente, entre Norte e Sul. É muito natural que a Europa e os Estados Unidos se identifiquem com Israel que é, a seus olhos, a expressão do progresso, da democracia, da modernidade e do bom direito, em nome dos quais eles justificam sua política através do mundo. O mundo árabe, ao contrario, é identificado com o fanatismo, o terrorismo e a ditadura. Não é preciso, assim, entrar em detalhes. A ilegalidade flagrante da colonização, o uso de mísseis contra populações civis, a ausência de liberdade de culto ou de movimento, são precisamente questões de detalhes em um conflito cujas grandes linhas são aquelas do conflito entre o bem e o mal, entre o Norte e o Sul.

A identificação espontânea dos jovens dos subúrbios⁵ com a luta dos palestinos não decorre de um antijudaísmo atávico, mas precisamente do fato de que eles sentem, no discurso dos políticos e, sobretudo, na cobertura da mídia, uma semelhança de tratamento: fala-se dos palestinos como

fala-se deles. Aqueles que eles vêem bombardeados em Ramalah ou a Beit Sahour são os excluídos da nova ordem regional, da mesma forma que eles são excluídos da democracia e da prosperidade.

Um retorno crítico sobre a nova ordem mundial, sobre essa nova forma de guerra fria que é a globalização neoliberal, é indispensável para que a comunidade internacional desempenhe um papel construtivo em favor da paz no Oriente Médio. Uma nova cultura de paz é necessária tanto na Europa quanto nas regiões da periferia. E ela passa igualmente por uma necessária mudança na maneira de olhar o outro, por uma exigência de solidariedade. E pela elaboração de uma estratégia de coexistência baseada sobre a igualdade, o respeito e a cooperação. Se uma tal retomada em questão da desordem mundial atual não acontecer num futuro relativamente próximo, as guerras do sul, e em particular o conflito israelo-árabe atravessarão as suas fronteiras e se estenderão, como uma lençol de petróleo em chamas, da periferia para o coração das metrópoles.

Michael Warchawski

1) Reencontro entre Bill Clinton, Ehud Barak et Yasser Arafat que, devido à falta de discussão sobre a essência, levou ao fracasso das negociações.

(2) O primeiro Congresso Sionista, reunido em Báli em 1897 por iniciativa de Theodor Herzl, estipulava que o objetivo do sionismo era de "criar um lar para o povo judeu na Palestina".

(3) eleita Primeira-ministra de Israel, de 1969 a 1973, ela teve de pedir demissão em consequência de uma Comissão de inquérito sobre a falta de preparo do exército israelense quando da guerra do Yom Kippur.

4) Esta carta foi publicada em "News From Within".

(5) *Ndlr*: O autor faz aqui referência aos jovens dos subúrbios franceses saídos da segunda geração de imigrantes e sensíveis ao desencadeamento da segunda Intifada, jovens que conheceu quando de suas visitas à França.

Publicação do Centre Lebret, "Foi et Developpement" - no. 297, de outubro 2001

